

Proc. Administrativo Pregão - lei 14.133/21 - 023/2024

De: Izabela F. - CONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 29/11/2024 às 16:34:01

Setores envolvidos:

PROJ, SUP, EQA, CONT, COTA, ADM, AGCONT

PRC 002 2025 - PE 002 2025 - VALE ALIMENTAÇÃO

Prezados, inicio aqui o processo para contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.

—

Izabela Galvão Fernandes
Administrador

De: Izabela F. - CONT

Para: COTA - Cotações

Data: 29/11/2024 às 16:34:16

segue para elaboração da planilha

—
Izabela Galvão Fernandes
Administrador

De: Izabela F. - CONT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 29/11/2024 às 16:36:54

[Izabela Galvão Fernandes - ADM](#)

—

Izabela Galvão Fernandes

Administrador

De: Vanessa S. - COTA

Para: ADM - Administração

Data: 02/12/2024 às 11:38:16

Segue IRP para envio aos municípios.

—

Vanessa Faria Silva

Setor de compras

Anexos:

IRP_VALE_ALIMENTACAO.xlsx

De: Izabela F. - ADM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 03/12/2024 às 16:09:12

Segue a comprovação do envio aos municípios consorciados.

—

Izabela Galvão Fernandes
Administrador

Anexos:

Gmail_Intencao_em_Participacao_em_Registro_de_Precos_Cartao_de_Vale_Alimentacao.pdf



Administração Cisab <admcisab@gmail.com>

Intenção em Participação em Registro de Preços - Cartão de Vale Alimentação

Administração Cisab <administracao@cisab.com.br>

27 de novembro de 2024 às 09:47

Cco: rodrigo_fsouza@hotmail.com, contabilidade@argirita.mg.gov.br, meioambiente@barralonga.mg.gov.br, agricultura@braspires.mg.gov.br, ambiental@cajuri.mg.gov.br, Planejamento@caranaiba.mg.gov.br, meioambiente@cataguases.mg.gov.br, Gabinete <gabinete@coronelpacheco.mg.gov.br>, agricultura@lamim.mg.gov.br, agricultura@luisburgo.mg.gov.br, contato@oratorios.mg.gov.br, frotaspedradourada@gmail.com, agricultura@pedroteixeira.mg.gov.br, Secretaria Municipal de Água e Esgoto Piracema-MG <semae@piracema.mg.gov.br>, biasouzafa@gmail.com, saneamento@riodoce.mg.gov.br, Santana do Garambéu <agricultura@santanadogarambeu.mg.gov.br>, Abre Campo <comprasaaeabrecampo@hotmail.com>, eder.rodrigo@acaiaa.mg.gov.br, compras@saaeaimores.mg.gov.br, licitacao@aimores.mg.gov.br, licitacao@argirita.mg.gov.br, licitacao@barralonga.mg.gov.br, compras@barralonga.mg.gov.br, Brás Pires <comprasbraspires@gmail.com>, licitacao@cajuri.mg.gov.br, licitacao@caranaiba.mg.gov.br, Meio Ambiente Caranaiba <meioambiente@caranaiba.mg.gov.br>, comprasecontratos@semasacarangola.com.br, Cataguases <licitacao@cataguases.mg.gov.br>, compras@cataguases.mg.gov.br, Chalé <saae.chale@hotmail.com>, compras.conceicaoodeipanema2017@gmail.com, saaecqacp@hotmail.com, compras@saaeconselheiropena.com.br, "Compras - Cel. Pacheco" <compras@coronelpacheco.mg.gov.br>, Celso Ricardo de Almeida <administracao@saaefervedouro.com.br>, diretoriageral@saaegoal.com.br, licitacao@guarani.mg.gov.br, Ipanema <licitacao@saaeipanemamg.com.br>, comprassaaedeitambacuri@gmail.com, SAAE Jampruca MG <saaejampruca@gmail.com>, prefeituralicitacao1@gmail.com, compras@limaduarte.mg.gov.br, licitacao@limaduarte.mg.gov.br, licitacao.demae@gmail.com, licitacao@luisburgo.mg.gov.br, saaemcu@gmail.com, saaemanhumirim2010@hotmail.com, material@saaemantena.mg.gov.br, Muriaé <compras@demsur.com.br>, engenharia@demsur.com.br, Oratórios <compras.oratorios@hotmail.com>, licitacao@pedradourada.mg.gov.br, compras@pedroteixeira.mg.gov.br, Piracema <eta@piracema.mg.gov.br>, contatos@saaedepocrane.com.br, saaepocranemg@gmail.com, Ponte Nova <vicediretoria@dmaespontenova.mg.gov.br>, compras@queluzito.mg.gov.br, compras@raulsoares.mg.gov.br, wellington@saae.recreio.mg.gov.br, romulodelimaabreu@gmail.com, Rio Doce <compras@riodoce.mg.gov.br>, licitacao@santanadogarambeu.mg.gov.br, compras@srjacutinga.mg.gov.br, saaefsg15@gmail.com, Luiza Fernandes <compras@saaesenadorfirmينو.com.br>, saaefinanceiro@yahoo.com.br, licitacao.sraremedios@yahoo.com.br, seap@taparuba.mg.gov.br, Heverton Roberti <hetosroberti@yahoo.com.br>, saaeprefeituratombos.mg.gov.br, compras@saaevermelhonovo.mg.gov.br, licitacao@saaevicosa.mg.gov.br, presidencia@saaevicosa.mg.gov.br, licitacao@saaelajinha.mg.gov.br, saaelajinha@gmail.com, laboratorio@cisab.com.br, SECRETARIA ARIS ZM <secretaria.ariszm@gmail.com>, Contabilidade CISAB <contabilidade@cisab.com.br>, controleinterno@limaduarte.mg.gov.br, gabinete@limaduarte.mg.gov.br, comprascisab@gmail.com, Gilvando Arlindo de Souza Arlindo <gilvandoarlindo@hotmail.com>, orcamento@demsur.com.br, biologa@cisab.com.br



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS
www.cisab.com.br / (31) 3891-5636

Envio de Intenção em Participação em Registro de Preços

Cartão de Vale Alimentação

Prezados senhores(as)!

Encaminho o Termo de Referência para formalização de intenção para a participação de Registro de Preços na Licitação Compartilhada para Contratação eventual e futura de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação para atender as necessidades dos Municípios e Autarquias.

- Por gentileza, caso acrescentem ou modifiquem algum item, deixem em destaque, conforme orientação do documento, para facilitar a identificação.
- Favor enviar uma demanda que reflita a realidade da sua autarquia/município, a previsão superestimada da demanda pode prejudicar a participação de boas empresas em nosso certame.
- É imprescindível que todos os campos da demanda estejam devidamente preenchidos.
- Favor enviar uma via com o documento em EXCEL contendo todos os itens, inclusive aqueles não foram demandados para garantir a parametrização dos dados.

O prazo para envio da demanda devidamente preenchida e assinada é até o dia de **27 de dezembro de 2024**, imprerivelmente.

ATENÇÃO: Tendo a previsibilidade da Le 14.133/21, o CISAB comunica que as ARPs firmadas em 2025 **poderão** sofrer prorrogação do prazo de validade por até 2 anos.

Para acessar o arquivo, clique abaixo:

PLANILHA DE INTENÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DE REGISTRO DE
PREÇOS

Caso haja dúvidas ou sugestões, favor responder este e-mail !

Atenciosamente,
CISAB-ZM

Copyright (C) 2023 CISAB-ZM. All rights reserved.

Você está recebendo este e-mail porque se inscreveu em nosso site.

Nosso endereço:

CISAB ZM

275 R. José dos Santos

Viçosa, MG 36570-135

Brasil



Izabela Galvão

Administradora

CRA-MG 01-065001/D

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais

Rua José dos Santos, nº 275, Centro - Viçosa/MG | CEP 36.570-135 - Telefone: (31) 3891-5636



www.cisab.com.br



www.facebook.com/cisabzonadamata



www.instagram.com/cisabzm

De: Izabela F. - ADM

Para: ADM - Administração

Data: 07/01/2025 às 13:24:41

Seguem a demanda individual dos participantes do processo

—
Izabela Galvão Fernandes
Administrador

Anexos:

ARIS.pdf

ARIS.xlsx

CATAGUASES.pdf

CATAGUASES.xlsx

CISAB.pdf

CISAB.xlsx

FERVEDOURO.pdf

FERVEDOURO.xlsx

LIMA_DUARTE.pdf

LIMA_DUARTE.xlsx

RAUL_SOARES.pdf

RAUL_SOARES.xlsx

SENADOR_FIRMINO.pdf

SENADOR_FIRMINO.xlsx

INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O (município/autarquia) ARIS-MG, lotado no endereço Rua José dos Santos nº275 Centro, Viçosa -MG, por meio do seu setor de compras, envia demanda ao CISAB com o intuito de participar de processo de licitação com o objetivo de adotar “Registro de Preços contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação”, conforme tabela abaixo.

Motivação:

A participação na ata de registro de preços é motivada pela busca por eficiência e economia. Ao ingressar como ente participante do registro de preços a essa ata, o município pode beneficiar-se de preços mais competitivos e condições vantajosas, resultando em economia de recursos públicos. Além disso, a padronização dos equipamentos e materiais garante maior qualidade e eficácia nos processos de impressão, contribuindo para a otimização dos serviços prestados à comunidade.

Local de entrega ou execução:

ARIS- MG Rua José dos Santos Nº275, Centro, Viçosa -MG

Solicitante

Telefone: 031 3891-5636
e-mail: secretaria.ariszm@gmail.com
Responsável pelo preenchimento: Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso

Obrigações da contratante:

Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento.

Ao preencher a demanda:

NÃO EXCLUIR NENHUMA LINHA DA PLANILHA

PARA AQUELES ITENS QUE NÃO FOR ENVIAR DEMANDA, PREENCHER COM 0

AO INSERIR UM NOVO ITEM, INSIRA AO FINAL DA TABELA E COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS

PARA A UNIFICAÇÃO DOS ITENS ADQUIRIDOS, PREENCHER APENAS AS CÉLULAS EM BRANCO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	R\$ 253.836,00

#VALOR!

INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O (município/autarquia) _____, lotado no endereço _____, por meio do seu setor de compras, envia demanda ao CISAB com o intuito de participar de processo de licitação com o objetivo de adotar “Registro de Preços contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação”, conforme tabela abaixo.

Motivação:

A participação na ata de registro de preços é motivada pela busca por eficiência e economia. Ao ingressar como ente participante do registro de preços a essa ata, o município pode beneficiar-se de preços mais competitivos e condições vantajosas, resultando em economia de recursos públicos. Além disso, a padronização dos equipamentos e materiais garante maior qualidade e eficácia nos processos de impressão, contribuindo para a otimização dos serviços prestados à comunidade.

Local de entrega ou execução:

Solicitante

Telefone:
e-mail:
Responsável pelo preenchimento:

Obrigações da contratante:

Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento.

Ao preencher a demanda:

NÃO EXCLUIR NENHUMA LINHA DA PLANILHA

PARA AQUELES ITENS QUE NÃO FOR ENVIAR DEMANDA, PREENCHER COM 0

AO INSERIR UM NOVO ITEM, INSIRA AO FINAL DA TABELA E COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS

PARA A UNIFICAÇÃO DOS ITENS ADQUIRIDOS, PREENCHER APENAS AS CÉLULAS EM BRANCO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	1900	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900.000,00	R\$ 22.800.000,00

INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O (município/autarquia) CISAB ZM, lotado no endereço Rua José dos Santos, 275, centro. Viçosa MG, por meio do seu setor de compras, envia demanda ao CISAB com o intuito de participar de processo de licitação com o objetivo de adotar “Registro de Preços contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação”, conforme tabela abaixo.

Motivação:

A participação na ata de registro de preços é motivada pela busca por eficiência e economia. Ao ingressar como ente participante do registro de preços a essa ata, o município pode beneficiar-se de preços mais competitivos e condições vantajosas, resultando em economia de recursos públicos. Além disso, a padronização dos equipamentos e materiais garante maior qualidade e eficácia nos processos de impressão, contribuindo para a otimização dos serviços prestados à comunidade.

Local de entrega ou execução:

Rua José dos Santos, 275, centro. Viçosa MG

Solicitante

Telefone: 31 38915636
e-mail: contabilidade@cisab.com.br
Responsável pelo preenchimento: Cleyde Bitencourt

Obrigações da contratante:

Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento.

Ao preencher a demanda:

NÃO EXCLUIR NENHUMA LINHA DA PLANILHA

PARA AQUELES ITENS QUE NÃO FOR ENVIAR DEMANDA, PREENCHER COM 0

AO INSERIR UM NOVO ITEM, INSIRA AO FINAL DA TABELA E COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS

PARA A UNIFICAÇÃO DOS ITENS ADQUIRIDOS, PREENCHER APENAS AS CÉLULAS EM BRANCO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	R\$ 253.836,00

INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O (município/autarquia) Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, lotado no endereço Rua Terezinha Assef de Oliveira, 12 - Centro - Fervedouro-MG, por meio do seu setor de compras, envia demanda ao CISAB com o intuito de participar de processo de licitação com o objetivo de adotar "**Registro de Preços contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação**", conforme tabela abaixo.

Motivação:

A participação na ata de registro de preços é motivada pela busca por eficiência e economia. Ao ingressar como ente participante do registro de preços a essa ata, o município pode beneficiar-se de preços mais competitivos e condições vantajosas, resultando em economia de recursos públicos. Além disso, a padronização dos equipamentos e materiais garante maior qualidade e eficácia nos processos de impressão, contribuindo para a otimização dos serviços prestados à comunidade.

Local de entrega ou execução:

Solicitante

Telefone: (32) 3742-1191
e-mail: administracao@saaefervedouro.com.br
Responsável pelo preenchimento: Celso Ricardo de Almeida

Obrigações da contratante:

Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento.

Ao preencher a demanda:

NÃO EXCLUIR NENHUMA LINHA DA PLANILHA

PARA AQUELES ITENS QUE NÃO FOR ENVIAR DEMANDA, PREENCHER COM 0

AO INSERIR UM NOVO ITEM, INSIRA AO FINAL DA TABELA E COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS


PARA A UNIFICAÇÃO DOS ITENS ADQUIRIDOS, PREENCHER APENAS AS CÉLULAS EM BRANCO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00

#UNKNOWN!

INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS	
O Departamento Municipal de Água e Esgoto, lotado na Rua Oldemar Guimarães, nº 147 - Centro de Lima Duarte/MG, por meio do seu setor de compras, envia demanda ao CISAB com o intuito de participar de processo de licitação com o objetivo de adotar “Registro de Preços contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação”, conforme tabela abaixo.	
Motivação:	
A participação na ata de registro de preços é motivada pela busca por eficiência e economia. Ao ingressar como ente participante do registro de preços a essa ata, o município pode beneficiar-se de preços mais competitivos e condições vantajosas, resultando em economia de recursos públicos. Além disso, a padronização dos equipamentos e materiais garante maior qualidade e eficácia nos processos de impressão, contribuindo para a otimização dos serviços prestados à comunidade.	
Local de entrega ou execução:	
Rua Oldemar Guimarães, nº 147 - Centro de Lima Duarte/MG - CEP: 36140000	
Solicitante	
Telefone:	(32) 3281-1981
e-mail:	licitacao.demae@gmail.com
Responsável pelo preenchimento:	Kalyan Pereira de Oliveira Silva
Obrigações da contratante:	
Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento.	
Ao preencher a demanda:	
NÃO EXCLUIR NENHUMA LINHA DA PLANILHA	
PARA AQUELES ITENS QUE NÃO FOR ENVIAR DEMANDA, PREENCHER COM 0	
AO INSERIR UM NOVO ITEM, INSIRA AO FINAL DA TABELA E COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS	
PARA A UNIFICAÇÃO DOS ITENS ADQUIRIDOS, PREENCHER APENAS AS CÉLULAS EM BRANCO	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	60	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00	R\$ 216.000,00

 Documento assinado digitalmente
LARA DE OLIVEIRA NOLASCO
Data: 28/11/2024 16:16:0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O (município/autarquia) saee raul soares, lotado no endereço rua camilo de miura 425, por meio do seu setor de compras, envia demanda ao CISAB com o intuito de participar de processo de licitação com o objetivo de adotar "Registro de Preços contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação", conforme tabela abaixo.

Motivação:

A participação na ata de registro de preços é motivada pela busca por eficiência e economia. Ao ingressar como ente participante do registro de preços a essa ata, o município pode beneficiar-se de preços mais competitivos e condições vantajosas, resultando em economia de recursos públicos. Além disso, a padronização dos equipamentos e materiais garante maior qualidade e eficácia nos processos de impressão, contribuindo para a otimização dos serviços prestados à comunidade.

Local de entrega ou execução:

Solicitante

Telefone:
e-mail:materialrso(

Responsável pelo
preenchimento:

elizabeth freire

Obrigações da contratante:

Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento.

Ao preencher a demanda:

NÃO EXCLUIR NENHUMA LINHA DA PLANILHA

PARA AQUELES ITENS QUE NÃO FOR ENVIAR DEMANDA, PREENCHER COM 0

AO INSERIR UM NOVO ITEM, INSIRA AO FINAL DA TABELA E COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS

PARA A UNIFICAÇÃO DOS ITENS ADQUIRIDOS, PREENCHER APENAS AS CÉLULAS EM BRANCO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00

#VALOR!

INTENÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
O SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Senador Firmino, lotado no endereço R. Pio XII, 140, Sen. Firmino - MG, 36540-000, por meio do seu setor de compras, envia demanda ao CISAB com o intuito de participar de processo de licitação com o objetivo de adotar "Registro de Preços contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação", conforme tabela abaixo.
Motivação:
A participação na ata de registro de preços é motivada pela busca por eficiência e economia. Ao ingressar como ente participante do registro de preços a essa ata, o município pode beneficiar-se de preços mais competitivos e condições vantajosas, resultando em economia de recursos públicos. Além disso, a padronização dos equipamentos e materiais garante maior qualidade e eficácia nos processos de impressão, contribuindo para a otimização dos serviços prestados à comunidade.
Local de entrega ou execução:
Município de Senador Firmino - MG, 36540-000
Solicitante
Solicitante: SAAE de Senador Firmino Telefone: 32 998556253 e-mail: compras@saaesenadorfirmino.com.br Responsável pelo preenchimento: Jéssica de Paula da Mata
Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento.
Ao preencher a demanda: NÃO EXCLUIR NENHUMA LINHA DA PLANILHA PARA AQUELES ITENS QUE NÃO FOR ENVIAR DEMANDA, PREENCHER COM 0 AO INSERIR UM NOVO ITEM, INSIRA AO FINAL DA TABELA E COM TODAS AS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A UNIFICAÇÃO DOS ITENS ADQUIRIDOS, PREENCHER APENAS AS CÉLULAS EM BRANCO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	24	R\$307,15 (Art. 65º LEI Nº 1430/2019 . O valor do Vale Alimentação de que trata esta Lei será atualizado anualmente, observando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC — IBGE.)	R\$ 7.371,60	R\$ 88.459,20

SERVICO
AUTONOMO DE
AGUA E
ESGOTO:2035271
2000187

Assinado de forma
digital por SERVICO
AUTONOMO DE AGUA E
ESGOTO:203527120001
87
Dados: 2024.11.27
12:11:14 -03'00'

De: Izabela F. - ADM

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 07/01/2025 às 13:26:37

Segue a demanda consolidada

—

Izabela Galvão Fernandes

Administrador

Anexos:

CONSOLIDADA.pdf

CONSOLIDADA.xlsx

CONSOLIDAÇÃO DA DEMANDA - VALE ALIMENTAÇÃO 2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ARIS MG			CATAGUASES			CISAB ZM			LIMA DUARTE			SENADOR FIRMINO			RAUL SOARES			FERVEDOURO			TOTAL		
			QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	ALOR TOTAL MENS	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PFC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal (intransferível), com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	1900	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900.000,00	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	60	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00	24	R\$ 307,15	R\$ 7.371,60	1	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	2060	R\$ 1.975.177,60	R\$ 23.702.131,20

De: Alice R. - AGCONT
Para: ADM - Administração
Data: 07/01/2025 às 14:50:17

Segue o DFD.

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

Anexo_I_DFD.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Izabela Galvão Fernandes	14/01/2025 13:52:50	1Doc IZABELA GALVÃO FERNANDES CPF 105.XXX.XXX-06

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **CA23-6E76-3B12-12C5**

ANEXO I

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO
DA DEMANDA (DFD)**

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): Consórcio Intermunicipal de Saneamento Basico da Zona da Mata de Minas Gerais.	
Responsável pela Demanda: Izabela Galvão Fernandes	Cargo: Administração
E-mail: administracao@cisab.com.br	Telefone: (31) 3891-5636
Objeto: () Serviço não continuado (X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra () Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra () Material de consumo () Material permanente / equipamento	
Forma de Contratação sugerida: Será definido pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio após a fase de cotação.	

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Faz-se necessária a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, REGULARMENTE CADASTRADA NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR - PAT* NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO EXIFIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM.**

1.2 Os quantitativos foram solicitados de maneira a garantir os níveis de estoque por um período de 12 (doze) meses, conforme média histórica de consumo, histórico de itens previamente utilizados e de comensais atendidos.

1.3 A licitação será compartilhada, com os consorciados figurando como participantes na atado registro de preços, nos termos do que prevê o art. 7º, inciso XIV do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB Zona da Mata.

2. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER ASSINADO O INSTRUMENTO CONTRATUAL

2.1 Homologado o resultado desta Licitação, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços em até 7 (sete) dias corridos.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das dotações orçamentárias próprias de cada consorciado dos municípios/autarquias participantes deste certame.

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA POR DEMANDANTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ARIS MG			CATAGUASES			CISAB ZM			LIMA DUARTE		
			QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	1900	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900.000,00	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	60	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	SENADOR FIRMINO			RAUL SOARES			FERVEDOURO			TOTAL		
			QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	24	R\$ 307,15	R\$ 7.371,60	1	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	2060	R\$ 1.975.177,60	R\$ 23.702.131,60

Assinado por 1 pessoa: IZABELA GALVÃO FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab-1doc.com.br/verificacao/CA236E763B1212C57455FA0C> e informe o código CA23-6E76-3B12-12C5





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CA23-6E76-3B12-12C5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IZABELA GALVÃO FERNANDES (CPF 105.XXX.XXX-06) em 14/01/2025 13:52:47 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/CA23-6E76-3B12-12C5>

De: Alice R. - AGCONT

Para: ADM - Administração

Data: 14/01/2025 às 13:58:22

Setores (CC):

ADM, AGCONT

Segue o ETP.

—

Alice Souza Rodrigues

Assistente administrativo

Anexos:

Anexo_II_ETP.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Izabela Galvão Fernandes	14/01/2025 14:11:30	1Doc	IZABELA GALVÃO FERNANDES CPF 105.XXX.XXX-06

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **5CDD-B87D-26B7-FED0**

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

A título introdutório, tem-se que o presente documento caracteriza etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos e informações para a contratação de solução destinada a atender demanda do CISAB-ZM e/ou de seus consorciados.

O objetivo principal deste documento é expor detalhadamente a necessidade a ser satisfeita e identificar no mercado a melhor solução para atendê-la, em observância às normas e princípios que regem a Administração Pública.

A elaboração deste documento é norteadas pelas disposições do art. 6º, inciso XX, e 18, §1º, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 A licitação será compartilhada, com os consorciados figurando como participantes na ata do registro de preços, nos termos do que prevê o art. 7º, inciso XIV do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB Zona da Mata.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I)

2.1 O presente estudo tem por objetivo verificar a forma mais eficiente e vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e anexos.

2.2 O vale-alimentação é um benefício é uma forma de complementar a renda do trabalhador e garantir uma alimentação mais saudável e variada.

2.3 A necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de vales alimentação e refeição se dá em virtude do referido benefício de auxílio alimentação ou refeição estar previsto através do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados;

2.4 A contratação visa oferecer melhores condições de alimentação aos empregados da dos municípios demandantes, favorecendo seu bem-estar e saúde, proporcionando melhores condições nutricionais e de qualidade de vida e o consequente aumento da produtividade

2.5 Desta forma, a contratação é medida indiscutivelmente necessária.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (art. 18, §1º, inciso II)

3.1 Não foi elaborado Plano de Contratações Anual no âmbito do CISAB/ZM.

3.2 Todavia, a contratação se insere no planejamento dos consorciados de ter à disposição empresa prestadora dos serviços objeto deste estudo, de modo a satisfazer as suas necessidades.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)

4.1 As empresas deverão cumprir os requisitos de habilitação previstos em lei e a apresentar propostas em conformidade com as exigências do Termo de Referência e Edital.

4.2 A integralidade da contratação e os requisitos a serem observados pelos contratados serão apresentados em diante.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V)

5.1 Entende-se que a alternativa para suprir a demanda é a contratação dos serviços indicados neste documento por meio de empresa especializada.

5.2 Não se vislumbrou outra alternativa de mercado para a demanda em questão, pois trata-se serviço que não é ofertado pelo CISAB-ZM ou pelo quadro de pessoal dos consorciados.

5.3 A contratação dos serviços por meio de processo licitatório mostrou-se, portanto, a melhor alternativa no momento para solucionar a necessidade com brevidade.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII)

6.1 Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade de cada Município contratante, durante a vigência contratual.

6.2 Os quantitativos são estimados, portanto, a CONTRATANTE não se obriga a realizá-los, no todo ou em parte, sendo que as despesas oriundas desses serviços somente serão pagas mediante a realização efetiva de cada um.

7. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Local de entrega e execução dos serviços contratados: prefeituras e autarquias participantes da Ata de Registro de Preços, inclusive o CISAB, nos locais a serem determinados pelos contratantes requisitantes neste processo licitatório:

ARIS	AUTARQUIA
CATAGUASES	PREFEITURA
CISAB	AUTARQUIA
FERVEDOURO	SAAE
LIMA DUARTE	DEMAE
RAUL SOARES	SAAE
SENADOR FIRMINO	SAAE

8. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS:

8.1 Os serviços **serão executados de forma parcelada**, conforme a necessidade de cada município/autarquia demandante, durante a vigência contratual.

8.2 O valor global ofertado deverá ser composto pelo valor esmado anual do benefício, que é de **R\$ 23.702.131,20 (vinte e três milhões, setecentos e dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos)**.

9. CONCLUSÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 Diante do exposto, é possível concluir que a aquisição do objeto mediante pregão, menor preço por ITEM se mostra mais **viável** a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos. Nesse sentido, a utilização do critério de julgamento pelo menor preço também se mostra a mais adequada, porquanto os itens que se pretende adquirir são classificados como bens comuns, de características padronizáveis.

10. DA ENTREGA DOS SERVIÇOS E EXECUÇÃO

10.1. DO VALOR DO BENEFÍCIO

10.1.1 O valor do benefício será creditado para as modalidades de VALE ALIMENTAÇÃO e VALE REFEIÇÃO, através de um único cartão magnético, com tecnologia de chip full grade aderente ao padrão EMVs, com ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamento POS ou PDV ou equipamento similar; com total de 12 recargas mensais ao ano para cada beneficiário;

10.1.2 O total de beneficiários é de 2060 (duas mil e sessenta) pessoas.

10.1.3 O Valor unitário será de acordo com a lei municipal de cada município demandante.

10.2 DO SISTEMA DE RECARGAS E DOS USUÁRIOS

10.2.1 A CONTRATADA deverá efetuar os créditos nos cartões por meio de sistema ou arquivo eletrônico de sua responsabilidade, com base nas informações a serem fornecidas pela CONTRATANTE.

10.2.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar tecnologia, metodologia de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos de forma global e individualizada, possibilitando a impressão ou geração dos respectivos relatórios para conferência, através de um dashboard integrado.

10.2.3 A CONTRATADA deverá garantir o necessário treinamento e suporte para implementação e operacionalização da tecnologia empregada aos colaboradores responsáveis pela gestão do benefício pela CONTRATANTE.

10.2.4 Os valores das cargas e recargas para cada cartão magnético serão definidos pela CONTRATANTE, por ocasião de suas requisições periódicas à CONTRATADA.

10.2.5 Os beneficiários deverão contar com aplicativo ou sistema para realizar o controle do seu benefício, receber mensagens de disponibilizações de créditos, saldo disponível, confirmação de compras, controle do saldo através de extrato, consulta de rede credenciada, entre outras funcionalidades que promovam a melhor experiência dos beneficiários.

10.3. DOS CARTÕES DO BENEFÍCIO

10.3.1 Os cartões magnéticos possuirão tecnologia de chip full grade aderente ao padrão EMVs, com ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamento POS ou PDV ou equipamento similar.

10.3.2 Deverá ser permitido a habilitação e troca da senha individual pelo usuário, bem como, possuir MECANISMO DE APROXIMAÇÃO PARA PAGAMENTO, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização. As senhas dos usuários poderão ser alteradas através de aplicativo ou sistema.

10.3.3 O CARTÃO do benefício poderá ser utilizado de forma VIRTUAL, disponibilizado no momento da ativação pelo usuário. O CARTÃO VIRTUAL possui a finalidade de possibilitar a aquisição através das plataformas online de forma mais segura para o usuário.

10.3.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar a funcionalidade, de forma adicional e OPCIONAL, do cartão para ser utilizados em aplicativos de carteira digital (pay/wallet), buscando facilitar o pagamento de compras presenciais e online.

10.3.5 A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica, efetuando a troca de cartões e solucionando problemas de carga e recarga, prestar suporte e treinamento aos colaboradores da CONTRATANTE designados para operar o sistema fornecido, para o pleno cumprimento dos serviços.

10.3.6 A CONTRATADA deverá garantir a validade dos cartões e dos valores creditados em cada cartão até a data expirada, devendo assegurar os créditos pelo período da vigência do contrato, contados da entrega do cartão, e adicionalmente por NO MÍNIMO 60 dias após o encerramento do contrato ou da data de desligamento do colaborador.

10.3.7 A CONTRATADA deverá realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido pelo beneficiário ou pela CONTRATANTE, no prazo

máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data de bloqueio, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.

10.3.8 No caso de perda ou extravio do cartão, a CONTRATADA deverá repassar o saldo de crédito existente no cartão bloqueado para o novo cartão que será disponibilizado ao beneficiário.

10.3.9 A CONTRATADA deverá dar manutenção, incluindo eventuais substituições de cartões, sem custo adicional, prestando atendimento à CONTRATANTE e aos beneficiários.

10.3.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar UM ÚNICO CARTÃO MAGNÉTICO PARA AS MODALIDADES REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO, com os respectivos valores de recarga na data estabelecida, conforme solicitado no pedido efetuado pela CONTRATANTE;

10.3.11 A CONTRATADA deverá manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.

10.3.12 A CONTRATADA deverá entregar os cartões no endereço de cada município demandante.

10.3.11 A entrega dos cartões individuais do benefício obedecerá aos seguintes prazos:

I. Primeira emissão e entrega dos cartões: prazo não superior a 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE;

II. Emissões subsequentes de cartões: prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE;

III. Substituição dos cartões: prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da realização do pedido de emissão do novo cartão;

10.4. DA REDE CREDENCIADA:

10.4.1 A CONTRATADA manterá convênio com rede de estabelecimentos comerciais que comercializam gêneros alimentícios, atendendo a forma de pagamento por rede aberta, através de cartão bandeirado, garantindo desta forma, que o benefício possa ser utilizado em qualquer estabelecimento, garantindo a segurança e a praticidade dos pagamentos para todas as partes envolvidas.

10.4.2 A CONTRATADA disponibilizará os créditos para ser utilizado no pagamento exclusivo de gêneros alimentícios em restaurantes, lanchonetes, supermercados, mercados, empórios, padarias, açougues, assemelhados, aplicativos e sites de delivery de alimentos e refeições, considerando, que todo o estabelecimento que aceitar a bandeira deverá ter sua classificação fiscal em “alimentação ou refeição”, na função de pagamento crédito, através da tecnologia de transação através do MCC da maquineta ou equivalente, garantindo a validade de uso nas categorias correspondentes.

10.4.3 A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, bimestralmente ou sempre que solicitado, na forma digital ou física, o cadastro completo e atualizado dos estabelecimentos integrantes da sua rede credenciada.

10.5 DA TAXA ADMINISTRATIVA:

10.5.1 A contratação de empresa especializada para a operacionalização do benefício de vale refeição/alimentação ocorrerá mediante a oferta de MENOR Taxa Administrativa, podendo o valor ser positivo ou nulo, para administração do benefício.

10.5.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com o menor preço, atendidos os parâmetros obrigatórios e os critérios mínimos de qualidade definidos neste TERMO.

10.5.3 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, SENDO PERMITIDA A TAXA IGUAL A ZERO E NÃO SENDO PERMITIDA TAXA NEGATIVA

10.6 PRAZO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.6.1 O prazo para realização e conclusão dos serviços será 12 meses a partir de janeiro/2025, conforme execução do objeto do presente instrumento.

11. CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS

11.1 A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato em âmbito nacional, devendo o recebimento e aceitação dos serviços ser atestado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

11.2 A CONTRATADA deve garantir os serviços prestados à CONTRATANTE, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste CONTRATO, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.

11.3 O recebimento e aceitação dos serviços pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente CONTRATO e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

12. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (art. 18, §1º, inciso IV)

12.1 Entende-se ser necessária a aquisição dos seguintes itens e quantitativos, de acordo com a demanda existente.

12.2 O levantamento dos seus quantitativos teve como base informações fornecidas pelos entes consorciados do CISAB Zona da Mata, participantes dessa licitação; baseadas conforme média histórica de consumo, histórico de itens previamente utilizados e de comensais atendidos.

12.3 Quantidade a ser contratada:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ARIS MG			CATAGUASES			CISAB ZM			LIMA DUARTE		
			QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	1900	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900.000,00	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	60	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	SENADOR FIRMINO			RAUL SOARES			FERVEDOURO			TOTAL		
			QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	MENSAL VALOR TOTAL	ANUAL VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	24	R\$ 307,15	R\$ 7.371,60	1	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	2060	R\$ 1.975.177,60	R\$ 23.702.131,20

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que o fornecedor já executou objeto compável e pernente em quandades, caracterísocas e prazos com o objeto desta contratação. (Atestados emidos com no máximo 12 meses da data da apresentação da proposta)

14. ESTIMATIVA DE VALORES (art. 18, §1º, inciso VI)

14.1 Será anexada posteriormente ao processo a pesquisa de preços feita com base no art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021, para estimativa do valor da contratação.

15. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VIII)

15.1 Por se tratarem de serviços de padrão de desempenho e qualidade comuns, com especificações passíveis de serem especificadas, é possível concluir sob a égide da Lei 14.133/2021, a possibilidade da contratação mediante modalidade de PREGÃO, tipo ELETRÔNICO com critério de julgamento de menor preço por ITEM na forma do art. 17, §2º da Lei 14133/2021.

15.3 A licitação será compartilhada, nos termos do que prevê o art. 7º, inciso XIV do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB Zona da Mata.

15.4 Faz-se necessária os serviços pelos entes públicos indicados no termo de referência, edital e demais anexos, e, pelas características dos bens, por haver necessidade de contratações frequentes pelos futuros contratantes, bem como por ser conveniente a aquisição destes bens com previsão de entregas parceladas, o Registro de Preços é o procedimento auxiliar cabível e adequado para a situação em tela.

15.5 Diante do exposto, é possível concluir que a aquisição do objeto mediante pregão, menor preço por **ITEM** se mostra mais **viável** a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos. Nesse sentido, a utilização do critério de julgamento pelo menor preço também se mostra a mais adequada, porquanto os itens que se pretende adquirir são classificados como bens comuns, de características padronizáveis.

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, inciso XI)

16.1 A contratação almejada não guarda relação ou interdependência com outras pretendidas pelo CISAB-ZM

17. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX)

17.1 Pretende-se, por meio da presente contratação, assegurar a seleção da(s) proposta(s) apta(s) a gerar(em) a(s) contratação(ões) mais vantajosa(s) para o Município consorciados no que se refere à prestação dos serviços objeto deste documento.

18. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X)

18.1 Não serão necessárias providências específicas previamente à celebração do contrato, salvo a indicação de servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

18.2 Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- k) assinatura e publicação do contrato.

19. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS (art. 18, §1º, inciso XII)

19.1 Tratando de buscar o equilíbrio entre a economicidade e a redução do impacto ambiental para obtenção do “melhor preço”, ou seja, da proposta de menor preço que atenda aos requisitos de sustentabilidade exigidos.

19.2 A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber.

19.3 A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

- b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
 - f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
 - g) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.
 - h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
 - i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
 - j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental
- para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- k) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - l) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
 - m) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
 - n) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - o) orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes

20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII)

20.1 Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é a contratação dos serviços descritos neste ETP, em atendimento às necessidades do CISAB-ZM e/ou entes consorciados.

20.2 Portanto, concluímos que a contratação que atenda às especificações descritas no presente Estudo Técnico Preliminar e posterior Termo de Referência e Edital é a medida mais apropriada para suprir a necessidade identificada, declarando, por fim, a viabilidade de contratação dos serviços indicados neste documento.

Viçosa, 14 de janeiro de 2025

Responsável pela elaboração do ETP



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5CDD-B87D-26B7-FED0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IZABELA GALVÃO FERNANDES (CPF 105.XXX.XXX-06) em 14/01/2025 14:11:27 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/5CDD-B87D-26B7-FED0>

De: Alice R. - AGCONT
Para: COTA - Cotações
Data: 14/01/2025 às 14:14:49

Segue Termo de referencia

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

Anexo_III_TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Izabela Galvão Fernandes	14/01/2025 14:16:21	1Doc IZABELA GALVÃO FERNANDES CPF 105.XXX.XXX-06

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **8F04-7B77-568C-BD73**

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA Lei 14.133/21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, “a”)

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO EXIFIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM.

1.2 A contratação é fundamentada no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que instruem o processo, observando-se as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e Resoluções do CISAB-ZM (art. 6º, inciso XXIII, “b”).

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, “d”)

2.1 A contratação é crucial para assegurar a continuidade dos serviços essenciais aos colaboradores e o cumprimento das normas vigentes nos municípios consorciados ao CISAB-ZM.

2.2 O vale-alimentação é um benefício é uma forma de complementar a renda do trabalhador e garantir uma alimentação mais saudável e variada.

2.3 A necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de vales alimentação/refeição se dá em virtude do referido benefício de auxílio alimentação ou refeição estar previsto através de legislações próprias;

2.4 A contratação visa oferecer melhores condições de alimentação aos empregados dos municípios demandantes, favorecendo seu bem-estar e saúde, proporcionando melhores condições nutricionais e de qualidade de vida e o consequente aumento da produtividade

2.5 Desta forma, a contratação é medida indiscutivelmente necessária.

2.6 A licitação será compartilhada, nos termos do que prevê o art. 7º, inciso XIV do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB Zona da Mata.

2.7 Faz-se necessária dos serviços pelos entes públicos indicados no termo de referência, edital e demais anexos, e, pelas características dos bens, por haver necessidade de contratações frequentes pelos futuros contratantes, bem como por ser conveniente a aquisição destes bens com previsão de

entregas parceladas, o Registro de Preços é o procedimento auxiliar cabível e adequado para a situação em tela

2.8 A aquisição do objeto mediante pregão, menor preço por ITEM se mostra mais viável a partir da análise do Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos. Nesse sentido, a utilização do critério de julgamento pelo menor preço também se mostra a mais adequada, porquanto os itens que se pretende adquirir são classificados como bens comuns, de características padronizáveis.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS (art. 6º, inciso XXIII, “c”)

3.1. DO VALOR DO BENEFÍCIO

3.1.1 O valor total dos benefícios será de **R\$ 23.702.131,20 (vinte e três milhões, setecentos e dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos)**, com total de 12 recargas mensais ao ano para cada beneficiário;

3.1.2 O total de beneficiários será de 2060 (duas mil e sessenta) pessoas.

3.1.3 O valor do benefício será creditado para as modalidades de VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO, através de um único cartão magnético, com tecnologia de chip full grade aderente ao padrão EMVs, com ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamento POS ou PDV ou equipamento similar.

3.2 DO SISTEMA DE RECARGAS E DOS USUÁRIOS

3.2.1 A CONTRATADA deverá efetuar os créditos nos cartões por meio de sistema ou arquivo eletrônico de sua responsabilidade, com base nas informações a serem fornecidas pela CONTRATANTE.

3.2.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar tecnologia, metodologia de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos de forma global e individualizada, possibilitando a impressão ou geração dos respectivos relatórios para conferência, através de um dashboard integrado.

3.2.3 A CONTRATADA deverá garantir o necessário treinamento e suporte para implementação e operacionalização da tecnologia empregada aos colaboradores responsáveis pela gestão do benefício pela CONTRATANTE.

3.2.4 Os valores das cargas e recargas para cada cartão magnético serão definidos pela CONTRATANTE, por ocasião de suas requisições periódicas à CONTRATADA.

3.2.5 Os beneficiários deverão contar com aplicativo ou sistema para realizar o controle do seu benefício, receber mensagens de disponibilizações de créditos, saldo disponível, confirmação de compras, controle do saldo através de extrato, consulta de rede credenciada, entre outras funcionalidades que promovam a melhor experiência dos beneficiários.

3.3 DOS CARTÕES DO BENEFÍCIO

3.3.1 Os cartões magnéticos possuirão tecnologia de chip full grade aderente ao padrão EMVs, com ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamento POS ou PDV ou equipamento similar.

3.3.2 Deverá ser permitido a habilitação e troca da senha individual pelo usuário, bem como, possuir MECANISMO DE APROXIMAÇÃO PARA PAGAMENTO, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização. As senhas dos usuários poderão ser alteradas através de aplicativo ou sistema.

3.3.3 O CARTÃO do benefício poderá ser utilizado de forma VIRTUAL, disponibilizado no momento da ativação pelo usuário. O CARTÃO VIRTUAL possui a habilidade de possibilitar a aquisição através das plataformas online de forma mais segura para o usuário.

3.3.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar a funcionalidade, de forma adicional e OPCIONAL, do cartão para ser utilizados em aplicativos de carteira digital (pay/wallet), buscando facilitar o pagamento de compras presenciais e online.

3.3.5 A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica, efetuando a troca de cartões e solucionando problemas de carga e recarga, prestar suporte e treinamento aos colaboradores da CONTRATANTE designados para operar o sistema fornecido, para o pleno cumprimento dos serviços.

3.3.6 A CONTRATADA deverá garantir a validade dos cartões e dos valores creditados em cada cartão até a data estipulada, devendo assegurar os créditos pelo período da vigência do contrato, contados da entrega do cartão, e adicionalmente por NO MÍNIMO 60 dias após o encerramento do contrato ou da data de desligamento do colaborador.

3.3.7 A CONTRATADA deverá realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido pelo beneficiário ou pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data de bloqueio, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.

3.3.8 No caso de perda ou extravio do cartão, a CONTRATADA deverá repassar o saldo de crédito existente no cartão bloqueado para o novo cartão que será disponibilizado ao beneficiário.

3.3.9 A CONTRATADA deverá dar manutenção, incluindo eventuais substituições de cartões, sem custo adicional, prestando atendimento à CONTRATANTE e aos beneficiários.

3.3.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar UM ÚNICO CARTÃO MAGNÉTICO PARA AS MODALIDADES REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO, com os respectivos valores de recarga na data estabelecida, conforme solicitado no pedido efetuado pela CONTRATANTE;

3.3.11 A CONTRATADA deverá manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer possível falsificação ou fraude.

3.3.12 A CONTRATADA deverá entregar os cartões no endereço de cada município demandante. A entrega dos cartões individuais do benefício obedecerá aos seguintes prazos:

I. Primeira emissão e entrega dos cartões: prazo não superior a 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE;

II. Emissões subsequentes de cartões: prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE;

III. Substituição dos cartões: prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da realização do pedido de emissão do novo cartão;

3.4 DA REDE CREDENCIADA:

3.4.1 A CONTRATADA manterá convênio com rede de estabelecimentos comerciais, tais como restaurantes ou estabelecimentos similares, bem como estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, atendendo a forma de pagamento por rede aberta, através de cartão bandeirado, garantindo desta forma, que o benefício possa ser utilizado em qualquer estabelecimento, garantindo a segurança e a praticidade dos pagamentos para todas as partes envolvidas.

3.4.2 A CONTRATADA disponibilizará os créditos para ser utilizado no pagamento exclusivo de gêneros alimentícios em restaurantes, lanchonetes, supermercados, mercados, empórios, padarias, açougues, assemelhados, aplicativos e sites de delivery de alimentos e refeições, considerando, que todo o estabelecimento que aceitar a bandeira deverá ter sua classificação fiscal em “alimentação ou refeição”, na função de pagamento crédito, através da tecnologia de transação através do MCC da maquineta ou equivalente, garantindo a natalidade de uso nas categorias correspondentes.

3.4.3 A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, bimestralmente ou sempre que solicitado, na forma digital ou física, o cadastro completo e atualizado dos estabelecimentos integrantes da sua rede credenciada.

4.5 DA TAXA ADMINISTRATIVA:

4.5.1 A contratação de empresa especializada para a operacionalização do benefício de vale refeição/alimentação ocorrerá mediante a oferta de MENOR Taxa Administrativa, podendo o valor fixo ser positivo ou nulo, para administração do benefício.

7.5.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com o menor preço, atendidos os parâmetros obrigatórios e os critérios mínimos de qualidade definidos neste TERMO.

7.5.3 MENOR PREÇO POR ITEM - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, SENDO PERMITIDA A TAXA IGUAL A ZERO E NÃO SENDO PERMITIDA TAXA NEGATIVA.

4.6 PRAZO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.6.1 O prazo para realização e conclusão dos serviços será 12 meses a partir de **janeiro/2025**, conforme execução do objeto do presente instrumento, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais.

4.7 CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS

4.7.1 A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato em âmbito nacional, e

reportará suas comunicações na sede de cada município demandante, devendo o recebimento e aceitação dos serviços ser atestado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

4.7.2 A CONTRATADA deve garantir os serviços prestados à CONTRATANTE, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste CONTRATO, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.

4.7.3 O recebimento e aceitação dos serviços pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente CONTRATO e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

4.8 DO LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.8.1 Local de entrega dos cartões: sede dos municípios demandantes.

5. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS:

5.1 Primeira emissão e entrega dos cartões: prazo não superior a 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE.

5.2 O servidor deverá processar a conferência do serviço, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

5.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.4 O recebimento do bem licitado dar-se-á por intermédio de representante designado por cada município consorciado e será:

- a) Provisório: na entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo, com as especificações solicitadas.
- b) Definitivo: após a conclusão da conferência e análise necessárias e sua consequente aceitação definitiva, que ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.5 Visando maior concorrência e economia, considerando que se tratam de bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/21, a presente aquisição se justifica pela modalidade acima elencada, bem como o critério de julgamento do menor preço, porquanto o objetivo é alcançar, sempre que possível, a proposta mais vantajosa

5.6 Deverão estar inclusos nos preços propostos todas as despesas como seguro, frete, taxas, impostos e demais encargos incidentes.

5.7 O proponente assume os custos para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por estas despesas, independentemente da condução ou do resultado da licitação.

6. A SEGUIR OS MUNICÍPIOS DEMANDANTES DO PROCESSO:

ARIS	AUTARQUIA
CATAGUASES	PREFEITURA
CISAB	AUTARQUIA
FERVEDOURO	SAAE
LIMA DUARTE	DEMAE
RAUL SOARES	SAAE
SENADOR FIRMINO	SAAE

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: (art. 6º, inciso XXIII, “g”)

7.1 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE à CONTRATADA por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela CONTRATADA ou por intermédio de boleto bancário, antecipadamente pela CONTRATANTE em até 3 dias úteis à data de disponibilização do benefício, condicionado ao recebimento dos respectivos documentos de cobrança prementes para a competência dos créditos do benefício.

7.2. Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela CONTRATADA, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do CONTRATO.

7.2.1. A CONTRATANTE não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a CONTRATADA apresentar na entrega dos materiais, objeto do CONTRATO, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico do órgão gerenciador de cada contrato.

7.2.2. No caso de prestação de serviços, os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO, conforme item 7.1 da prestação dos serviços ou do período de medição.

7.2.3. Nos documentos de cobrança emitidos pela CONTRATADA, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

7.2.3.1. Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da CONTRATADA, para crédito do valor correspondente;

7.2.3.2. O número do respectivo CONTRATO, firmado com a CONTRATANTE, e da respectiva parcela e/ou período de medição, quando for o caso.

7.3. A CONTRATANTE providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da CONTRATADA, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da CONTRATADA providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a CONTRATANTE não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da CONTRATADA.

7.3.1. A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no CONTRATO, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do CONTRATO, por parte da CONTRATADA, constituem motivo de rescisão e asseguram à CONTRATANTE o direito de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual.

7.4. À CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os serviços forem entregues em desacordo com as especificações técnicas e quantidade descritas no CONTRATO e nos seus anexos, se a CONTRATADA não executar os serviços de acordo com o descrito no CONTRATO e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, sem que caiba à CONTRATADA aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos ou a execução dos serviços objeto do CONTRATO, em decorrência desses atrasos.

7.5. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7.6. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

7.7. O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da CONTRATANTE, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação

judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração MULTA MORATÓRIA de 2% (dois por cento) e JUROS DE MORA DIÁRIOS de 0,2% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

7.8. O pagamento efetuado pela CONTRATANTE não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

7.9. Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE, quando aplicável, e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo II – Planilha de Preços Unitários (PPU) do CONTRATO.

7.10. Caso a CONTRATADA esteja enquadrada no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela CONTRATADA.

7.11. A CONTRATANTE poderá deduzir dos valores a serem pagos a CONTRATADA:

- a) As quantias devidas pela CONTRATADA a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela CONTRATANTE, em decorrência de inadimplemento do CONTRATO;
- c) O valor dos prejuízos causados pela CONTRATADA à CONTRATANTE e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela CONTRATANTE a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a CONTRATADA;
- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a CONTRATANTE, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a CONTRATADA, devendo tais valores ser liberados em favor da CONTRATADA, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à CONTRATANTE.

8. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

8.1 O valor da **Taxa Administrativa** será fixo e irrevogável pelo período de um ano, contado a partir da data da assinatura do contrato. O valor do **Benefício** poderá ser reajustado de acordo com a definição dos valores do benefício, estabelecido por Acordo Coletivo de Trabalho ou outra norma/legislação interna da **CONTRATANTE**, podendo ser a qualquer tempo por esta solicitada.

8.2 O preço consignado no **CONTRATO** para a **Taxa Administrativa**, poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA**, considerando a livre negociação até o limite máximo do índice IPCA acumulado nos últimos 12 meses à data da negociação do reajuste, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano para a concessão do

reajuste será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do **CONTRATO**.

8.5 O direito aos reajustes não solicitados tempestivamente, pela **CONTRATADA**, sofrerá preclusão lógica em caso de prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato ou do seu encerramento, inclusive quando por meio de rescisão, exceto quando ressalvado expressamente.

8.6 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.7 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.8 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.9 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.10 O registro do reajustamento de preço em sentido estrito será formalizado por simples apostila.

8.11 O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e na ARP, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

- a. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;
- c. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;
- e
- d. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

9.1.1 À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

9.2 A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

9.3 A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

9.3.1 Pelo descumprimento dos prazos parciais de entrega do objeto contratado a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, por dia de atraso, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor da respectiva parcela.

9.3.2 Pelo descumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a. Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b. Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

9.4 A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

9.5 Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

9.6 Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA de 100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

9.7 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda

(de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

9.8 Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

9.9 A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.10 As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

9.10.1 As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

9.11 As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

9.12 Aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016, as disposições do

Capítulo II-B (DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS) do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), conforme estabelecido no artigo 185 da Lei nº 14.133/2021.

9.13 As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, “j”)

10.1 A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das dotações orçamentárias próprias de cada consorciado dos municípios/autarquias participantes deste certame.

11. GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, “f”)

11.1 Da gestão e fiscalização do contrato

11.1.1 A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) e Capítulo IX (Do recebimento do objeto do contrato), ambos da Lei nº 14.133/2021 e nos termos da regulamentação de cada município demandante do processo.

11.1.2 Para cumprir as atividades de gestão e fiscalização do contrato, cada consorciado indicará servidor hábil para o exercício dessa função.

11.2 São obrigações do contratante:

11.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

11.2.2 Comunicar ao contratado, de imediato, qualquer irregularidade verificada na execução do objeto;

11.2.3 Designar servidor para o contrato, o qual ficará responsável pela fiscalização;

11.2.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2.5 Pagar à contratada o valor resultante do fornecimento dos bens, na forma e no prazo estabelecido no contrato;

11.2.6 Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.2.7 Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

11.2.8 Considera-se, também, as obrigações das partes previstas na minuta do Contrato anexa ao Edital, ressalvando que, mesmo que a Minuta do contrato seja substituída por outro instrumento, nos

termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, as obrigações ali previstas serão aplicadas na presente licitação.

11.3 São obrigações do contratado:

11.3.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação (art. 92, XVI da Lei 14.133/2021);

11.3.2 Efetuar a entrega dos bens/serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo fiscal do contrato, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, quantidade, preço unitário e total;

11.3.3 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3.5 O dever previsto no item anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

11.3.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

11.3.7 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.3.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato, caso haja;

11.3.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.3.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.3.11 Demonstrar situação regular junto ao INSS, FGTS e Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como não apresentar débitos trabalhistas;

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s)

jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que o fornecedor já executou objeto compatível e permanente em quantidades, características e prazos com o objeto desta contratação. (Atestados emitidos com no máximo 12 meses da data da apresentação da proposta)

Viçosa, 14 de janeiro de 2025.

CISAB ZM

QUANTIDADE A SER CONTRATADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ARIS MG			CATAGUASES			CISAB ZM			LIMA DUARTE			VALOR TOTAL ANUAL
			QTD. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTD. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTD. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTD. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	1900	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900.000,00	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	60	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00	VALOR TOTAL MENSAL R\$ 568C-BD73 e informe o código 8F04-7B77-568C-BD73 para verificação no site www.cisab.com.br

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	SENADOR FIRMINO			RAUL SOARES			FERVEDOURO			TOTAL			VALOR TOTAL ANUAL
			QTD. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTD. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTD. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTD. MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	24	R\$ 307,15	R\$ 7.371,60	1	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	2060	R\$ 1.975.177,60	R\$ 23.708.332,20	VALOR TOTAL ANUAL R\$ 23.708.332,20 Assinado por 1 pessoa: IZABELA GALVÃO FERNANDES Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisab.1doc.com.br





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8F04-7B77-568C-BD73

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IZABELA GALVÃO FERNANDES (CPF 105.XXX.XXX-06) em 14/01/2025 14:16:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/8F04-7B77-568C-BD73>

De: Vanessa S. - COTA

Para: ADM - Administração

Data: 14/01/2025 às 14:33:03

Segue as cotações solicitadas.

—

Vanessa Faria Silva

Setor de compras

Anexos:

CONTRATO_PREFEITURA_DE_SAO_CAETANO_DO_SUL.pdf

Gmail_SOLICITACAO_DE_ORCAMENTO_VALE_ALIMENTACAO.pdf

Gmail_SOLICITACAO_DE_ORCAMENTO_VALE_ALIMENTACAO_Prime.pdf
orcamento_prime.pdf

SEI_CPRM_2380710_Contrato_CPRM.pdf

Vale_alimentacao_media_2025_assinado.pdf

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE CARTÕES CONECTADOS AOS ARRANJOS DE PAGAMENTO ELETRÔNICO E GESTÃO DE CRÉDITOS PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS, OBJETIVANDO GERIR OS RECURSOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DE SÃO CAETANO DO SUL - SEAIS, DESTINADOS AO PAGAMENTO DE FORNECEDORES POR ELA PREVIAMENTE CREDENCIADOS, EM RAZÃO DE TRANSAÇÕES RELACIONADAS AOS BENEFÍCIOS DO AUXÍLIO SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO VALE GÁS, DESCRITAS AO LONGO DESTES INSTRUMENTO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL E A EMPRESA PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, ORIUNDA DO PROCESSO Nº. 14.959/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024

Aos 18 dias do mês de junho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de São Caetano do Sul, no Gabinete do Senhor Prefeito, situado na Rua Eduardo Prado nº. 201, Bairro Cerâmica, Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, compareceram as partes entre si justas e pactuadas, a saber: de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.307.595/0001-75, neste ato representada seu **Secretário de Assistência e Inclusão Social**, (devidamente qualificado no Termo de Ciências e de Notificação), doravante denominados simplesmente "**Contratante**" e, de outro lado, a empresa **PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, com sede na Rua Blumenau, nº. 178 - Loja 02, Bairro América, na cidade de Joinville, no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.687.900/0002-04, Inscrição Estadual nº. Isento, neste ato representada por seu representante legal, devidamente qualificado no Termo de Ciência e Notificação, doravante denominado simplesmente "**Contratada**", as quais, na presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, resolvem firmar o presente contrato, em observância às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; da Lei Complementar Federal 123/06 em suas redações atuais; dos Decretos Municipais nº. 9.459/2006 e 11.914/2023; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS E DO VALOR.

1

R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200

www.saocaetanodosul.sp.gov.br

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

1. OBJETO:

1.1. Constitui o objeto deste Pregão a Contratação de empresa fornecedora de cartões conectados aos arranjos de pagamento eletrônico e gestão de créditos para pagamento de benefícios, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul - SEAIS, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas aos benefícios do Auxílio Suplementar de Alimentação e Auxílio Vale Gás, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 12 meses.

1.2. A pretensa contratação relaciona-se com os benefícios destinados aos beneficiários da cesta básica de alimentos, para aquisição suplementar de alimentos perecíveis, carnes, frutas, outros do gênero e auxílio bimestral de vale gás.

1.3. A taxa administrativa homologada para a referida contratação é:

ITEM	CÓDIGO	QT.	UN.	DESCRIÇÃO	TAXA PERCENTUAL DE ADMINISTRAÇÃO A SER COBRADA DO MUNICÍPIO
1	2.09.01.98 49.9	1	SVÇ	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARTÃO CONECTADO AOS ARRANJOS DE PAGAMENTOS ATUAIS E GESTÃO DE CRÉDITO PAR	0,00%

DETENTORA:

Denominação: Personal Net Tecnologia da Informação Ltda.
Endereço: Rua Blumenau, 178, Loja 02, América, Joinville-SC,
CEP: 89204-250
CNPJ: 09.687.900/0002-04
Representante Legal: Deny Guazi Resende
CPF: 157.774.486-15

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS LEGISLAÇÃO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

2.1 Tanto a CONTRATADA como a CONTRATANTE, estão subordinadas ao previsto na Lei Federal 14.133/2021, Título III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO I - DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.

2.2 A autorização para que a CONTRATADA transfira o pagamento ao estabelecimento credenciado contera declaração expressa de

2

R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200

www.saocaetanodosul.sp.gov.br

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

recebimento do objeto contratado, permitindo-se expressamente à CONTRATADA o direito de reter a remuneração que lhe é devida pelos serviços prestados no momento do repasse do valor devido ao fornecedor credenciado pela aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás.

2.3 Em situações excepcionais, a eventual suspensão da remuneração se dará pela retenção da respectiva taxa de administração pela municipalidade.

2.4 Para assegurar o desembolso dos valores da SEAIS aos estabelecimentos (fornecedores) credenciados, em razão da aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás pelos beneficiários, a CONTRATADA deverá utilizar meio de pagamento eletrônico rígido e envolto por múltiplos controles, contemplando, no mínimo, as seguintes características:

2.4.1 Identificação inequívoca de que a aquisição de produto foi realizada mediante apresentação do cartão e uso de senha.

2.4.2 Sistema antifraude que possibilite assegurar que os benefícios estão sendo utilizados para o fim ao qual se destinam.

2.4.3 Identificação do estabelecimento credenciado pela Secretaria, apto a fornecer os produtos, com base em lista transmitida pela referida Secretaria à CONTRATADA.

2.4.4 Dispositivo de captura do cupom fiscal ou nota fiscal emitido pelo estabelecimento credenciado, apontando a venda dos itens.

2.4.4.1 O dispositivo deverá realizar a validação do cupom fiscal ou nota fiscal capturada junto aos órgãos fazendários competentes.

2.4.4.2 O dispositivo deverá realizar a verificação dos itens de produtos alimentícios ou botijões adquiridos, ou seja, se todos pertencem ao rol definido pela SEAIS.

2.4.5 Trava de segurança, destinada a impossibilitar que os valores por beneficiário ultrapassem os valores dos benefícios.

2.4.5.1 O mesmo beneficiário não poderá ter mais que um crédito mensal para cada modalidade, detalhamento que constará da lista a ser disponibilizada pela Secretaria.

2.4.5.2 O valor dos benefícios destinados à aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás poderão ser utilizados, por meio de seu cartão, em qualquer estabelecimento credenciado pela Secretaria, à sua escolha, para aquisição dos itens. É dizer: cada beneficiário legal poderá adquirir os itens em quantos (e quais) estabelecimentos credenciados desejar, observados os limites ora impostos.

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

2.4.5.3 O beneficiário responsável poderá ter disponível dois benefícios, assim, o dispositivo deverá ter trava de segurança para impossibilitar que os valores das aquisições ultrapassem o valor dos créditos de forma separada, ou seja, a trava deverá estar disponível para o auxílio referente ao "Auxílio Suplementar" e para o "Auxílio Vale Gás".

2.4.5.4 Dispositivo de envio semanal de relatório de gestão, com a identificação das transações de pagamento, contemplando, no mínimo, a identificação dos estabelecimentos credenciados e dos responsáveis nas respectivas transações de pagamento, os valores, as datas, a identificação e as quantias dos itens de alimentos e gás.

2.5 O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias, a partir da implantação do meio de pagamento.

2.5.1 O prazo de implantação e entrega dos cartões aos beneficiários, será de 30 dias corridos contados a partir do recebimento da base de dados a ser enviada pela CONTRATANTE, o envio da base de dados será em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA.

3.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, a critério das partes, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS, PAGAMENTO E REAJUSTE CONTRATUAL.

4.1 As despesas com a execução do presente onerarão as dotações orçamentárias de nº 02.08.01-08.122.0350.2.036-3.3.90.30.00 - VERBAS DO TESOURO MUNICIPAL.

4.2 Os pagamentos serão efetivados em 30 dias contados da data em que for atestado o fornecimento dos materiais ou a prestação de serviços. A atestação será efetuada no prazo máximo de 5 dias úteis após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a qual deverá ser aprovada, conferida e assinada pelo Setor Requisitante e encaminhada posteriormente, à Seção de Contabilidade para lançamento e demais providências, na conta bancária da Contratada, Banco Bradesco, agência n.º 2657-3, conta n.º 17036-4.

4.2.1 Somente haverá a liberação, pela Secretaria Municipal da Fazenda, do pagamento devido à Contratada, quando da apresentação, pela Unidade Requisitante, de certidão devidamente assinada pelo secretário, conforme disposições contidas na Portaria nº 18.279, de 06 de

4

R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200

www.saocaetanodosul.sp.gov.br

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

janeiro de 2005.

4.3 Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada a nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

4.4 Ocorrendo atraso injustificado na liberação do pagamento, a Contratante poderá ser penalizada com multa de mora correspondente a 0,01% (um centésimo de percentual), do valor a ser pago, por dia de atraso até seu efetivo pagamento.

4.5 Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.6 Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

4.6.1 Certidão negativa de débitos referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.6.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

4.6.3 Prova da regularidade para com o Cadastro de Informativo Municipal - CADIN Municipal.

4.6.4 Certidão negativa de débitos trabalhista - CNDT

4.6.5 Certidão negativa de débitos tributários mobiliários expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município de São Caetano do Sul OU caso a empresa não seja inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Caetano do Sul, deverá apresentar declaração, firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que não é cadastrada e de que nada deve a esta Municipalidade relativamente aos tributos relacionados com a prestação lícitada.

4.7 Os preços serão fixos e irrevogáveis nos termos da Lei Federal 10.192/2001, sendo que na hipótese de prorrogação contratual, após o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados com base no índice do IGPM da FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, mediante requerimento da Contratada.

4.8 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal 14.133/21, bem como por eventuais normas regulamentadoras.

5

R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200

www.saocaetanodosul.sp.gov.br

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

4.9 O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro disposto na alínea "d" do inciso II do artigo 24 da Lei 14.133/21 poderá ser iniciado por requerimento da CONTRATADA ou por determinação do CONTRATANTE.

4.9.1 Quando o pedido for iniciado por requerimento da CONTRATADA, o pedido deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.

4.9.2 O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

4.9.3 Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, a CONTRATANTE terá 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

4.10 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.11 Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

4.12 CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1 A relação jurídica, em razão da contratação resultante deste instrumento, é constituída entre a Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul, (a contratante) e a empresa vencedora da licitação (a contratada). Desta forma, sem prejuízo das condições previstas nos itens antecedentes, as partes assumem as obrigações a seguir estabelecidas.

5.2 Obrigações da CONTRATADA:

5.2.1 Cumprir todas as obrigações previstas neste instrumento.

5.2.2 Proceder ao registro dos dados cadastrais e financeiros dos beneficiários em sistemas informatizados.

5.2.3 Gerar um limite de crédito personalizado de acordo com o arquivo de cadastro enviado pela SEAIS.

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

5.2.4 Deverá ser gerado um limite de crédito para aquisição dos produtos alimentícios e outro para aquisição dos botijões de gás.

5.2.5 Transferir os recursos correspondentes aos itens aos fornecedores credenciados, no prazo de até 10 dias úteis após a liquidação do pagamento pela SEAIS.

5.2.6 Efetuar o bloqueio e desbloqueio do(s) limite(s).

5.2.7 Fornecer instrumento que viabilize a utilização do crédito pelos fornecedores credenciados pela municipalidade.

5.2.8 Fornecer todos os equipamentos, insumos, pessoal, licenças e atualizações necessárias para a execução dos serviços.

5.2.9 Promover, durante a vigência do contrato, a interação entre o estabelecimento credenciado pela municipalidade e o responsável pelo beneficiário Titular, a qual se dará por meio da disponibilização, pela CONTRATADA, de canais de acesso para a resolução de dúvidas e requerimento de informações, devendo disponibilizar serviço de suporte técnico necessário para alcance dos fins contratuais.

5.2.9.1 Para cumprimento do disposto no item antecedente, a CONTRATADA deverá oferecer Central de Atendimento, às suas expensas, com ligação gratuita, via 0800 ou similar, a qual funcionará, no mínimo, em horário comercial, seis dias por semana, para que a ela possa se socorrer tanto o beneficiário, quanto o estabelecimento credenciado, para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar eventuais problemas inerentes aos serviços objeto do presente instrumento.

5.2.9.2 A interação que trata o item 5.2.9 refere-se às dúvidas com relação ao funcionamento do meio de pagamento. Demais dúvidas sobre a aquisição dos benefícios serão tratadas no telefone da SEAIS (4233-8902).

5.2.10 A CONTRATADA deverá realizar o acerto de contas semanalmente, consistente na verificação dos cupons ou notas fiscais capturados, validados e efetivamente pagos ou que por qualquer razão foram cancelados. O valor referente ao repasse do cupom ou nota fiscal que posteriormente foi cancelado deverá constar como crédito em favor da SEAIS devendo ser compensado no próximo pagamento ou ainda descontado de eventual valor a ser repassado por esta Secretaria à CONTRATADA.

5.2.11 Fatos atribuídos a terceiros não geram penalidades em desfavor da CONTRATADA.

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

5.2.12 Manter em sigilo os dados cadastrais dos beneficiários, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados.

5.2.13 Executar o setup da ferramenta utilizada nesta contratação, customizando-a com a identificação da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social.

5.2.14 O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias, a partir da implantação do meio de pagamento.

5.2.14.1 O prazo de implantação e entrega dos cartões aos beneficiários, será de 30 dias corridos contados a partir do recebimento da base de dados a ser enviada pela CONTRATANTE, o envio da base de dados será em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de serviços.

5.2.15 A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, bem como cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em lei, em normas específicas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

5.2.15 Caberá à CONTRATADA, obedecer às normas e rotinas da CONTRATANTE em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e a integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, processadas arquivadas eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

5.3 A Contratada deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, nos termos do art. 116 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL.

6.1 Transmitir à CONTRATADA o rol de estabelecimentos credenciados e, portanto, autorizados a comercializar os produtos relacionados.

6.2 Transmitir à CONTRATADA o rol de responsáveis legais autorizados a receber os cartões e adquirir os produtos na rede de estabelecimentos credenciados.

6.3 Desembolsar à CONTRATADA os valores correspondentes as vendas dos produtos alimentares e botijões de gás verificadas no período, observado o seguinte procedimento:

6.3.1 A CONTRATADA captura os cupons e/ou as notas fiscais dos fornecedores credenciados e, semanalmente, as envia à SEAIS, juntamente com o relatório de gestão de que trata o item 5.1.6 do termo de referência.

8

R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200

www.saocaetanodosul.sp.gov.br

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

6.3.2 O primeiro conjunto de documentos (cupons, notas fiscais e relatórios) deverá ser encaminhado em prazo a ser convencionado entre as partes contratantes, as quais definirão, preferencialmente, na quinta-feira da semana posterior ao início efetivo dos serviços.

6.3.2.1 Os demais conjuntos de documentos deverão ser encaminhados até as quintas-feiras das semanas subsequentes.

6.3.2.2 A CONTRATADA cobrará o percentual pactuado, incidente sobre cada transação de pagamento, que deve ser o mesmo proposto e julgado vencedor ao final da licitação.

6.3.2.3 A CONTRATADA não poderá cobrar valores de transferência (tais como TED, DOC e assemelhados) ou taxas de manutenção de conta dos estabelecimentos credenciados e, tampouco, dos beneficiários.

6.4 Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;

6.5 Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento do instrumento contratual;

6.6 Comunicar à Contratada sobre quaisquer irregularidades dos produtos entregues;

6.7 Fiscalizar a prestação dos serviços, zelando pelo fiel cumprimento do presente contrato, promovendo seu recebimento, conferindo a qualidade, especificação exigida dos mesmos, assim como os preços apresentados;

6.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor Contratado, durante o prazo vigente do Contrato;

6.9 Caberá à CONTRATANTE observar no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere o objeto deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 13.079 de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

6.10 Observar no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere o objeto deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 13.079 de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES E EXTINÇÃO.

7.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a juízo da Administração, nos termos da legislação municipal à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

7.2 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções, em razão da execução:

7.2.1 Multa por atraso: 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 10% (dez por cento), podendo a Prefeitura a partir do 10º dia considerar rescindido o Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.3 Pela inexecução total do contrato, será aplicada à Contratada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do ajuste.

7.4 Pela inexecução parcial do contrato será aplicada à Contratada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

7.5 Multa de 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total do Contrato.

7.6 Além das multas acima, a Administração poderá, ainda, impor as seguintes penalidades:

7.6.1 Advertência;

7.6.2 Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de São Caetano do Sul, pelo prazo de até dois anos;

7.6.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.7 Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, enseja o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

7.8 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

10

R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200

www.saocaetanodosul.sp.gov.br

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

7.9 Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do item 7.1, será a Contratada intimada da intenção da PMSCS quanto à aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.10 Não sendo apresentada a defesa prévia pela Contratada ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a Prefeitura providenciará a notificação da Contratada quanto à aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.11 Se a Contratante decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à Contratada.

7.12 É assegurado nos termos legais os prazos para o exercício do direito da ampla defesa e do contraditório, na aplicação das sanções.

7.13 A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da LC 123/06, devidamente atualizada, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração do Município de São Caetano do Sul.

7.14 O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da garantia prestada ou, sendo esta insuficiente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Administração. Não havendo prestação de garantia, o valor das multas será diretamente descontado do crédito que porventura haja.

7.15 Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei 14.133/21.

7.16 A extinção do contrato, observando o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21, poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Processo nº 300.141/2024

Contrato Nº 170/2024

7.17 A CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

7.18 A CONTRATADA se sujeita às sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.

7.19 A aplicação de uma das sanções não implica na exclusão de outras previstas na legislação vigente.

7.20 O pagamento de multas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

7.21 Os valores relacionados a multas poderão ser deduzidos, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

7.22 As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município e encaminhadas via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS.

8.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do **Pregão nº 31/2024** com seus Anexos e a Proposta Comercial da Contratada, constantes no **Processo Administrativo nº 14.959/2023**.

CLÁUSULA NONA - GESTOR CONTRATO.

9.1. O gestor da presente contratação será o servidor indicado, nos termos dos Decretos Municipais nº 11.093/2017 e 11.914/2023, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do termo contratual objeto do presente certame, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, bem como, responsabilizar-se á pela vigência, com o consequente controle dos prazos de início e término contratual, aditamentos e instauração de novo processo de licitação, caso seja deliberado pela continuidade dos serviços ou fornecimento.

9.2. O Gestor responderá administrativamente, civil e penalmente pelo cumprimento do contrato ou instrumento equivalente, quando

12

R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200

www.saocaetanodosul.sp.gov.br

Processo nº 300.141/2024

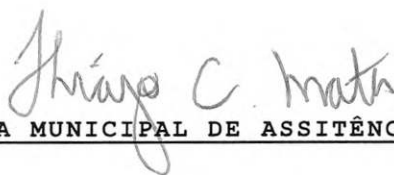
Contrato Nº 170/2024

verificado a não observância dos requisitos acima causando prejuízo à Administração ou comprometimento das atividades procedimentais.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO.

10.1. O foro competente para dirimir qualquer dúvida ou ação decorrente do presente Contrato é o foro da Comarca de São Caetano do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, vai assinada pelas partes e testemunhas a tudo presente e de tudo cientes, para que produza os regulares efeitos de Lei e de Direito.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO DIGITAL

Documento assinado digitalmente
gov.br DENY GUAZI RESENDE
Data: 19/06/2024 14:30:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

Documento assinado digitalmente
gov.br MAICON DE SOUZA GONCALVES PADILHA
Data: 19/06/2024 14:32:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
OBS.: as testemunhas estão devidamente qualificadas no Termo de Ciência e Notificação.

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO - VALE ALIMENTAÇÃO

Compras CISAB <compras@cisab.com.br>

9 de janeiro de 2025 às 16:21

Cco: Gilberto de Souza Pinheiro <gilberto.pinheiro@sodexo.com>, Ygor Yvens Teixeira <ygor.teixeira@sodexo.com>, contato@sbtargget.com, Loja VR <lojavr@vr.com.br>, quero@caju.com.br, Adriana de Souza Cintra <adriana.cintra@megavalecard.com.br>, mercadopublico@alelo.com.br, sayla.elkouba@sodexo.com, contas@megavalecard.com.br, fiscal@hgmempresendimentos.com.br, carlos.alex@grupogreencard.com.br, juridico@verocard.com.br, realcardgyn@gmail.com, licitacoes@bpfcartoes.com.br, contato@msbeneficios.com.br, diretoria@lecard.com.br, atsantos@accorbrasil.com.br, licitacao@personalcard.com.br, contato@verocard.com.br

Prezados, boa tarde!

Solicito orçamento para o serviço anexo conforme disponibilidade e documentação anexa.

Peço a gentileza do retorno o mais breve possível, devido a urgência para contratação.

Desde já agradeço

--

Atenciosamente,



Vanessa Faria
Assistente Administrativa
(31) 98643-8305

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais

Rua José dos Santos, nº 275, Centro - Viçosa/MG | CEP 36.570-135 - Telefone: (31) 3891-5636



www.cisab.com.br



www.facebook.com/cisabzonadamata



www.instagram.com/cisabzm

2 anexos



SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO - VALE ALIMENTAÇÃO.xlsx
128K



Anexo III TERMO DE REFERENCIA - Vale Alimentação .pdf
244K

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO - VALE ALIMENTAÇÃO

João Henrique <joao.henrique@primebeneficios.com.br>

10 de janeiro de 2025 às 16:48

Para: Compras CISAB <compras@cisab.com.br>

Cc: Novos Negócios <novosnegocios@primebeneficios.com.br>, Novos Contratos PRIME <NovosContratosprime@primebeneficios.com.br>

Prezados, boa tarde.

Identificamos uma inconsistência no arquivo anteriormente enviado e pedimos desculpas pelo ocorrido. Solicitamos, gentilmente, que desconsiderem o material anterior.

Por favor, considerem a cotação anexa a este e-mail.

Atenciosamente.

João Henrique
Novos Negócios

☎ (19) 3518-7000 | (19) 98392-0173

📍 Rua Açu, 47 - Alphaville Empresarial - Campinas/SP



[Texto das mensagens anteriores oculto]



Cotação PRIME BENEFÍCIOS - 10_01_2025.pdf
338K

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS (CISAB – ZM)

Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Endereço: Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03 – Centro Apoio II, Bairro Alphaville
Santana do Parnaíba / SP - CEP 06502-160
Tel. (19) 3518-7000 – E-mail: novoscontratosprime@primebeneficios.com.br
CNPJ nº 05.340.639/0001-30 Insc. Estadual nº 623.051.405.115 Inscr. Municipal nº 72270
Banco do Brasil (001) – Conta Corrente 86151-0 – Ag. 0052-3 (Campinas/SP)

OBJETO: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.

Taxa administrativa	3%
---------------------	----

Taxa de administração de 3% (três por cento) a ser aplicada ao valor estimado.


Declaramos:

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.

O preço cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação desta licitação, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos sociais, trabalhistas – respeitados os pisos salariais da categoria – e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto cotado.

***Orçamento valido apenas para efeito de abertura de Processo Licitatório, não tem validade para contratação direta e/ou emergencial.**

Santana do Parnaíba/SP, 09 de janeiro de 2025


PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
RENATA NUNES FERREIRA

CPF 371.237.288-40
(19) 3518-7000 – Ramal 7021



www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11- SL. 03- Andar 2- Centro de Apoio II
Alphaville- Santana de Parnaíba / SP | CEP: 06541-078 | (11) 4154-2398



CONTRATO Nº 259/2024

Processo nº 48086.010340/2024-58

Unidade Gestora: 495130 - CPRM/ERJ

CONTRATO Nº 259/2024 DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DO BENEFÍCIO DE VALE REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO, QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM E A TICKET SERVIÇOS S/A.

A **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**, Empresa Pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com as atribuições do **Serviço Geológico do Brasil**, com sede em Brasília/DF, no Setor Bancário Norte - SBN Quadra 02, Asa Norte, Bloco H – Edifício Central Brasília, CEP 70.040-904, e o Escritório do Rio de Janeiro, com sede na Av. Pasteur nº 404, Urca, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.091.652/0002-60**, neste ato representada por seus Diretores, na forma de seu Estatuto Social vigente, doravante denominada simplesmente **CPRM**, e a **Ticket Serviços S/A**, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, nº 7.815, 3º e 6º andares, Torre II, Pinheiros, São Paulo - SP, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 47.866.934/0001-74**, neste ato representado pela Sra. **Cláudia G. Nascimento Scalabrin**, Superintendente de Mercado Público, inscrita no CPF/MF sob nº ***.409.528-** e, pela Sra. **Vanessa Conte de Lima**, Diretora Comercial, inscrita no CPF/MF sob nº ***.983.138-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, pelo presente instrumento, têm justo e contratado o objeto a seguir discriminado, licitado através do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90106/2024, PROCESSO Nº 48086.002239/2024-23**, a cujo Edital está vinculado este Contrato, sujeitas as partes às normas da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em administração, gerenciamento e fornecimento do benefício de vale refeição e alimentação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou tecnologia equivalente ou superior, com uso de senha pessoal, opção de pagamento por aproximação, consulta eletrônica de saldo por meio de aplicativo, recarga de créditos mensais e aceita por aplicativos de delivery para atender as necessidades da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. As condições da execução do objeto são as constantes do Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

2.2. O Termo de Referência poderá prever endereços e prazos de execução diferentes.

2.3. O Termo de Referência poderá prever a execução do(s) serviço(s) de forma imediata ou parcelada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência deste Contrato é **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do artigo 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - justificativa técnica da necessidade da prorrogação.
- II - demonstração da vantajosidade econômica da manutenção do ajuste.
- III - existência de previsão orçamentária para atender as despesas resultantes da prorrogação do prazo.
- IV - execução satisfatória das obrigações contratuais pela contratada.
- V - manutenção da vantajosidade econômica para a CPRM, caso prorrogue a vigência do prazo contratual.
- VI - manifestação expressa do interesse na prorrogação, pela contratada.
- VII - manutenção das condições de habilitação da contratada, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a inexistência de sanções impeditivas do direito de contratar da contratada.
- VIII - existência de autorização da autoridade competente.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Cumprir fielmente o presente Contrato de forma que a execução do objeto ora avençada se realize em conformidade com as especificações e prazos exigidos e, sempre, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com o Termo de Referência.

4.1.1. Observar, durante a execução do objeto, o exato cumprimento das pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações eventualmente cometidas.

4.1.2. Observar as normas vigentes da ABNT, eventualmente, relacionadas ao objeto deste Contrato.

4.2. Cumprir o prazo de garantia previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.2.1. O prazo de garantia contratual do(s) serviço(s), complementar à garantia legal, será o previsto no Termo de Referência, quando houver previsão, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.3. Possuir aporte técnico treinado e habilitado, em número suficiente, que proporcione reais garantias do objeto executado, utilizando-se para tal de materiais, equipamentos, e mão de obra de boa qualidade, conforme previsto no Termo de Referência.

4.4. A CONTRATADA deverá organizar, manter e administrar rede de estabelecimentos que aceite como forma de pagamento os cartões alimentação e refeição, na quantidade necessária para melhor atendimento aos beneficiários, evitando fazer convênios com estabelecimentos que ofereçam apenas refeições frugais ou de valores nutricionais contraindicados, em conformidade com os critérios do Programa de Alimentação ao Trabalhador.

4.4.1. Na organização da rede de estabelecimentos conveniadas, a prestadora de serviços deverá considerar aqueles que forem, de preferência, dos beneficiários da CPRM, em razão da qualidade de serviços prestadas e da sua localização.

4.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar em site/portal eletrônico na internet ou aplicativo, relação atualizada dos estabelecimentos conveniados, classificados por convênio refeição e convênio Alimentação.

4.6. A CONTRATADA deverá providenciar o atendimento de até 80% (oitenta por cento) dessa rede de estabelecimentos, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do contrato e de 100% (cem por cento) na prazo de 60 (sessenta) dias.

- 4.7. Efetuar, sob exclusiva responsabilidade, os pagamentos devidos aos estabelecimentos com os quais mantém convênios.
- 4.8. A CONTRATADA terá como obrigação manter a mais absoluta confidencialidade sobre os dados e informações disponibilizadas ou conhecidas, em decorrência da prestação dos serviços, objeto desta contratação, bem como tratá-las como matéria sigilosa.
- 4.9. A CONTRATADA será responsabilizada, na forma da lei, por descumprimento das obrigações relacionadas com a confidencialidade e segurança de dados, informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem em perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio na qual estejam armazenadas, em que trafeguem, ou do ambiente em que estejam sendo processados.
- 4.10. A CONTRATADA deverá credenciar os restaurantes localizados nas dependências da CPRM, se houver, imediatamente após a assinatura do contrato, de forma que no primeiro pedido esses estabelecimentos estejam aptos a aceitar o cartão refeição.
- 4.11. A CONTRATADA deverá manter o número mínimo de estabelecimentos conveniados, mesma que a CPRM solicite a exclusão de algum deles em decorrência de seleção.
- 4.12. Na ocorrência de mudança na operacionalidade dos cartões de refeição e alimentação, pela rede credenciada, que obrigue a utilização de cartões adequados à tecnologia aplicada, fica a CONTRATADA obrigada a fornecer tais cartões aos beneficiários da CPRM, sem qualquer ônus adicional para o usuário e para a CONTRATANTE.
- 4.13. A CONTRATADA deverá dispor de sistema de administração e gerenciamento que permita a realização dos pedidos mensais, atualizações decorrentes de admissões e dispensas de beneficiários e outras informações, por meio eletrônico, possibilitando também a emissão de relatórios para o controle e gestão das informações sobre a utilização do benefício, bem como auxiliar na declaração anual do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.
- 4.14. Caberá a CONTRATADA liberar mensalmente crédito para os cartões eletrônicos, magnéticos ou de tecnologia equivalente ou superior, na data e no valor do benefício fixado pela CPRM.
- 4.15. A CPRM poderá solicitar a emissão de crédito nos cartões em valores diferenciados, com a finalidade de complemento à concessão do benefício.
- 4.16. O processamento das informações relativas às operações realizadas pelos beneficiários deverá ocorrer de forma automática quando da efetivação da compra, permitindo a informatização dos dados de identificação do usuário do cartão, datas e horários, além de local de consumo, de forma que possibilite o monitoramento da correta utilização do benefício, quando necessário.
- 4.17. A CONTRATADA deverá manter serviço de atendimento ao cliente 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, para fornecimento de saldo, troca de senha, autorização de compras, realização de bloqueio imediato de cartão eletrônico ou tecnologia superior, em caso de perda ou roubo e fornecimento de outras informações que se fizerem necessárias, conforme estabelecido neste Termo de Referência.
- 4.18. No caso de perda ou roubo do cartão, a CONTRATADA deverá providenciar sua reposição no prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 4.19. Será de responsabilidade da CONTRATADA a reemissão do cartão alimentação e/ou refeição, sem ônus adicional para a CPRM, por ocasião do vencimento da data de validade ou por extravio, bem como sua distribuição nos endereços constantes no item 4.9, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 4.20. A CONTRATADA deverá indicar, em até 10 (dez) dias, após assinatura do contrato, o preposto que a representará na execução do contrato
- 4.21. A CONTRATADA deverá atender as recomendações e determinações do fiscal do contrato nomeado pela CONTRATANTE.
- 4.22. Na ocorrência de mudança da tecnologia das operações a serem realizadas pela rede de Refeição-convênio e/ou Alimentação-convênio, que obrigue a implantação de outra tecnologia, fica a

CONTRATADA obrigada a prestar o novo serviço aos beneficiários da CPRM, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE. Também por ocasião do vencimento da data de validade, bem como sua distribuição, 10 (dez) dias antes do vencimento anteriormente citado.

4.23. Os cartões deverão conter mecanismos que assegurem proteção contra falsificação, devendo constar, no mínimo:

- a) Razão ou denominação social da CPRM;
- b) Código do cartão;
- c) Data de validade;
- d) Nome, endereço e CNPJ da prestadora do serviço;
- e) A expressão "válido somente para pagamento de refeição" ou a expressão "válido somente para aquisição de gêneros alimentícios";
- f) Identificação do usuário por nome.
- g) Na emissão dos cartões deverão ser adotados mecanismos que assegurem proteção contra falsificação.

4.24. Os cartões deverão ser confeccionados e entregues nas Unidades Regionais da CPRM, que serão responsáveis pela distribuição para as demais unidades de sua responsabilidade, conforme especificado no Termo de Referência.

4.25. A CONTRATADA não poderá cobrar pelo fornecimento dos cartões e manutenção dos convênios, na sua proposta de preços.

4.26. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de administração e gerenciamento do benefício para a CONTRATANTE realizar os pedidos mensais de créditos nos cartões refeição e/ou alimentação dos beneficiários, tais pedidos serão enviados à CONTRATADA com 07 (sete) dias úteis de antecedência da data que o crédito deverá ser efetivado para os beneficiários.

4.27. A CONTRATADA deverá disponibilizar por meio da central de atendimento ou pelo aplicativo, opção para alteração de senha. Para garantir a segurança da informação, a central de atendimento da CONTRATADA deverá exigir do empregado identificação como, por exemplo: CPF, filiação, data de nascimento.

4.28. A CONTRATADA deverá emitir a segunda via dos cartões em caso de perda, roubo, furto, extravio ou deterioração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da comunicação formal, via central de atendimento ou aplicativo, efetuando-se a transferência de saldo remanescente para o novo cartão assim que for desbloqueado, sem custo para o empregado.

4.29. Atender às notificações, feitas pela fiscalização, acerca de eventuais irregularidades, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de expedição da correspondência.

4.30. Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.31. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.32. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados diretamente à CPRM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, por ato ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados, sujeitando-se ao pagamento das perdas e danos decorrentes, independentemente de outras cominações legais e contratuais.

4.33. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente ajuste, ficando eximida a CPRM de qualquer responsabilidade fiscal, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, assistenciais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, além de licenças, seguro de acidentes de trabalho e outros obrigatórios.

4.34. Disponibilizar, sempre que requisitada pela fiscalização, toda documentação relativa ao pagamento e cumprimento das obrigações acessórias referentes a tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, assistenciais e acidentários relacionados com este Contrato.

4.35. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente.

4.36. Conhecer e cumprir o Código de Conduta, Ética e Integridade disponível no sítio eletrônico da CPRM (www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo_etica.pdf).

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CPRM

5.1. Nomear um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

5.2. Indicar o local da execução do objeto, seu prazo e suas especificações, conforme o Termo de Referência.

5.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da aplicação de eventual penalidade, estabelecida no Contrato.

5.5. Efetuar o pagamento referente ao objeto contratado de acordo com os preços e a forma estabelecidos no Contrato, após a devida aprovação do objeto executado.

5.6. Atestar as respectivas Notas Fiscais Eletrônicas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

5.7. Assegurar-se da boa execução do objeto, verificando sempre o seu bom desempenho e documentando as ocorrências havidas.

5.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado que esteja em desacordo com as respectivas especificações.

5.9. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CPRM, não devem ser interrompidos.

5.10. Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

5.11. Prestar as informações e os esclarecimentos porventura necessários.

5.12. Reter os pagamentos devidos à CONTRATADA em caso de inexecução do objeto contratual, ou em caso de inexecução a contento do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

6.1. Estima-se para o presente Contrato o valor de **R\$ 21.281.027,04 (vinte e um milhões, duzentos e oitenta e um mil, vinte e sete reais e quatro centavos)**, acrescido da taxa de administração de **0,00%, equivalente a R\$0,00 (zero reais)**, para o **período de 12 (doze) meses (valor global anual)** e 13 (treze) disponibilizações anuais de benefício.

6.2. **Os valores pagos à CONTRATADA serão realizados mensalmente, conforme a quantidade de créditos emitidos nos cartões, acrescido da taxa de administração de 0,00%, equivalente a R\$0,00 (zero reais), observado o número de beneficiários e o valor facial dos créditos.**

6.3. **A taxa de administração será de 0,00%, equivalente a R\$0,00 (zero reais) fixa e irrevogável, durante a vigência do Contrato. Nela devem estar inclusos todas as despesas, lucros e custos diretos ou indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, frete, seguro e insumos) necessários ao cumprimento integral do objeto do Contrato.**

6.4. A CPRM não se vincula a executar o valor global estimado, uma vez que, ao longo da vigência do Contrato, o número de beneficiários e o valor dos benefícios poderão sofrer alterações.

6.5. No preço citado acima já estão computados todos os custos diretos e indiretos, tais como: o salário, os tributos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, valor a título de alimentação, vale-transporte, na forma da lei, materiais a serem utilizados, mão de obra; fretes, lucro, BDI etc.

6.6. A CPRM não pagará qualquer taxa ou valor além do mencionado na Proposta da CONTRATADA, após a conclusão da execução do objeto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. Será admitido o reajustamento dos preços, mediante requerimento da CONTRATADA, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data prevista para apresentação da proposta, com base na variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor AMPLO-IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

7.2. Caberá à CONTRATADA a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser pleiteado, cuja aprovação do percentual de reajuste deverá ser negociado e aprovado pelo CONTRATANTE, observando-se os valores praticados no mercado à época de sua concessão para serviços compatíveis com o objeto da contratação.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado pelo objeto, efetivamente, executado e aprovado pela fiscalização e observará os preços registrados na proposta de preços, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

8.2. Os pagamentos à CONTRATADA serão realizados mensalmente, conforme a quantidade de créditos emitidos nos cartões, observados o número de beneficiários e o valor facial dos créditos.

8.3. A CONTRATADA habilitar-se-á ao pagamento mediante a disponibilização do boleto e demais documentos que comprovem o efetivo cumprimento das obrigações contratuais, conforme solicitação dos gestores e fiscais técnicos e administrativos do contrato. A documentação será devidamente atestada por empregado designado para acompanhar e fiscalizar o contrato.

8.4. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio do boleto bancário, que deverá ser disponibilizado para a CONTRATANTE no momento do pedido mensal e o pagamento ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da disponibilização dos créditos nos cartões refeição e/ou alimentação.

8.5. A CONTRATANTE pagará os boletos somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

8.5.1. A apresentação da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e e do recibo emitido pela CPRM deverá ocorrer sempre em conjunto e exclusivamente por meio do peticionamento eletrônico pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, utilizando a funcionalidade de Peticionamento de Processo Novo e o tipo de processo "Gestão de Contrato: Processo de Pagamento".

8.6. Para que o peticionamento eletrônico seja possível é impreterível que o representante da CONTRATADA possua cadastro como Usuário Externo no SEI da CPRM liberado, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do SEI disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.cprm.gov.br/publique/Acesso-a-Informacao/Sistema-Eletronico-de-Informacoes--SEI-311>.

8.7. Caso o peticionamento eletrônico no SEI da CPRM não esteja disponível, a CONTRATADA deverá encaminhar a documentação por *e-mail* ou por outra forma definida pelo representante da CPRM.

8.8. Toda a comunicação entre a CONTRATADA e a CPRM deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, observada a exceção prevista acima.

8.9. A CPRM poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, em caso de inexecução parcial ou total do objeto.

8.10. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano),

capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.11. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. **CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO**

9.1. O objeto do presente Contrato será recebido:

a) O objeto será recebido provisoriamente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

b) O objeto será recebido definitivamente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências do Termo de Referência e deste Contrato.

9.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Termo de Referência e com este Contrato.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA, pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

9.4. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da CPRM, que anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto e determinará o que for necessário para regularizar as falhas ou defeitos observados.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A execução do objeto do presente Contrato será fiscalizada pela CPRM, através de representante designado, consoante o Termo de Referência.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1. A CONTRATADA, em caso de cometimento de infrações, estará sujeita às seguintes sanções, nos termos do artigo 167 do [Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM](#):

11.1.1. Advertência.

11.1.2. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de conclusão do objeto, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

11.1.3. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de repetição do objeto prestado e rejeitado, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

11.1.4. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de repetição do objeto prestado desconforme as especificações deste instrumento, do Termo de Referência ou da Proposta, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

11.1.5. Multa não compensatória de até 20% (vinte por cento), por inexecução total ou parcial, sobre o valor global do Contrato, que poderá ser rescindido.

11.1.6. Multa de até 5% (cinco por cento) em caso de cometimento de fraude fiscal.

11.1.7. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima estará sujeita à penalidade de Impedimento de licitar e de contratar com a CPRM, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

11.1.7.1. O impedimento de licitar e de contratar com a CPRM resultará em descredenciamento no SICAF pelo mesmo prazo.

11.1.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de suspensão e impedimento.

11.1.9. As penalidades previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelas perdas e danos diretos e indiretos.

11.1.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.1.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

11.1.12. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos ou cobradas administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

11.1.13. A autoridade competente, na apuração dos fatos, poderá aceitar as justificativas apresentadas, a seu critério e, na eventual aplicação da(s) penalidade(s), considerará a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da penalidade, bem como o dano causado à CPRM, observado o princípio da proporcionalidade.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL**

12.1. São formas de extinção do vínculo contratual:

12.1.1. Distrato ou Resilição Bilateral.

12.1.2. Denúncia ou Resilição Unilateral.

12.1.3. Resolução.

12.1.4. Rescisão Judicial ou Arbitral.

12.1.5. Conclusão total da execução do objeto contratado.

12.2. O Distrato ou Resilição Bilateral é a forma de extinção do vínculo contratual por mútua vontade das partes.

12.3. A Denúncia ou Resilição Unilateral é a forma de extinção do vínculo contratual por vontade unilateral de uma das partes, sem que tenha ocorrido inadimplemento da outra parte.

12.4. A Resolução é a forma de extinção do vínculo contratual que pressupõe a inexecução das obrigações contratuais.

12.5. A Rescisão Judicial é a forma de extinção do vínculo contratual quando houver lesão impossível de ser restaurada pelas partes.

12.6. A Execução total do objeto contratado é a forma de extinção natural do vínculo contratual.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO**

13.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, o presente Contrato.

13.2. A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos, de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito da CPRM.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS**

14.1. Os recursos necessários para os pagamentos do objeto deste Contrato, foram provisionados no orçamento da CPRM, para o exercício de **2024**, na seguinte classificação:

- Programa de Trabalho: 216699
- Natureza da Despesa: 339039
- Fonte: 1000
- Centro de Custo:
- Processo nº: 48086.010340/2024-58

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUPERVISÃO DO CONTRATO**

15.1. A designação do Gestor do Contrato, do fiscal e de um suplente caberá ao **Departamento de Recursos Humanos - DERHU**, indicados através de ofício.

15.2. A CONTRATADA deverá designar e indicar um supervisor por procuração que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, conforme a previsão do art. 173 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. O Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

16.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA se obriga a se relacionar com a Administração Pública com ética, respeito e profissionalismo, não recebendo qualquer forma de vantagem ou favorecimento, nem oferecendo suborno ou praticando quaisquer atos de corrupção com o intuito de exercer influência sobre qualquer agente ou dirigente público ou entidades públicas nacionais ou estrangeiras com o fim de obter ou manter negócio para si próprio, para terceiros ou em favor da CPRM. A CONTRATADA declara-se ciente de que não serão tolerados quaisquer comportamentos antiéticos ou contrários às normas nacionais ou internacionais anticorrupção aplicáveis às atividades da presente contratação, incluindo-se, mas não se limitando à Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA declara sob as penas da Lei que:

18.1.1. O signatário infra-assinado possui o poder de firmar o presente Contrato e cumprir as obrigações dele decorrentes.

18.1.2. Possui todas as licenças, autorizações, certificações e aprovações aplicáveis necessárias para a celebração do presente Contrato e para execução de todas as obrigações dele decorrentes.

18.1.2.1. O disposto acima contempla as licenças, autorizações, certificações e aprovações aplicáveis aos empregados, prepostos e/ou subcontratados envolvidos na execução do objeto contratado.

18.1.3. Não violará quaisquer direitos de Propriedade Intelectual de terceiros na execução de suas obrigações decorrentes do presente Contrato.

18.1.4. Reconhece que as prestações e responsabilidades assumidas são manifestamente proporcionais e que possui experiência e expertise nas atividades que lhe competem por força deste Contrato.

18.1.5. Conhece e cumprirá o Código de Conduta, Ética e Integridade disponível no sítio eletrônico da CPRM (www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo_etica.pdf).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

19.1. As partes se comprometem a:

19.1.1. Proteger os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma disposta na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

19.1.2. Assegurar a titularidade dos dados pessoais de toda pessoa natural, garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

19.1.3. Tratar, usar e eliminar os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

- 19.1.4. Realizar o tratamento dos dados pessoais observando os princípios da boa-fé, da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso, da qualidade dos dados, da transparência, da segurança, da prevenção, da não discriminação, da responsabilização e prestação de contas.
- 19.1.5. Facilitar, ao titular, o acesso às informações sobre o tratamento dos seus dados.
- 19.1.6. Tratar os dados sensíveis somente nas hipóteses legais.
- 19.1.7. Tratar os dados pessoais de crianças e de adolescentes em seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente.
- 19.1.8. Eliminar os dados pessoais, após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as finalidades dispostas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 19.2. Para os fins desta cláusula, todas as terminologias e expressões referentes a dados pessoais estão reguladas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 19.3. Salvo nova definição legislativa superveniente, “dado pessoal” é toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- 19.4. Salvo nova definição legislativa superveniente, “tratamento” é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem desde já para dirimir as questões oriundas deste instrumento o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro, de preferência a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. Integram o presente Contrato, para todos os fins de direito, o Termo de Referência e a Proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de 11/10/2024, devidamente rubricados, independente de transcrição.
- 21.2. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Contrato, prevalecerá este último.
- 21.3. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI da CPRM, garantida a eficácia das Cláusulas.
- 21.4. A assinatura deste termo pelo representante da CONTRATADA, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento da validade e do aceite ao presente documento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA CONTE DE LIMA, Representante Legal**, em 16/12/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA GUEDES NASCIMENTO SCALABRIN, Representante Legal**, em 20/12/2024, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA MARCIA GOMES CANDIDO, Testemunha**, em 20/12/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIANO DE SOUZA ALVES, Diretor(a) de Administração e Finanças**, em 20/12/2024, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Inácio Cavalcante Melo Neto, Diretor(a)-Presidente**, em 23/12/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2380710** e o código CRC **3568946B**.

Referência: Processo nº 48086.010340/2024-58

SEI nº 2380710

MÉDIA DE ORÇAMENTOS DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO

	FORNECEDOR	CNPJ
1	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30
2	PREFEITURA SÃO CAETANO DO SUL - SEAIS	59.307.595/0001-75
3	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM	00.091.652/0002-60

				PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	CONTRATO -Nº 170/2024 - PREFEITURA SÃO CAETANO DO SUL - SEAIS	CONTRATO Nº 259/2024 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM		
ITEM	SERVIÇO	QTD MENSAL	VALOR DEMANDADO TOTAL	VALOR	VALOR	VALOR	MÉDIA UNITARIA	TOTAL MESES) (12
	Taxa administrativa			3,00%	0,00%	0,00%	1%	R\$ 23.939.152,52
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	2060	R\$ 1.975.177,60	R\$ 2.034.432,93	R\$ 1.975.177,60	R\$ 1.975.177,60	R\$ 1.994.929,38	



Documento assinado digitalmente
VANESSA FARIA SILVA
Data: 14/01/2025 14:28:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

De: Izabela F. - ADM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/01/2025 às 10:44:29

Prezados,

Tendo em vista que o valor estimado é superior a R\$80.000,00, a licitação deverá ocorrer em Ampla Concorrência.

—

Izabela Galvão Fernandes

Administrador

De: Izabela F. - ADM

Para: SUP - Superintendência

Data: 16/01/2025 às 10:44:41

Setores (CC):

SUP, ADM, AGCONT

—

Izabela Galvão Fernandes

Administrador

De: Alice R. - AGCONT
Para: AGCONT - Agente de Contratação
Data: 16/01/2025 às 10:55:01



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**
www.cisab.com.br / (31) 3891-5636

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO

Autorizo a abertura do processo administrativo referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM, conforme Termo de Referência.

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

PORTARIA_001_2025_NOMEACAO_DE_SUPERINTENDENTE.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Iolanda de Sena Gonçalves	16/01/2025 11:09:09	1Doc IOLANDA DE SENA GONÇALVES CPF 063.XXX.XXX-30...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **9A35-2076-D53A-CD48**

PORTARIA Nº 001, de 02 de Janeiro de 2025.

Dispõe sobre a nomeação do(a) Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB Zona da Mata.

Elenice Pereira Delgado Santelli, Prefeita de Lima Duarte - MG e a Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB ZONA DA MATA, no uso de suas atribuições legais, e

- Considerando a Cláusula Vigésima Quinta da Terceira Alteração do Contrato de Consórcio e Art. 14, inciso VI do Estatuto do CISAB Zona da Mata.
- Considerando a aprovação da nomeação da Superintendência pela Assembleia Geral ocorrida no dia 19 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Srª **Iolanda de Sena Gonçalves**, CPF 063.125.446-30, para ocupar o cargo em comissão de Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Viçosa, 02 de janeiro de 2025.

ELENICE PEREIRA
DELGADO
SANTELLI:51250
349672
Elenice Pereira Delgado Santelli
Presidente do CISAB Zona da Mata

Assinado de forma
digital por ELENICE
PEREIRA DELGADO
SANTELLI:51250349672
Dados: 2025.01.02
09:38:08 -03'00'

Assinado por 2 pessoas: ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI e IOLANDA DE SENA GONÇALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/9A35-2076-D53A-CD48> e informe o código 9A35-2076-D53A-CD48



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9A35-2076-D53A-CD48

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI (CPF 512.XXX.XXX-72) em 02/01/2025 09:38:08
(GMT-03:00)

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)



IOLANDA DE SENA GONÇALVES (CPF 063.XXX.XXX-30) em 16/01/2025 11:09:07 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/9A35-2076-D53A-CD48>

Proc. Administrativo Pregão - lei 14.133/21 - 13- 023/2024

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 17/01/2025 às 16:46:41

Setores (CC):

EQA, AGCONT

Setores envolvidos:

SUP, EQA, CONT, COTA, ADM, AGCONT

PRC XX 2025 - PE XX 2025 - VALE ALIMENTAÇÃO



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**
www.cisab.com.br / (31) 3891-5636

AUTUAÇÃO

No dia 17 de janeiro de 2025, autuei o presente processo, tendo por objeto ONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM, para atender as necessidades do CISAB-ZM, o qual foi devidamente protocolado sob o nº 002/2025.

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

PORTARIA_004_2025_AGENTE_CONTRATACAO_E_PREGOEIRA.pdf



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4CE9-E421-501A-F092

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALICE SOUZA RODRIGUES (CPF 042.XXX.XXX-66) em 17/01/2025 16:46:51 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/4CE9-E421-501A-F092>

PORTARIA Nº 004, de 02 de Janeiro de 2025.

Designa AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO para conduzir as licitações do CISAB Zona da Mata e exercer as atribuições previstas nesta Portaria e nas Resoluções do Consórcio.

Elenice Pereira Delgado Santelli, Prefeita de Lima Duarte - MG e a Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB ZONA DA MATA, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade artigo 14, inciso V do Estatuto do CISAB Zona da Mata.

- Considerando a Lei nº14.133/21 e a Resolução nº 013 de 30 de março de 2023 e suas atualizações.

Resolve :

Artigo 1º - Nomear a Sra. Alice Rodrigues, funcionária do CISAB Zona da Mata, como AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO, durante o período de 02/01/2025 a 31/12/2025.

Artigo 2º - O agente de contratação exercerá as seguintes atribuições, dentre outras:

I – conduzir a licitação, com poderes para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, podendo conduzir a negociação da proposta;

II - ser auxiliado, sempre que necessário, por Equipe de Apoio, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe;

III - ser assessorado, pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sobre modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos;

IV - ser substituído, no caso de licitação de bens ou serviços especiais, por comissão de contratação que responderão solidariamente por todos os atos praticados, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata.

V - expedir o processo licitatório à autoridade superior, depois de encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) homologar a licitação.

VI - executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, dentre elas:
a) acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, na elaboração dos seguintes documentos:

- 1. estudos técnicos preliminares;
- 2. anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;
- 3. pesquisa de preços;
- b) auxiliar os setores responsáveis na elaboração da minuta do edital e do instrumento do contrato.
- c) conduzir a sessão pública;

- d) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- e) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- f) coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
- g) verificar e julgar as condições de habilitação, contando com auxílio da equipe de apoio; Rua José dos Santos, 275, Centro 36.570-135 – Viçosa – Minas Gerais
- h) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- i) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- j) indicar o vencedor do certame;
- k) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- l) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- m) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação;
- n) rever os atos convocatórios antes de sua publicação;
- o) propor a aplicação de sanções administrativas à licitante, por infrações cometidas no curso da licitação;
- p) decidir sobre os pedidos de inscrição no registro cadastral, bem como alterações ou cancelamentos.

§1º Em licitação na modalidade pregão, será o agente de contratação designado pregoeiro.

§2º Apenas poderá atuar em licitação na modalidade pregão, será o agente de contratação designado pregoeiro.

§3º Competirá ainda ao agente de contratação, ressalvadas as hipóteses de substituição pela comissão de contratação e com as ressalvas previstas nas demais resoluções deste Consórcio:

I – a realização dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da lei nº 14.133/2021;

II – a instrução dos processos de contratação direta, nos termos do art. 72 da lei nº 14.133/2021.

Artigo 3º - A Sra. Alice Rodrigues preenche os requisitos do art. 4º da Resolução nº 013/2023 do CISAB-ZM, estando apta para exercer as atribuições transcritas nesta portaria, ressalvando que não exercerá, em sua rotina administrativa, funções que a façam desrespeitar o princípio da segregação das funções, devendo a Agente de Contratação, voluntariamente, externalizar para a autoridade do Consórcio e se recusar a exercer qualquer função que implique neste descumprimento.

Artigo 4º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Artigo 5º - Aplicam-se as demais disposições das Resoluções do CISAB Zona da Mata no que diz respeito ao Agente de Contratação.

Artigo 6º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Viçosa, 02 de janeiro de 2025.

ELENICE PEREIRA
DELGADO
SANTELLI:5125034
9672
Assinado de forma digital
por ELENICE PEREIRA
DELGADO
SANTELLI:51250349672
Dados: 2025.01.02 09:41:44
-03'00'
Elenice Pereira Delgado Santelli
Presidente do CISAB Zona da Mata

Proc. Administrativo Pregão - lei 14.133/21 - 14- 023/2024

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 17/01/2025 às 16:59:18

Setores envolvidos:

SUP, EQA, CONT, COTA, ADM, AGCONT

PRC XX 2025 - PE XX 2025 - VALE ALIMENTAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE

No dia 17 de janeiro de 2025, na sala de reuniões do CISAB-MG a Equipe de Apoio conclui a análise do processo nº 002/2025. A comissão decidiu que o referido processo é pela modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art 1º, da lei 14.133/2021. E seguirá como Pregão Eletrônico de número nº 002/2025.

Viçosa, 17 de janeiro de 2025

Alice Souza Rodrigues

Agente de Contratação

Izabela Galvão Fernandes

Equipe de apoio

Vanessa Faria Silva

Equipe de apoio

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

PORTARIA_005_2025_EQUIPE_DE_APOIO.pdf



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 13B1-4A0B-0BDB-F8ED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ALICE SOUZA RODRIGUES (CPF 042.XXX.XXX-66) em 17/01/2025 16:59:37 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ IZABELA GALVÃO FERNANDES (CPF 105.XXX.XXX-06) em 17/01/2025 16:59:42 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ VANESSA FARIA SILVA (CPF 099.XXX.XXX-63) em 17/01/2025 17:12:52 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/13B1-4A0B-0BDB-F8ED>

PORTARIA Nº 005, de 02 de Janeiro de 2025.

Designa EQUIPE DE APOIO a fim de auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no desempenho e na condução de todas as etapas do processo licitatório, procedimentos auxiliares e de contratação direta, quando necessário, bem como exercer as demais atribuições indicadas pelo CISAB Zona da Mata nas suas Resoluções.

Elenice Pereira Delgado Santelli, Prefeita de Lima Duarte - MG e a Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB ZONA DA MATA, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade artigo 14, inciso V do Estatuto do CISAB Zona da Mata.

- Considerando a Lei nº14.133/21 e a Resolução nº 013 de 30 de março de 2023 e suas atualizações.

Resolve :

Artigo 1º - Nomear as Sras. Vanessa Faria Silva e Izabela Galvão Fernandes, funcionárias do CISAB Zona da Mata, como membros titulares da EQUIPE DE APOIO, durante o período de 02/01/2025 a 31/12/2025.

§1º A Comissão de Contratação, em regra, atuará com os 2 (dois) membros citados no caput e, excepcionalmente, atuará com o seguinte suplente: João Paulo Silva Oliveira.

Artigo 2º - Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no desempenho e na condução de todas as etapas do processo licitatório, procedimentos auxiliares e de contratação direta, quando necessário.

Artigo 3º - Revoguem-se as disposições em contrário, e aplicam-se as demais disposições previstas nas resoluções deste Consórcio. Artigo 4º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Viçosa, 02 de janeiro de 2025.

ELENICE PEREIRA DELGADO
SANTELLI:51250349672
349672
Assinado de forma digital por ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI:51250349672
Dados: 2025.01.02 09:42:48 -03'00'
Elenice Pereira Delgado Santelli
Presidente do CISAB Zona da Mata

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 20/01/2025 às 12:00:15

Segue a minuta do edital e seus anexos

Anexos:

Anexo_III_TERMO_DE_REFERENCIA.doc

Anexo_II_ETP.docx

Anexo_IV_MODELO_PROPOSTA_COMERCIAL.doc

Anexo_I_DFD.docx

Anexo_VI_MINUTA_DO_CONTRATO.docx

Anexo_V_MINUTA_DA_ATA_DE_REG_PREC_OS.docx

EDITAL.docx

De: Alice R. - AGCONT

Para: PROJ - Procuradoria Jurídica

Data: 20/01/2025 às 13:53:24

Assunto: Solicitação de Parecer

Ilustríssimo Senhor(a) Procurador(a) Jurídico(a),

Tendo em vista o processo licitatório para o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM, que está em andamento, envio a minuta do edital para devida análise jurídica, a fim que se garanta que o referido edital esteja dentro da legalidade e de acordo com os princípios que norteiam o processo licitatório.

Ao ensejo, reiteramos votos de estima e solicitamos a devolução dos autos tão logo seja analisada a juridicidade do procedimento, através do competente parecer.

Viçosa, 20 de janeiro de 2025

—

Alice Souza Rodrigues

Assistente administrativo

De: Alice R. - AGCONT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 24/01/2025 às 14:45:52

Senhor Procurador

O edital e seus anexos foram anexados novamente. Pois foram realizadas algumas correções.

—

Alice Souza Rodrigues

Assistente administrativo

Anexos:

Anexo_III_TERMO_DE_REFERENCIA.doc

Anexo_II_ETP.docx

Anexo_IV_MODELO_PROPOSTA_COMERCIAL.doc

Anexo_I_DFD.docx

Anexo_VI_MINUTA_DO_CONTRATO.docx

Anexo_V_MINUTA_DA_ATA_DE_REG_PREC_OS.docx

EDITAL.docx

Proc. Administrativo Pregão - lei 14.133/21 - 18- 023/2024

De: André S. - PROJ

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 24/01/2025 às 14:59:12

Setores envolvidos:

PROJ, SUP, EQA, CONT, COTA, ADM, AGCONT

PRC XX 2025 - PE XX 2025 - VALE ALIMENTAÇÃO

Segue parecer em anexo.

—

André Soares Sathler
PROCURADOR

Anexos:

Parecer_Pregao_Etapa_preparatoria_vale_alimentacao.pdf

PARECER JURÍDICO

Proc. Administrativo n. 023/2024(1doc)

Modalidade: Pregão Eletrônico

Assunto: Análise da etapa preparatória

1) Relatório

Os autos do processo administrativo alhures vieram à Procuradoria para apreciação dos atos praticados na etapa preparatória, em observância ao disposto no art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021.

No presente caso, trata-se de licitação sob a modalidade pregão cujo objeto é o Registro de Preço para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM, segundo se extrai do conteúdo do Termo de Referência e do Edital.

Foram anexados ao processo os seguintes documentos:

- a) Intenção de Registro de Preço;
- b) Documento de Formalização de Demanda;
- c) Estudo Técnico Preliminar;
- d) Termo de Referência;
- e) Estimativa de preços;
- f) Autuação do procedimento pela Agente de Contratação;
- g) Classificação da modalidade;
- h) Portaria de nomeação de agente de contratação/pregoeiro e equipe de apoio;

É o breve relatório.

2) Mérito



Avançando-se ao mérito, é pertinente fazer considerações sobre os aspectos mais relevantes do procedimento licitatório e dos documentos que o instruem, as quais serão apresentadas de forma pormenorizada nos tópicos seguintes.

2.1) Da finalidade e abrangência do parecer jurídico

De início, é importante registrar que o objetivo deste parecer é assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, segundo os quais *“ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação”*.

Portanto, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos no certame, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Com efeito, este parecer parte da premissa de que as especificações técnicas contidas no processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e estimativa de preços, tenham sido regularmente determinadas pelos setores competentes, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Vale esclarecer, dessa forma, que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Logo, as observações contidas nesse parecer não possuem caráter vinculativo ou fiscalizatório, sendo feitas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

2.2) Dos documentos essenciais à etapa preparatória – art. 18 da Lei Federal n. 14.133/2021

Feito o registro inicial, tem-se que o art. 18 da Lei Federal n. 14.133/2021 estabelece o rol de elementos mínimos que devem constar na etapa preparatória do certame. No presente caso, foram anexados ao processo os documentos elencados



no item I - “Relatório”, sendo pertinente analisá-los individualmente para verificação da conformidade do conteúdo com a legislação de licitações.

2.2.1) Da Intenção de Registro de Preços

De acordo com o art. 9º da Resolução nº 005/2024 do CISAB-ZM, na hipótese de licitação compartilhada o órgão gerenciador deve, na etapa preparatória, realizar procedimento interno de Intenção de Registro de Preços para possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de consorciados e da ARIS-ZM na ata de registro de preços como órgãos participantes.

Esse procedimento, segundo consta no processo, foi observado pelo CISAB-ZM enquanto órgão gerenciador. Assim, foi possível obter o quantitativo de bens/serviços que serão licitados, assim como definir os órgãos que serão participantes da ata. Observou-se, portanto, a disposição do art. 9º da Resolução nº 005/2024 do CISAB-ZM e do art. 86 da Lei Federal n. 14.133/2021.

2.2.2) Documento de Formalização de Demanda

Analisando-se o conteúdo do documento de formalização de demanda, não vislumbramos vícios capazes de comprometer sua higidez ou inquiná-lo de nulidade. A demanda foi apresentada de forma objetiva, clara e documentada por meio de formulário próprio de fácil compreensão. Portanto, não há apontamentos a se fazer a respeito desse documento.

2.2.3) Estudo Técnico Preliminar

Prosseguindo, verifica-se ter sido juntado Estudo Técnico Preliminar, considerando que a hipótese concreta não se amolda a uma das exceções previstas pelo art. 5º da Resolução n. 017/2023 do CISAB/ZM de dispensa de elaboração desse documento.

Nesses termos, o art. 6º, inciso XX, da Lei Federal n. 14.133/2021, dispõe que o Estudo Técnico Preliminar é o *“documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”*.

O art. 18, §1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 estabelece o conteúdo do Estudo Técnico Preliminar, sendo que o citado documento deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não

contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas. Confira-se:

Art. 18 [...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste

artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

É importante destacar, neste ponto, a primazia do conteúdo sobre a forma. Assim, ainda que a lei estabeleça que determinado elemento ou informação deva constar no Estudo Técnico Preliminar, consideramos válida a presença desse elemento ou informação em outro documento, como o Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência ou Edital – inclusive com vistas a evitar excessivas e desnecessárias repetições.

Analisando o conteúdo do Estudo Técnico Preliminar juntado ao processo em conjunto com os demais documentos que instruem o feito, é possível constatar a satisfação das exigências contidas no §1º do art. 18, principalmente em relação aos elementos mínimos estabelecidos no §2º desse mesmo artigo.

2.2.4) Termo de Referência

Indo avante, o art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal n. 14.133/2021, prevê os parâmetros e elementos que devem constar no Termo de Referência, nos seguintes termos:

Art. 6º [...] XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos

que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
j) adequação orçamentária;

Do Termo de Referência elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar verifica-se a satisfação dos requisitos mínimos estabelecidos no dispositivo legal supratranscrito, em especial ante a presença dos seguintes itens: definição do objeto, justificativa da contratação, prazo de execução e entrega, condições de pagamento, critério de seleção do fornecedor, obrigações do Órgão Gerenciador e do fornecedor, fiscalização, extinção da Ata de Registro de Preço e sanções aplicáveis.

É oportuno registrar que em se tratando de processo licitatório que tramita sob a sistemática de registro de preços, a indicação da disponibilidade orçamentária na etapa preparatória é facultativa, sendo exigida tão somente para formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nos termos do art. 17 do Decreto Federal n. 11.462/2023 e art. 17 da Resolução n. 005/2024/CISAB-ZM, ambos com a mesma redação:

Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Além disso, é pertinente registrar que os serviços/produtos que se pretende contratar/adquirir foram considerados de natureza comum, sendo objetivamente especificados e definidos segundo critérios usuais de mercado. Dessa forma, a adoção do pregão como modalidade licitatória é adequada ao caso concreto, consoante previsão dos arts. 6º, inciso XLI, e 29, *caput*, da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLI - pregão: **modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.** (grifos aditados)

Inclusive, a realização do pregão sob o sistema de registro de preços encontra lastro no art. 82, §5º, da Lei 14.133/2021, que admite o uso dessa espécie de procedimento auxiliar para a contratação de bens e serviços:

Art. 82. [...] §5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia [...]

Vale destacar que as considerações sobre o prestígio do conteúdo em relação à forma feitas no tópico anterior também se aplicam neste item. Com efeito, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o Edital e os demais documentos que instruem o processo são analisados de forma conjunta, privilegiando-se a satisfação das exigências legais, ainda que feita em documento diverso daquele apontado inicialmente por lei.

Nesses termos, entendemos que o Termo de Referência atende aos requisitos estipulados pelo art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal n. 14.133/2021.

2.2.5) Estimativa de preços

Prosseguindo, o art. 23, §1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 estabelece os parâmetros a serem observados e as fontes hábeis a serem consultadas durante a etapa de estimativa de preços:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

- III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No âmbito do CISAB-ZM, a Resolução n. 019/2023 é o instrumento normativo que regulamenta o procedimento de pesquisa de preços e estabelece os requisitos e critérios de validade para obtenção de cotações.

No presente caso, verifica-se que os preços foram obtidos a partir de solicitações de orçamentos e consulta por contratações similares feitas pela Administração Pública, observando-se, dessa forma, as disposições do §1º, do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021. A metodologia empregada para obtenção do orçamento estimado e as informações constantes no documento estão de acordo com as exigências dos arts. 4º e 8º da Resolução n. 019/2023.

Portanto, do ponto de vista estritamente formal, a etapa de estimativa de preços observou tanto os requisitos do art. 23 da Lei 14.133/2021 quanto aqueles previstos na Resolução n. 019/2023.

2.2.6) Edital

Em relação ao edital, o art. 25 da Lei Federal n. 14.133/2021 prescreve o rol de informações mínimas que o instrumento deve conter:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

No presente caso, trata-se de certame instaurado sob o sistema de registro de preços. Dessa forma, aplica-se o art. 82 da Lei Federal n. 14.133/2021, o qual também prevê elementos que devem integrar o conteúdo do edital:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

- I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
- II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
- III - a possibilidade de prever preços diferentes:
 - a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
 - b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
 - c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
 - d) por outros motivos justificados no processo;
- IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
- V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
- VI - as condições para alteração de preços registrados;
- VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
- VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

Aplicando essas disposições legais ao caso concreto, extrai-se que o instrumento editalício juntado ao processo atende às disposições dos arts. 25 e 82 da Lei Federal n. 14.133/2021, apresentando, de forma clara, as informações relativas ao objeto da licitação, a modalidade adotada, à forma de disputa, ao critério de julgamento, a data designada para a sessão, as regras de proposta, lances e habilitação, às obrigações das partes, ao modo de execução e fiscalização do contrato, aos prazos para impugnação, apresentação de recursos e sanções.

Além disso, o edital contém disposições específicas relacionadas ao sistema de registro de preços, notadamente o prazo de vigência da ata de registro de preços, os critérios de reajustamento e revisão de preços registrados, as hipóteses de cancelamento da ata e respectivas consequências.

Em abono, o edital também prevê tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando as disposições da Lei Complementar n. 123/06.

Em suma, o conteúdo do Edital e seus anexos contém os elementos e informações necessárias à realização do certame e, portanto, a etapa preparatória do processo encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3) Considerações Gerais

Constatada a conformidade dos documentos que instruem o processo licitatório, é necessário fazer considerações a respeito de aspectos relevantes para o regular prosseguimento do feito.

2.3.1) Da possibilidade de realização de licitações compartilhadas

Examinando a Lei nº 14.133/2021 é possível notar omissão quanto à figura da licitação compartilhada, diferentemente do que acontecia na Lei nº 8.666/1993 cujo art. 112, §1º, mencionava expressamente essa forma de contratação muito utilizada no âmbito dos Consórcios Públicos, inclusive com redação trazida pela Lei Federal nº 11.107/2005.

Todavia, mesmo com a ausência de regulamentação pela Lei nº 14.133/2021, entende esta Procuradoria, à luz do entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Processo nº 731105/2022, Acórdão nº 1669/23 – Tribunal Pleno) e do parecer do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná no mesmo processo em tela, que é plenamente possível a realização de licitações compartilhadas à luz da Nova Lei de Licitações.

O fundamento do TCE/PR e do MPC/PR pode ser assim sintetizado: **1)** a Lei nº 14.133/2021 não veda, mas, ao contrário, reforça a ideia de cooperativismo entre os entes estatais para a melhoria da aquisição e gestão de compras e contratações públicas; **2)** em que pese não tenha havido a reprodução do art. 112 da Lei nº 8.666/93 na Nova Lei de Licitações e Contratos, a participação dos consórcios públicos em licitações encontra-se mais do que amparada pela lei nº 14.133/2021; **3)** desde que haja expressa previsão em ato constitutivo, é possível a realização de licitação compartilhada por Consórcio Público à luz da Lei nº 14.133/21.

Nesse panorama, é pertinente trazer à colação a Cláusula Sétima do Contrato de Consórcio do CISAB-ZM, a qual expressamente prevê a possibilidade de realização de licitações compartilhadas:

CLÁUSULA SÉTIMA (dos objetivos e competências). Além de seu
objetivo

primordial de promover ações na área de saneamento básico, englobando abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, o Consórcio desenvolverá os objetivos adiante descritos, podendo firmar contrato ou figurar como interveniente em convênios, ajustes e instrumentos congêneres nas mais diversas esferas governamentais e não-governamentais, sejam nacionais ou internacionais, em toda a sua esfera de atuação, inclusive com outros consórcios públicos ou privados e pessoas jurídicas de direito público ou privado:

[...]

XVI – realização de licitações compartilhadas, em quaisquer áreas, das quais decorram dois ou mais contratos celebrados por municípios consorciados ou entes de sua administração direta. (grifo nosso)

De igual forma, o Estatuto do CISAB-ZM, em seu art. 7º, inciso XIV, assim estabelece:

Art. 7º O CISAB ZONA DA MATA, em atendimento aos seus objetivos poderá:

[...]

XIV - realização de licitações compartilhadas, em quaisquer áreas, das quais decorram dois ou mais contratos celebrados por municípios consorciados ou entes de sua administração indireta.

Destaca-se, ainda, a própria Lei de Consórcios Públicos e o Decreto que a regulamenta, que continuam em vigor, permitem a realização de licitações compartilhadas.

Assim, salvo melhor juízo, esta Procuradoria não vê óbice à realização da licitação compartilhada em tela.

2.3.2) Da publicação e demais observações

Por derradeiro, devem ser observados os prazos de publicação do Edital do Pregão Eletrônico em tela, nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, sendo de 10 (dez) dias úteis quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

[...]

II - no caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

Deve ser observada a regra de publicação no PNCP, impreterivelmente, dentre outros meios.

Recomenda-se que no trâmite da licitação sejam observadas as regras previstas no Edital, bem como nos arts. 59 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 (julgamento, habilitação etc.).

3) Conclusão

Em face do exposto, esta Procuradoria opina pela regularidade da etapa preparatória, sendo possível o prosseguimento do processo, com a publicação do edital e prática dos demais atos necessários para a efetiva contratação.

Declaro, por fim, que este parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração e os particulares aos seus fundamentos e conclusões.

Viçosa, 24 de janeiro de 2025.

André Soares Sathler

*Procurador Jurídico - CISAB/ZM
OAB/MG 228.597*



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1148-F72A-3917-CEA2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDRÉ SOARES SATHLER (CPF 065.XXX.XXX-28) em 24/01/2025 15:01:05 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/1148-F72A-3917-CEA2>

De: Alice R. - AGCONT
Para: ADM - Administração
Data: 27/01/2025 às 16:31:29
Setores (CC):
ADM, AGCONT

Segue edital e anexos para assinatura

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:
EDITAL_merged_48_.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Iolanda de Sena Gonçalves	28/01/2025 14:19:57	1Doc IOLANDA DE SENA GONÇALVES CPF 063.XXX.XXX-30...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **A497-AC56-A1EB-24CE**

SÍNTESE INFORMATIVA DO EDITAL

RECOMENDA-SE A LEITURA ATENTA DE TODOS OS TERMOS DO EDITAL E ANEXOS

Processo Administrativo nº: 002/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2025

Sistema de Registro de Preço (SRP)

Critério de Julgamento: Menor preço por ITEM

Modo de Disputa: Aberto/Fechado.

Forma de pagamento: 15 dias após emissão da nota fiscal.

Local da sessão pública do pregão: www.ammlicita.org.br

Data de Abertura para lances: 12/02/2024

Horário: 09:00 horas, referência horário de Brasília

- O valor demandado estimado anual do benefício é de **R\$ 23.702.131,20 (vinte e três milhões, setecentos e dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos)**.
- O valor anual estimado orçado do benefício com taxa administrativa é de **R\$ 23.939.152,52 (vinte e três milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos)**.

Data estimada da homologação pela Autoridade Superior: 19/02/2025

Esclarecimentos: CISAB ZONA DA MATA. Departamento de Licitações: Rua José dos Santos, 275 - Centro em Viçosa-MG. Telefones: (031) 3891-5636 E-mail: licitacaocisab@gmail.com OU Diretamente pela plataforma de licitações www.ammlicita.org.br

A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR EM SUA PROPOSTA, OBRIGATORIAMENTE, ENDEREÇO DE E-MAIL VÁLIDO POR ONDE OCORRERÃO AS COMUNICAÇÕES/NOTIFICAÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

Processo Administrativo nº: 002/2025

Data de Abertura para Lances: 12 de fevereiro de 2025

Horário: 09:00 horas

Local: www.ammlicita.org.br

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 004/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que, na data, horário e local acima indicados, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, resoluções CISAB e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO DO PREGÃO

1.1. Tem-se como objeto da presente licitação o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigido neste Edital e seus documentos complementares.

2.2. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, consoante subitem 3.2, bem como deve estar previamente cadastrado no SICAF, conforme subitem 3.3.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome e assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. A não observância do disposto no *caput* deste item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, cuja análise da Administração pautará na razoabilidade e proporcionalidade, sempre.

2.5. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, em razão do valor estimado, para os itens que apresentarem valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere ao *caput* deste item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar desta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento)

do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Também não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive de sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

¹ Não será permitido a participação de empresas reunidas em consórcio, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação, são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, não sendo o caso da presente licitação

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

3.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da AMM Licita (<https://ammlicita.org.br/>). Deverão, por óbvio, estar previamente cadastrados na plataforma de licitações da Associação Mineira dos Municípios – AMM, o qual poderá ser realizado no mesmo link citado neste subitem 3.2, qual seja <https://ammlicita.org.br/>.

3.3. Os interessados também **deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.**

3.3.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor

do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens anteriores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

3.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

3.9. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.
- Declaro que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/21 *(não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante,*

devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

- Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.11. Se não houver algum dos campos acima (subitem 3.9) na plataforma da AMM, o licitante deverá enviar o respectivo documento de declaração separado à Pregoeira.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis, como já dito no item 3 e seus subitens.

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

4.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

4.11.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

4.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.13. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

4.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

4.16. Nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal n. 14.133/2021, ao participarem do certame os licitantes concordam que as propostas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas

de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca e modelo, se for o caso;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, com as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante que a apresentar.

5.3. Deverão estar inclusos nos valores propostos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, sob pena de desclassificação da proposta ou rescisão e aplicação de sanções, se esta informação ser verificada somente na fase posterior a homologação.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no momento do pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas obriga o cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, a sua substituição.

5.7.1. Em eventual descumprimento da proposta, como será devidamente abordado nos instrumentos cabíveis, tanto a Contratante, quanto o órgão gerenciador e os participantes (em caso de registro de preços), poderão punir a eventual contratada ou empresa que teve os preços registrados.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis à espécie, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Os contratados que descumprirem as regras previstas neste Edital estão sujeitos à responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

5.11. A Administração e os contratados, respeitado o devido processo legal, estarão sujeitos, alternativamente, à:

5.11.1. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal;

5.11.2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.12. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

5.13. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, em data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema poderá disponibilizar campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

6.5. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

- 6.6.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.8.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.9.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.10.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação adotada por este Edital.
- 6.11.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.12.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior (se for o critério de julgamento de maior desconto) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.13.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10**.
- 6.14.** O modo de disputa adotado definirá o rito do procedimento.
- 6.15.** Se adotado modo de disputa “aberto” para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.15.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos.
- 6.15.2.** Haverá prorrogação automática pelo sistema, se ofertado lance nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.15.3.** A prorrogação automática da etapa de lances prevista no subitem 6.15.2 será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados durante a prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.15.4.** Não havendo novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.15.5.** Se definida a melhor proposta e se a sua diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.6. Após o reinício previsto no item 6.15.5, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.16. Se adotado modo de disputa “aberto e fechado” para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.16.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Decorrido o prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.16.1, o sistema oportunizará a oferta de lance final e fechado ao autor da oferta de valor mais baixo e aos das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, em até cinco minutos, mediante sigilo, até o encerramento deste prazo.

6.16.3. No procedimento de que trata o subitem 6.16.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.16.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no *caput* deste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.17. Se adotado modo de disputa “fechado e aberto” para o envio de lances no pregão eletrônico, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e de eventuais prorrogações.

6.17.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.16, os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, poderão oferecer novos lances sucessivos.

6.17.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos.

6.17.3. Haverá prorrogação automática pelo sistema, se ofertado lance nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.17.4. A prorrogação automática da etapa de lances prevista no subitem 5.13.3 será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados durante a prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 6.17.5.** Não havendo novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.17.6.** Se definida a melhor proposta e se a sua diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.17.7.** Após o reinício previsto no item 5.13.6, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.18.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.19.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.20.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.21.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.22.** Se a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.23.** Concorrerá com o valor de sua proposta o licitante que não apresentar lances.
- 6.24.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.24.1.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.24.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.

- 6.24.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem subitem anterior.
- 6.24.4.** Havendo equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.25.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.26.** Em eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.26.1.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.26.2.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.26.3.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.27.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.27.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
 - 6.27.2.** Empresas brasileiras;
 - 6.27.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.27.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.28.** Se ainda persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.29.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.29.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.29.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.30. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.32. A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar o MENOR PREÇO, SENDO PERMITIDA A TAXA IGUAL A ZERO E NÃO SENDO PERMITIDA TAXA NEGATIVA, CONFORME LEI FEDERAL Nº 14.442/2022

6.33. O preço máximo fixado para o presente Edital é de **R\$ 23.702.131,20 (vinte e três milhões, setecentos e dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos)**, que corresponde ao valor total estimado pela taxa de 0% (zero por cento), conforme metodologia de formação de preços apurada na pesquisa de mercado

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

7.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

- 7.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.6.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.10.** Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.
- 7.11.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12.** O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.13.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.14.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

8.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

8.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

8.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8.6. Serão rejeitadas as propostas que:

8.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

8.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

8.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

8.7.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

8.9. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, a seguir informada:

• DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2. registro comercial no caso de firma individual;

9.3. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

9.4. comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

9.5. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

• DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.6. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

9.7. prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União E prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

9.8. prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

9.9. prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

9.10. prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

9.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso

de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

9.12. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, obrigatoriamente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- 9.12.1.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 9.12.2.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 9.12.3.** Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – A ausência de anexação de certidão fiscais que possam ser conferidas em meio eletrônico não será motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo o Pregoeiro(a) realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade fiscal da empresa.

• DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.13 De acordo com a tese firmada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na Consulta n. 1148573, Rel. Cons. Telmo Passareli, publicada em 25/06/2024, *“a depender do objeto contratado e da situação fática que ensejou a contratação, a Administração tem discricionariedade para definir os parâmetros adequados de aptidão econômica do licitante e, conseqüentemente, exigir a documentação indispensável para o seu reconhecimento”*.

9.14 O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece que nas licitações somente poderão ser exigidos documentos referentes à *“qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”*.

9.15 Com fundamento no dispositivo constitucional alhures, no entendimento firmado pelo TCE/MG assinalado acima e considerando:

- A baixa complexidade e o grau de padronização dos serviços objeto da licitação;
- A necessidade de reduzir os custos transacionais e otimizar o desenvolvimento do certame, prestigiando o princípio da eficiência;

- Que a exigência da satisfação de índices contábeis por meio de balanços patrimoniais não representa condição indispensável à formalização do contrato ou execução dos serviços, tampouco se revela essencial diante da natureza do objeto licitado.

9.16 Será exigido do licitante, para fins de comprovação de habilitação econômico-financeira, apenas a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021

9.17 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que o fornecedor já executou objeto compável e pernente em quandades, caracterísccas e prazos com o objeto desta contratação. (Atestados emidos com no máximo 12 meses da data da apresentação da proposta)

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor contratado direto conforme o art. 72 da Lei nº 14.133/2021, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no regulamento específico do CISAB -ZM.

10.2. O prazo de convocação para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo e a justificção apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.4. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e no sítio eletrônico do CISAB -ZM, no mínimo, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, sendo permitida a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

10.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.7. As condições para alteração dos preços registrados estão previstas na Resolução n. 005/2024 do CISAB-ZM

10.8. As demais regras referentes ao procedimento do registro de preços, bem como adesões, constam em minuta da Ata de Registro de Preços e na Resolução nº 005 de 2024 do CISAB-ZM. Havendo incompatibilidade entre os termos da Ata de Registro de preços neste Edital, bem como na própria Ata, aplicam-se as regras da Resolução nº 005/2024 do CISAB-ZM.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

11.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 15 da Resolução nº 005/2024 do CISAB-ZM;

11.1.2. Poderá ser incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

11.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2. O registro que se refere o subitem 11.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

11.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a primeira parte do subitem 11.1.2 (dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação) antecederão aqueles de que trata a segunda parte do referido subitem (dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original).

11.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o subitem 11.1.2 e o subitem 11.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 da Resolução nº 005/2024 do CISAB-ZM.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio eletrônico oficial do CISAB-ZM e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. Aplicam-se as demais regras previstas na Ata de Registro de Preços anexa e na Resolução 005 de 2024, do CISAB-ZM. Havendo incompatibilidade entre a Ata e os termos sobre a Ata neste edital, aplica-se obrigatoriamente as regras da citada Resolução.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.4. Havendo manifestação pela interposição de recursos, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.5. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

12.6. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, por intermédio da(o) servidor(a) designado(a), que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

13.2. Resguardada a disposição do item anterior, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

13.2.1 Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;

13.2.2 Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;

13.2.3 Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;

13.2.4 Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;

13.2.5 Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;

13.2.6 Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);

13.2.7 Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;

13.2.8 Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações

assumidas;

13.2.9 Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;

13.2.10 Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;

13.2.11 Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;

13.2.12 Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE;

13.2.13 No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmos julgados necessários.

13.2.14 Demais regras sobre fiscalização e gestão do contrato se encontram no Termo de Referência e demais instrumentos anexos ao Edital, além, por óbvio, do que consta na Lei nº 14.133/2021.

14. DO PAGAMENTO

14.1. As regras principais para o pagamento se encontram no Termo de Referência anexo a este Edital.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra;

- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 15.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.4.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.5.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 15.1.6.** fraudar a licitação;
- 15.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 15.1.8.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.9.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1.** advertência;
 - 15.2.2.** multa;
 - 15.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e
 - 15.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 15.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 15.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 15.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 15.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial, observado o disposto no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos da legislação vigente e resolução do CISAB-ZM.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, sem prejuízo da responsabilização nas esferas penal e civil.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.1.1. O protocolo da impugnação ou de pedidos de esclarecimentos deve ser feito diretamente pelo site www.ammlicita.org.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise, ou poderão ser encaminhados, também, de forma eletrônica, pelo e-mail licitacaocisab@gmail.com desde que assinados digitalmente.

16.2. Cabe ao pregoeiro responder os esclarecimentos e/ou decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame. A resposta poderá ser no próprio sistema AMM, quando feita por lá; ou, eventualmente, será respondida diretamente no e-mail cadastrado de quem enviar a petição.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, que aceitará, ou não, a seu critério.

16.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.5. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do certame.

16.6. Decairá o direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico utilizado para realização da licitação.

17.1.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cisab.com.br/>. Poderá, ainda, ser publicado em outros sítios eletrônicos, a exemplo do próprio site da AMM, em campo próprio.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, exceto se houver comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

17.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sujeitos às penalidades administrativas, penais e civis.

17.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.6. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.7. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual e todos os documentos que integram o edital.

17.8. Em regra, os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório. Para que tenha direito à indenização, deverá comprovar, por meio de prova inequívoca e robusta, os prejuízos que teve com a eventual anulação ou revogação.

17.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Todos os horários estabelecidos neste Edital, em avisos e errata, e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, da mesma forma que toda menção a valores refere-se à moeda Real (R\$).

17.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.12.1. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14. Para fins de aplicação da sanção administrativa deste Edital, o lance é considerado proposta.

17.15. Ficam os licitantes/contratados obrigados a manterem os endereços físicos e eletrônico (e-mail) atualizados e, ainda, ficam obrigados a informar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, em caso de quaisquer alterações.

17.16. Presumem-se como lidas as mensagens eletrônicas enviadas (por qualquer meio) aos licitantes/contratados, após 5 (cinco) dias úteis do envio, a partir de quando os prazos para manifestações e/ou defesa começarão a correr.

17.17. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente. O licitante vencedor terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis para assinatura do contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

17.18. Em caso de divergência entre as normas previstas no Edital, nas Resoluções do CISAB-ZM, na Lei Federal nº 14.133/2021, no contrato e seus anexos, prevalecerá o seguinte:

17.18.1. Em primeiro lugar, as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, seguido das Resoluções do CISAB-ZM, e demais normas aplicáveis à espécie, de nível Estadual, dentre outras normas regulamentares e técnicas.

17.18.2. Em segundo lugar, em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.18.3. Somando-se à ordem acima, pauta-se sempre a prevalência, ainda, nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

17.18.4. O rol não é taxativo, sendo que se houver manifesto equivoco em alguma das normas ou instrumentos com grau de preferência, pode ser levado em consideração as demais normas ou instrumentos integrantes deste Edital, desde que motivado.

17.19. Poderá ser verificada a situação de regularidade da documentação das licitantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, especialmente para verificação se mantém regular com a documentação exigida na licitação no período da contratação. Caso não seja possível a verificação no SICAF, a empresa contratada deverá entregar a documentação que porventura for solicitada pela Administração.

17.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

17.20.1. ANEXO I - DFD

17.20.2. Anexo II - Estudo Técnico Preliminar

17.20.3. Anexo III – Termo de referência

17.20.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta

17.20.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços

17.20.6. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

17.21. Considerando que os anexos acima identificados são parte integrante do Edital, todas as disposições ali previstas serão aplicadas para a presente licitação, sendo, portanto, de leitura obrigatória dos licitantes.

17.22. O foro competente para dirimir as controvérsias deste Edital é o da Comarca de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Viçosa, 27 de janeiro de 2025.

Iolanda de Sena Gonçalves
Superintendente do CISAB-ZM

ANEXO I

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO
DA DEMANDA (DFD)**

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): Consórcio Intermunicipal de Saneamento Basico da Zona da Mata de Minas Gerais.	
Responsável pela Demanda: Izabela Galvão Fernandes	Cargo: Administração
E-mail: administracao@cisab.com.br	Telefone: (31) 3891-5636
Objeto: () Serviço não continuado (X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra () Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra () Material de consumo () Material permanente / equipamento	
Forma de Contratação sugerida: Será definido pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio após a fase de cotação.	

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Faz-se necessária a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM.**

1.2 Os quantitativos foram solicitados de maneira a garantir os níveis de estoque por um período de 12 (doze) meses, conforme média histórica de consumo, histórico de itens previamente utilizados e de comensais atendidos.

1.3 A licitação será compartilhada, com os consorciados figurando como participantes na atado registro de preços, nos termos do que prevê o art. 7º, inciso XIV do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB Zona da Mata.

2. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER ASSINADO O INSTRUMENTO CONTRATUAL

2.1 Homologado o resultado desta Licitação, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços em até 7 (sete) dias corridos.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação ocorrerá à conta das dotações orçamentárias próprias de cada consorciado dos municípios/autarquias participantes deste certame.

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA POR DEMANDANTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ARIS MG			CATAGUASES			CISAB ZM			LIMA DUARTE		
			QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	1900	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900.000,00	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	60	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	SENADOR FIRMINO			RAUL SOARES			FERVEDOURO			TOTAL		
			QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	24	R\$ 307,15	R\$ 7.371,60	1	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	2060	R\$ 1.975.177,60	R\$ 23.702.131,60

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

A título introdutório, tem-se que o presente documento caracteriza etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos e informações para a contratação de solução destinada a atender demanda do CISAB-ZM e/ou de seus consorciados.

O objetivo principal deste documento é expor detalhadamente a necessidade a ser satisfeita e identificar no mercado a melhor solução para atendê-la, em observância às normas e princípios que regem a Administração Pública.

A elaboração deste documento é norteadas pelas disposições do art. 6º, inciso XX, e 18, §1º, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 A licitação será compartilhada, com os consorciados figurando como participantes na ata do registro de preços, nos termos do que prevê o art. 7º, inciso XIV do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB Zona da Mata.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I)

2.1 O presente estudo tem por objetivo verificar a forma mais eficiente e vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e anexos.

2.2 O vale-alimentação é um benefício é uma forma de complementar a renda do trabalhador e garantir uma alimentação mais saudável e variada.

2.3 A necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de vales alimentação e refeição se dá em virtude do referido benefício de auxílio alimentação ou refeição estar previsto através do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados;

2.4 A contratação visa oferecer melhores condições de alimentação aos empregados da dos municípios demandantes, favorecendo seu bem-estar e saúde, proporcionando melhores condições nutricionais e de qualidade de vida e o consequente aumento da produtividade

2.5 Desta forma, a contratação é medida indiscutivelmente necessária.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (art. 18, §1º, inciso II)

3.1 Não foi elaborado Plano de Contratações Anual no âmbito do CISAB/ZM.

3.2 Todavia, a contratação se insere no planejamento dos consorciados de ter à disposição empresa prestadora dos serviços objeto deste estudo, de modo a satisfazer as suas necessidades.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)

4.1 As empresas deverão cumprir os requisitos de habilitação previstos em lei e a apresentar propostas em conformidade com as exigências do Termo de Referência e Edital.

4.2 A integralidade da contratação e os requisitos a serem observados pelos contratados serão apresentados em diante.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V)

5.1 Entende-se que a alternativa para suprir a demanda é a contratação dos serviços indicados neste documento por meio de empresa especializada.

5.2 Não se vislumbrou outra alternativa de mercado para a demanda em questão, pois trata-se serviço que não é ofertado pelo CISAB-ZM ou pelo quadro de pessoal dos consorciados.

5.3 A contratação dos serviços por meio de processo licitatório mostrou-se, portanto, a melhor alternativa no momento para solucionar a necessidade com brevidade.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII)

6.1 Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade de cada Município contratante, durante a vigência contratual.

6.2 Os quantitativos são estimados, portanto, a CONTRATANTE não se obriga a realizá-los, no todo ou em parte, sendo que as despesas oriundas desses serviços somente serão pagas mediante a realização efetiva de cada um.

7. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Local de entrega e execução dos serviços contratados: prefeituras e autarquias participantes da Ata de Registro de Preços, inclusive o CISAB, nos locais a serem determinados pelos contratantes requisitantes neste processo licitatório:

ARIS	AUTARQUIA
CATAGUASES	PREFEITURA
CISAB	AUTARQUIA
FERVEDOURO	SAAE
LIMA DUARTE	DEMAE
RAUL SOARES	SAAE
SENADOR FIRMINO	SAAE

8. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS:

8.1 Os serviços **serão executados de forma parcelada**, conforme a necessidade de cada município/autarquia demandante, durante a vigência contratual.

8.2 O valor demandado estimado anual do benefício é de **R\$ 23.702.131,20 (vinte e três milhões, setecentos e dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos)**.

9. CONCLUSÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 Diante do exposto, é possível concluir que a aquisição do objeto mediante pregão, menor preço por ITEM se mostra mais **viável** a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos. Nesse sentido, a utilização do critério de julgamento pelo menor preço também se mostra a mais adequada, porquanto os itens que se pretende adquirir são classificados como bens comuns, de características padronizáveis.

10. DA ENTREGA DOS SERVIÇOS E EXECUÇÃO

10.1. DO VALOR DO BENEFÍCIO

10.1.1 O valor do benefício será creditado para as modalidades de VALE ALIMENTAÇÃO e VALE REFEIÇÃO, através de um único cartão magnético, com tecnologia de chip full grade aderente ao padrão EMVs, com ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamento POS ou PDV ou equipamento similar; com total de 12 recargas mensais ao ano para cada beneficiário;

10.1.2 O total de beneficiários é de 2060 (duas mil e sessenta) pessoas.

10.1.3 O Valor unitário será de acordo com a lei municipal de cada município demandante.

10.2 DO SISTEMA DE RECARGAS E DOS USUÁRIOS

10.2.1 A CONTRATADA deverá efetuar os créditos nos cartões por meio de sistema ou arquivo eletrônico de sua responsabilidade, com base nas informações a serem fornecidas pela CONTRATANTE.

10.2.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar tecnologia, metodologia de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos de forma global e individualizada, possibilitando a

impressão ou geração dos respectivos relatórios para conferência, através de um dashboard integrado.

10.2.3 A CONTRATADA deverá garantir o necessário treinamento e suporte para implementação e operacionalização da tecnologia empregada aos colaboradores responsáveis pela gestão do benefício pela CONTRATANTE.

10.2.4 Os valores das cargas e recargas para cada cartão magnético serão definidos pela CONTRATANTE, por ocasião de suas requisições periódicas à CONTRATADA.

10.2.5 Os beneficiários deverão contar com aplicativo ou sistema para realizar o controle do seu benefício, receber mensagens de disponibilizações de créditos, saldo disponível, confirmação de compras, controle do saldo através de extrato, consulta de rede credenciada, entre outras funcionalidades que promovam a melhor experiência dos beneficiários.

10.3. DOS CARTÕES DO BENEFÍCIO

10.3.1 Os cartões magnéticos possuirão tecnologia de chip full grade aderente ao padrão EMVs, com ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamento POS ou PDV ou equipamento similar.

10.3.2 Deverá ser permitido a habilitação e troca da senha individual pelo usuário, bem como, possuir MECANISMO DE APROXIMAÇÃO PARA PAGAMENTO, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização. As senhas dos usuários poderão ser alteradas através de aplicativo ou sistema.

10.3.3 O CARTÃO do benefício poderá ser utilizado de forma VIRTUAL, disponibilizado no momento da ativação pelo usuário. O CARTÃO VIRTUAL possui a finalidade de possibilitar a aquisição através das plataformas online de forma mais segura para o usuário.

10.3.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar a funcionalidade, de forma adicional e OPCIONAL, do cartão para ser utilizados em aplicativos de carteira digital (pay/wallet), buscando facilitar o pagamento de compras presenciais e online.

10.3.5 A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica, efetuando a troca de cartões e solucionando problemas de carga e recarga, prestar suporte e treinamento aos colaboradores da CONTRATANTE designados para operar o sistema fornecido, para o pleno cumprimento dos serviços.

10.3.6 A CONTRATADA deverá garantir a validade dos cartões e dos valores creditados em cada cartão até a data expirada, devendo assegurar os créditos pelo período da vigência do contrato, contados da entrega do cartão, e adicionalmente por NO MÍNIMO 60 dias após o encerramento do contrato ou da data de desligamento do colaborador.

10.3.7 A CONTRATADA deverá realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido pelo beneficiário ou pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data de bloqueio, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.

10.3.8 No caso de perda ou extravio do cartão, a CONTRATADA deverá repassar o saldo de crédito existente no cartão bloqueado para o novo cartão que será disponibilizado ao beneficiário.

10.3.9 A CONTRATADA deverá dar manutenção, incluindo eventuais substituições de cartões, sem custo adicional, prestando atendimento à CONTRATANTE e aos beneficiários.

10.3.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar UM ÚNICO CARTÃO MAGNÉTICO PARA AS MODALIDADES REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO, com os respectivos valores de recarga na data estabelecida, conforme solicitado no pedido efetuado pela CONTRATANTE;

10.3.11 A CONTRATADA deverá manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.

10.3.12 A CONTRATADA deverá entregar os cartões no endereço de cada município demandante.

10.3.11 A entrega dos cartões individuais do benefício obedecerá aos seguintes prazos:

I. Primeira emissão e entrega dos cartões: prazo não superior a 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE;

II. Emissões subsequentes de cartões: prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE;

III. Substituição dos cartões: prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da realização do pedido de emissão do novo cartão;

10.4. DA REDE CREDENCIADA:

10.4.1 A CONTRATADA manterá convênio com rede de estabelecimentos comerciais que comercializam gêneros alimentícios, atendendo a forma de pagamento por rede aberta, através de cartão bandeirado, garantindo desta forma, que o benefício possa ser utilizado em qualquer estabelecimento, garantindo a segurança e a praticidade dos pagamentos para todas as partes envolvidas.

10.4.2 A CONTRATADA disponibilizará os créditos para ser utilizado no pagamento exclusivo de gêneros alimentícios em restaurantes, lanchonetes, supermercados, mercados, empórios, padarias, açougues, assemelhados, aplicativos e sites de delivery de alimentos e refeições, considerando, que todo o estabelecimento que aceitar a bandeira deverá ter sua classificação em “alimentação ou refeição”, na função de pagamento crédito, através da tecnologia de transação através do MCC da maquineta ou equivalente, garantindo a validade de uso nas categorias correspondentes.

10.4.3 A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, bimestralmente ou sempre que solicitado, na forma digital ou física, o cadastro completo e atualizado dos estabelecimentos integrantes da sua rede credenciada.

10.5 DA TAXA ADMINISTRATIVA:

10.5.1 A contratação de empresa especializada para a operacionalização do benefício de vale refeição/alimentação ocorrerá mediante a oferta de MENOR Taxa Administrativa, podendo o valor ser positivo ou nulo, para administração do benefício.

10.5.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com o menor preço, atendidos os parâmetros obrigatórios e os critérios mínimos de qualidade definidos neste TERMO.

10.5.3 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, SENDO PERMITIDA A TAXA IGUAL A ZERO E NÃO SENDO PERMITIDA TAXA NEGATIVA.

10.6 PRAZO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.6.1 O prazo para realização e conclusão dos serviços será 12 meses a partir de janeiro/2025, conforme execução do objeto do presente instrumento.

11. CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS

11.1 A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato em âmbito nacional, devendo o recebimento e aceitação dos serviços ser atestado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

11.2 A CONTRATADA deve garantir os serviços prestados à CONTRATANTE, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste CONTRATO, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.

11.3 O recebimento e aceitação dos serviços pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente CONTRATO e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

12. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (art. 18, §1º, inciso IV)

12.1 Entende-se ser necessária a aquisição dos seguintes itens e quantitativos, de acordo com a demanda existente.

12.2 O levantamento dos seus quantitativos teve como base informações fornecidas pelos entes consorciados do CISAB Zona da Mata, participantes dessa licitação; baseadas conforme média histórica de consumo, histórico de itens previamente utilizados e de comensais atendidos.

12.3 Quantidade a ser contratada:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ARIS MG			CATAGUASES			CISAB ZM			LIMA DUARTE		
			QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	1900	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900.000,00	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	60	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	SENADOR FIRMINO			RAUL SOARES			FERVEDOURO			TOTAL		
			QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	UNITÁRIO VALOR	MENSAL VALOR TOTAL	QTD. MENSAL	MENSAL VALOR TOTAL	ANUAL VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	24	R\$ 307,15	R\$ 7.371,60	1	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	2060	R\$ 1.975.177,60	R\$ 23.702.131,20

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que o fornecedor já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto desta contratação. (Atestados emitidos com no máximo 12 meses da data da apresentação da proposta).

14. ESTIMATIVA DE VALORES (art. 18, §1º, inciso VI)

14.1 Será anexada posteriormente ao processo a pesquisa de preços feita com base no art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021, para estimativa do valor da contratação.

15. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VIII)

15.1 Por se tratarem de serviços de padrão de desempenho e qualidade comuns, com especificações passíveis de serem especificadas, é possível concluir sob a égide da Lei 14.133/2021, a possibilidade da contratação mediante modalidade de PREGÃO, tipo ELETRÔNICO com critério de julgamento de menor preço por ITEM na forma do art. 17, §2º da Lei 14133/2021.

15.3 A licitação será compartilhada, nos termos do que prevê o art. 7º, inciso XIV do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB Zona da Mata.

15.4 Faz-se necessária os serviços pelos entes públicos indicados no termo de referência, edital e demais anexos, e, pelas características dos bens, por haver necessidade de contratações frequentes pelos futuros contratantes, bem como por ser conveniente a aquisição destes bens com previsão de entregas parceladas, o Registro de Preços é o procedimento auxiliar cabível e adequado para a situação em tela.

15.5 Diante do exposto, é possível concluir que a aquisição do objeto mediante pregão, menor preço por **ITEM** se mostra mais **viável** a partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos. Nesse sentido, a utilização do critério de julgamento pelo menor preço também se mostra a mais adequada, porquanto os itens que se pretende adquirir são classificados como bens comuns, de características padronizáveis.

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, inciso XI)

16.1 A contratação almejada não guarda relação ou interdependência com outras pretendidas pelo CISAB-ZM

17. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX)

17.1 Pretende-se, por meio da presente contratação, assegurar a seleção da(s) proposta(s) apta(s) a gerar(em) a(s) contratação(ões) mais vantajosa(s) para o Município consorciados no que se refere à prestação dos serviços objeto deste documento.

18. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X)

18.1 Não serão necessárias providências específicas previamente à celebração do contrato, salvo a indicação de servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

18.2 Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- k) assinatura e publicação do contrato.

19. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS (art. 18, §1º, inciso XII)

19.1 Tratando de buscar o equilíbrio entre a economicidade e a redução do impacto ambiental para obtenção do “melhor preço”, ou seja, da proposta de menor preço que atenda aos requisitos de sustentabilidade exigidos.

19.2 A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber.

19.3 A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

- b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
 - f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
 - g) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.
 - h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
 - i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
 - j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental
- para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- k) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - l) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
 - m) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
 - n) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - o) orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes

20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII)

20.1 Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é a contratação dos serviços descritos neste ETP, em atendimento às necessidades do CISAB-ZM e/ou entes consorciados.

20.2 Portanto, concluímos que a contratação que atenda às especificações descritas no presente Estudo Técnico Preliminar e posterior Termo de Referência e Edital é a medida mais apropriada para suprir a necessidade identificada, declarando, por fim, a viabilidade de contratação dos serviços indicados neste documento.

Viçosa, 27 de janeiro de 2025

Responsável pela elaboração do ETP

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA Lei 14.133/21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, “a”)

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO EXIFIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM.

1.2 A contratação é fundamentada no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que instruem o processo, observando-se as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e Resoluções do CISAB-ZM (**art. 6º, inciso XXIII, “b”**).

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, “d”)

2.1 A contratação é crucial para assegurar a continuidade dos serviços essenciais aos colaboradores e o cumprimento das normas vigentes nos municípios consorciados ao CISAB-ZM.

2.2 O vale-alimentação é um benefício é uma forma de complementar a renda do trabalhador e garantir uma alimentação mais saudável e variada.

2.3 A necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de vales alimentação/refeição se dá em virtude do referido benefício de auxílio alimentação ou refeição estar previsto através de legislações próprias;

2.4 A contratação visa oferecer melhores condições de alimentação aos empregados dos municípios demandantes, favorecendo seu bem-estar e saúde, proporcionando melhores condições nutricionais e de qualidade de vida e o consequente aumento da produtividade

2.5 Desta forma, a contratação é medida indiscutivelmente necessária.

2.6 A licitação será compartilhada, nos termos do que prevê o art. 7º, inciso XIV do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB Zona da Mata.

2.7 Faz-se necessária dos serviços pelos entes públicos indicados no termo de referência, edital e demais anexos, e, pelas características dos bens, por haver necessidade de contratações frequentes pelos futuros contratantes, bem como por ser conveniente a aquisição destes bens com previsão de

entregas parceladas, o Registro de Preços é o procedimento auxiliar cabível e adequado para a situação em tela

2.8 A aquisição do objeto mediante pregão, menor preço por ITEM se mostra mais viável a partir da análise do Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos. Nesse sentido, a utilização do critério de julgamento pelo menor preço também se mostra a mais adequada, porquanto os itens que se pretende adquirir são classificados como bens comuns, de características padronizáveis.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS (art. 6º, inciso XXIII, “c”)

3.1. DO VALOR DO BENEFÍCIO

3.1.1 O valor total demandado dos benefícios será de **R\$ 23.702.131,20 (vinte e três milhões, setecentos e dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos)**, com total de 12 recargas mensais ao ano para cada beneficiário;

3.1.2 O total de beneficiários será de 2060 (duas mil e sessenta) pessoas.

3.1.3 O valor do benefício será creditado para as modalidades de VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO, através de um único cartão magnético, com tecnologia de chip full grade aderente ao padrão EMVs, com ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamento POS ou PDV ou equipamento similar.

3.2 DO SISTEMA DE RECARGAS E DOS USUÁRIOS

3.2.1 A CONTRATADA deverá efetuar os créditos nos cartões por meio de sistema ou arquivo eletrônico de sua responsabilidade, com base nas informações a serem fornecidas pela CONTRATANTE.

3.2.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar tecnologia, metodologia de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos de forma global e individualizada, possibilitando a impressão ou geração dos respectivos relatórios para conferência, através de um dashboard integrado.

3.2.3 A CONTRATADA deverá garantir o necessário treinamento e suporte para implementação e operacionalização da tecnologia empregada aos colaboradores responsáveis pela gestão do benefício pela CONTRATANTE.

3.2.4 Os valores das cargas e recargas para cada cartão magnético serão definidos pela CONTRATANTE, por ocasião de suas requisições periódicas à CONTRATADA.

3.2.5 Os beneficiários deverão contar com aplicativo ou sistema para realizar o controle do seu benefício, receber mensagens de disponibilizações de créditos, saldo disponível, confirmação de compras, controle do saldo através de extrato, consulta de rede credenciada, entre outras funcionalidades que promovam a melhor experiência dos beneficiários.

3.3 DOS CARTÕES DO BENEFÍCIO

3.3.1 Os cartões magnéticos possuirão tecnologia de chip full grade aderente ao padrão EMVs, com ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas em equipamento POS ou PDV ou equipamento similar.

3.3.2 Deverá ser permitido a habilitação e troca da senha individual pelo usuário, bem como, possuir MECANISMO DE APROXIMAÇÃO PARA PAGAMENTO, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização. As senhas dos usuários poderão ser alteradas através de aplicativo ou sistema.

3.3.3 O CARTÃO do benefício poderá ser utilizado de forma VIRTUAL, disponibilizado no momento da ativação pelo usuário. O CARTÃO VIRTUAL possui a habilidade de possibilitar a aquisição através das plataformas online de forma mais segura para o usuário.

3.3.4 A CONTRATADA poderá disponibilizar a funcionalidade, de forma adicional e OPCIONAL, do cartão para ser utilizados em aplicativos de carteira digital (pay/wallet), buscando facilitar o pagamento de compras presenciais e online.

3.3.5 A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica, efetuando a troca de cartões e solucionando problemas de carga e recarga, prestar suporte e treinamento aos colaboradores da CONTRATANTE designados para operar o sistema fornecido, para o pleno cumprimento dos serviços.

3.3.6 A CONTRATADA deverá garantir a validade dos cartões e dos valores creditados em cada cartão até a data estipulada, devendo assegurar os créditos pelo período da vigência do contrato, contados da entrega do cartão, e adicionalmente por NO MÍNIMO 60 dias após o encerramento do contrato ou da data de desligamento do colaborador.

3.3.7 A CONTRATADA deverá realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido pelo beneficiário ou pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data de bloqueio, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.

3.3.8 No caso de perda ou extravio do cartão, a CONTRATADA deverá repassar o saldo de crédito existente no cartão bloqueado para o novo cartão que será disponibilizado ao beneficiário.

3.3.9 A CONTRATADA deverá dar manutenção, incluindo eventuais substituições de cartões, sem custo adicional, prestando atendimento à CONTRATANTE e aos beneficiários.

3.3.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar UM ÚNICO CARTÃO MAGNÉTICO PARA AS MODALIDADES REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO, com os respectivos valores de recarga na data estabelecida, conforme solicitado no pedido efetuado pela CONTRATANTE;

3.3.11 A CONTRATADA deverá manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer possível falsificação ou fraude.

3.3.12 A CONTRATADA deverá entregar os cartões no endereço de cada município demandante. A entrega dos cartões individuais do benefício obedecerá aos seguintes prazos:

I. Primeira emissão e entrega dos cartões: prazo não superior a 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE;

II. Emissões subsequentes de cartões: prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE;

III. Substituição dos cartões: prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da realização do pedido de emissão do novo cartão;

3.4 DA REDE CREDENCIADA:

3.4.1 A CONTRATADA manterá convênio com rede de estabelecimentos comerciais, tais como restaurantes ou estabelecimentos similares, bem como estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, atendendo a forma de pagamento por rede aberta, através de cartão bandeirado, garantindo desta forma, que o benefício possa ser utilizado em qualquer estabelecimento, garantindo a segurança e a praticidade dos pagamentos para todas as partes envolvidas.

3.4.2 A CONTRATADA disponibilizará os créditos para ser utilizado no pagamento exclusivo de gêneros alimentícios em restaurantes, lanchonetes, supermercados, mercados, empórios, padarias, açougues, assemelhados, aplicativos e sites de delivery de alimentos e refeições, considerando, que todo o estabelecimento que aceitar a bandeira deverá ter sua classificação fiscal em “alimentação ou refeição”, na função de pagamento crédito, através da tecnologia de transação através do MCC da maquineta ou equivalente, garantindo a natalidade de uso nas categorias correspondentes.

3.4.3 A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, bimestralmente ou sempre que solicitado, na forma digital ou física, o cadastro completo e atualizado dos estabelecimentos integrantes da sua rede credenciada.

4.5 DA TAXA ADMINISTRATIVA:

4.5.1 A contratação de empresa especializada para a operacionalização do benefício de vale refeição/alimentação ocorrerá mediante a oferta de MENOR Taxa Administrativa, podendo o valor fixo ser positivo ou nulo, para administração do benefício.

7.5.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com o menor preço, atendidos os parâmetros obrigatórios e os critérios mínimos de qualidade definidos neste TERMO.

7.5.3 MENOR PREÇO POR ITEM - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, SENDO PERMITIDA A TAXA IGUAL A ZERO E NÃO SENDO PERMITIDA TAXA NEGATIVA.

4.6 PRAZO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.6.1 O prazo para realização e conclusão dos serviços será 12 meses a partir de **janeiro/2025**, conforme execução do objeto do presente instrumento, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais.

4.7 CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS

4.7.1 A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato em âmbito nacional, e

reportará suas comunicações na sede de cada município demandante, devendo o recebimento e aceitação dos serviços ser atestado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

4.7.2 A CONTRATADA deve garantir os serviços prestados à CONTRATANTE, responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste CONTRATO, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização.

4.7.3 O recebimento e aceitação dos serviços pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA, por não executar ou estar em desconformidade com as especificações estabelecidas no presente CONTRATO e seus anexos, bem como na proposta comercial vencedora, posteriormente verificados.

4.8 DO LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.8.1 Local de entrega dos cartões: sede dos municípios demandantes.

5. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS:

5.1 Primeira emissão e entrega dos cartões: prazo não superior a 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela CONTRATANTE.

5.2 O servidor deverá processar a conferência do serviço, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

5.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.4 O recebimento do bem licitado dar-se-á por intermédio de representante designado por cada município consorciado e será:

- a) Provisório: na entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo, com as especificações solicitadas.
- b) Definitivo: após a conclusão da conferência e análise necessárias e sua consequente aceitação definitiva, que ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.5 Visando maior concorrência e economia, considerando que se tratam de bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/21, a presente aquisição se justifica pela modalidade acima elencada, bem como o critério de julgamento do menor preço, porquanto o objetivo é alcançar, sempre que possível, a proposta mais vantajosa

5.6 Deverão estar inclusos nos preços propostos todas as despesas como seguro, frete, taxas, impostos e demais encargos incidentes.

5.7 O proponente assume os custos para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por estas despesas, independentemente da condução ou do resultado da licitação.

6. A SEGUIR OS MUNICÍPIOS DEMANDANTES DO PROCESSO:

ARIS	AUTARQUIA
CATAGUASES	PREFEITURA
CISAB	AUTARQUIA
FERVEDOURO	SAAE
LIMA DUARTE	DEMAE
RAUL SOARES	SAAE
SENADOR FIRMINO	SAAE

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: (art. 6º, inciso XXIII, “g”)

7.1 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE à CONTRATADA por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela CONTRATADA ou por intermédio de boleto bancário, antecipadamente pela CONTRATANTE em até 3 dias úteis à data de disponibilização do benefício, condicionado ao recebimento dos respectivos documentos de cobrança prementes para a competência dos créditos do benefício.

7.2. Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela CONTRATADA, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do CONTRATO.

7.2.1. A CONTRATANTE não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a CONTRATADA apresentar na entrega dos materiais, objeto do CONTRATO, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico do órgão gerenciador de cada contrato.

7.2.2. No caso de prestação de serviços, os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO, conforme item 7.1 da prestação dos serviços ou do período de medição.

7.2.3. Nos documentos de cobrança emitidos pela CONTRATADA, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:

7.2.3.1. Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da CONTRATADA, para crédito do valor correspondente;

7.2.3.2. O número do respectivo CONTRATO, firmado com a CONTRATANTE, e da respectiva parcela e/ou período de medição, quando for o caso.

7.3. A CONTRATANTE providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da CONTRATADA, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da CONTRATADA providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a CONTRATANTE não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da CONTRATADA.

7.3.1. A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no CONTRATO, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do CONTRATO, por parte da CONTRATADA, constituem motivo de rescisão e asseguram à CONTRATANTE o direito de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual.

7.4. À CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os serviços forem entregues em desacordo com as especificações técnicas e quantidade descritas no CONTRATO e nos seus anexos, se a CONTRATADA não executar os serviços de acordo com o descrito no CONTRATO e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, sem que caiba à CONTRATADA aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos ou a execução dos serviços objeto do CONTRATO, em decorrência desses atrasos.

7.5. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7.6. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

7.7. O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da CONTRATANTE, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação

judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração MULTA MORATÓRIA de 2% (dois por cento) e JUROS DE MORA DIÁRIOS de 0,2% (dois décimos por cento), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

7.8. O pagamento efetuado pela CONTRATANTE não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

7.9. Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE, quando aplicável, e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo II – Planilha de Preços Unitários (PPU) do CONTRATO.

7.10. Caso a CONTRATADA esteja enquadrada no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela CONTRATADA.

7.11. A CONTRATANTE poderá deduzir dos valores a serem pagos a CONTRATADA:

- a) As quantias devidas pela CONTRATADA a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela CONTRATANTE, em decorrência de inadimplemento do CONTRATO;
- c) O valor dos prejuízos causados pela CONTRATADA à CONTRATANTE e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela CONTRATANTE a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a CONTRATADA;
- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a CONTRATANTE, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a CONTRATADA, devendo tais valores ser liberados em favor da CONTRATADA, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à CONTRATANTE.

8. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

8.1 O valor da **Taxa Administrativa** será fixo e irrevogável pelo período de um ano, contado a partir da data da assinatura do contrato. O valor do **Benefício** poderá ser reajustado de acordo com a definição dos valores do benefício, estabelecido por Acordo Coletivo de Trabalho ou outra norma/legislação interna da **CONTRATANTE**, podendo ser a qualquer tempo por esta solicitada.

8.2 O preço consignado no **CONTRATO** para a **Taxa Administrativa**, poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA**, considerando a livre negociação até o limite máximo do índice IPCA acumulado nos últimos 12 meses à data da negociação do reajuste, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano para a concessão do

reajuste será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do **CONTRATO**.

8.5 O direito aos reajustes não solicitados tempestivamente, pela **CONTRATADA**, sofrerá preclusão lógica em caso de prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato ou do seu encerramento, inclusive quando por meio de rescisão, exceto quando ressalvado expressamente.

8.6 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.7 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.8 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.9 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.10 O registro do reajustamento de preço em sentido estrito será formalizado por simples apostila.

8.11 O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e na ARP, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

- a. **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b. **MULTA MORATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;
- c. **MULTA COMPENSATÓRIA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;
- e
- d. **SUSPENSÃO** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

9.1.1 À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

9.2 A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

9.3 A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

9.3.1 Pelo descumprimento dos prazos parciais de entrega do objeto contratado a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, por dia de atraso, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor da respectiva parcela.

9.3.2 Pelo descumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a. Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**;

b. Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do **CONTRATO**.

9.4 A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

9.5 Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

9.6 Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA de 100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

9.7 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda

(de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

9.8 Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

9.9 A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.10 As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

9.10.1 As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no §2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016.

9.11 As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

9.12 Aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016, as disposições do

Capítulo II-B (DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS) do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), conforme estabelecido no artigo 185 da Lei nº 14.133/2021.

9.13 As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, “j”)

10.1 A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das dotações orçamentárias próprias de cada consorciado dos municípios/autarquias participantes deste certame.

11. GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, “f”)

11.1 Da gestão e fiscalização do contrato

11.1.1 A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) e Capítulo IX (Do recebimento do objeto do contrato), ambos da Lei nº 14.133/2021 e nos termos da regulamentação de cada município demandante do processo.

11.1.2 Para cumprir as atividades de gestão e fiscalização do contrato, cada consorciado indicará servidor hábil para o exercício dessa função.

11.2 São obrigações do contratante:

11.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

11.2.2 Comunicar ao contratado, de imediato, qualquer irregularidade verificada na execução do objeto;

11.2.3 Designar servidor para o contrato, o qual ficará responsável pela fiscalização;

11.2.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2.5 Pagar à contratada o valor resultante do fornecimento dos bens, na forma e no prazo estabelecido no contrato;

11.2.6 Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.2.7 Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

11.2.8 Considera-se, também, as obrigações das partes previstas na minuta do Contrato anexa ao Edital, ressalvando que, mesmo que a Minuta do contrato seja substituída por outro instrumento, nos

termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, as obrigações ali previstas serão aplicadas na presente licitação.

11.3 São obrigações do contratado:

11.3.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação (art. 92, XVI da Lei 14.133/2021);

11.3.2 Efetuar a entrega dos bens/serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo fiscal do contrato, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, quantidade, preço unitário e total;

11.3.3 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3.5 O dever previsto no item anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

11.3.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

11.3.7 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.3.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato, caso haja;

11.3.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.3.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.3.11 Demonstrar situação regular junto ao INSS, FGTS e Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como não apresentar débitos trabalhistas;

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s)

jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que o fornecedor já executou objeto compatível e permanente em quantidades, características e prazos com o objeto desta contratação. (Atestados emitidos com no máximo 12 meses da data da apresentação da proposta)

Viçosa, 27 de janeiro de 2025.

CISAB ZM

QUANTIDADE A SER CONTRATADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ARIS MG			CATAGUASES			CISAB ZM			LIMA DUARTE			VALOR TOTAL ANUAL
			QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	1900	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900.000,00	30	R\$ 705,10	R\$ 21.153,00	60	R\$ 300,00	R\$ 18.000,00	VALOR TOTAL ANUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	SENADOR FIRMINO			RAUL SOARES			FERVEDOURO			TOTAL			VALOR TOTAL ANUAL
			QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE. MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	
1	Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale alimentação, na forma de créditos a serem carregados em cartão alimentação em PVC ou em outro material similar, com chip eletrônico de segurança, munido de senha de uso pessoal intransferível, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores das autarquias e prefeituras participantes do processo, para aquisição de gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza, em estabelecimentos comerciais.	FUNCIONÁRIO	24	R\$ 307,15	R\$ 7.371,60	1	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00	2060	R\$ 1.975.177,60	R\$ 23.702.332,20	VALOR TOTAL ANUAL



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Administrativo nº: 002/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 002/2025.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO.

Local da sessão pública do pregão: www.ammlicita.org.br

Data de Abertura para lances: 12/02/2025

Horário: 09:00 horas

DADOS DA LICITANTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE VÁLIDO:

WHATSAPP:

E-MAIL VÁLIDO:

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO

UNI DADE	SERVIÇO	QTDE. MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
MÊS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM	2060	Unidade Fiscal do Município	R\$ 1.994.929,38	R\$ 23.939.152,52
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO				
	VALOR TOTAL MENSAL				
	VALOR TOTAL 12 MESES				

1- Estão incluídas, nos preços cotados, todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o cumprimento do objeto deste Pregão, sendo que a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 2- Será integralmente cumprido o fornecimento consoante prazos previstos no Edital e/ou demais anexos, sob pena de aplicação de sanções pela Administração Pública contratante.
- 3- Entendemos todas as regras do Edital e anexos, e nos comprometemos a cumprir com todas as regras ali estabelecidas.
- 4- Esta proposta tem validade de 60 dias.

_____, ____ de _____ de 2025.

(Representante legal)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE
MINAS GERAIS – CISAB/ZM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º _____/2025.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB/ZM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.331.797/0001-63, com sede na Rua José dos Santos, n.º 275, Centro, Viçosa-MG, CEP: 36570-135, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Resolução nº 005/2024 CISAB-ZM, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM**, conforme DFD, ETP, Termo de Referência e demais documentos anexos ao Edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultado ao licitante a participação em quantos itens e lotes forem de seu interesse, e desde que, obviamente, consiga cumprir com os eventuais fornecimentos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
CPF:	
TELEFONE:	
EMAIL:	

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o CISAB-ZM, observadas as disposições do art. 6º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

3.2. Além do gerenciador, são os órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Órgãos participantes:

- 1.
- 2.
- 3.

OBS: o quantitativo de cada item demandado por órgão participante consta no Termo de Referência que derivou esta Ata de Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de registro de preços poderão aderir à presente ata de registro de preços na condição de não participantes, nos termos do art. 86, §3º da Lei, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021, e observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante pesquisa atualizada de mercado; e
- 4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade que participar do registro de preços poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1 e o art. 31 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes, observado o disposto no art. 32 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, observado o disposto no art. 32 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da assinatura da ata, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Resolução do CISAB-ZM.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e poderá ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que preencha os requisitos legais.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021 e o art. 34 da Resolução 005/2024.

5.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Formalizada a homologação da licitação será expedida, nos termos do art. 18 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM, a ata de registro de preços que observará o seguinte rito:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e daqueles que mantiverem sua proposta original.

5.4.3. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, que deverá ser respeitada para fins de contratações, observará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses, não cumulativas:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços; ou

5.7.3. Quando houver rescisão do contrato derivado da ata de registro de preços.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e no sítio eletrônico do CISAB-ZM, no mínimo, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos do art. 18, §4º da Resolução 005/2024.

5.9. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração, nos termos do art. 19, §1º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

5.10. A ata de registro de preços será preferencialmente assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, admitindo-se, também, a critério do órgão gerenciador, assinatura à mão, pelo sistema 1doc ou outra forma indicada pelo CISAB-ZM.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes do cadastro de reserva aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de

classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nos termos do art. 25 da Resolução nº 005/2024 do CISAB-ZM.

6.1.1. Deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

6.2. Os preços registrados também poderão ser alterados ou atualizados:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.3. Na hipótese de previsão no contrato, edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, devendo ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época;

6.2.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.3. Todos os pedidos deverão partir da empresa que teve seu preço registrado e/ou foi contratada em decorrência da presente Ata, e serem direcionados ao setor competente, para serem analisados e julgados.

6.4. Os pedidos não atribuem efeito suspensivo às obrigações da empresa, sendo inadmissível descumprir o edital, ata e/ou contrato sob o argumento de que possui pleitos em aberto com a Administração.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, nos termos do art. 26 da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

7.1.1. Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, observado disposto no art. 26, §2º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa mediante novo procedimento de licitação.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades públicas que tenham formalizado contrato que recaia sobre o preço registrado revisto, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e o art. 26, §4º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir com as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o

fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, observado art. 27, §4º da Resolução 005/2024 do CISAB-ZM, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entre as entidades participantes, observado como limite a quantidade total registrada para cada item.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

8.3. O órgão gerenciador será também participante para efeito de remanejamento.

8.4. Caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou ente público participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou ente público participante que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, realizada por delegação ao CISAB-ZM, não havendo indicação pormenorizada dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento, a critério do CISAB-ZM.

8.7. Se o CISAB-ZM for o gerenciador e único participante da ata, ele poderá fazer o remanejamento sozinho, por óbvio, sem concordância de nenhum outro órgão ou entidade, mas apenas da(s) empresa(s) com os preços registrados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I - PELO CISAB-ZM, quando:

9.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;

9.1.2. O fornecedor recusar -se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, se o CISAB -ZM não aceitar sua justificativa;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 5.2.2;

9.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

9.1.5. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

9.1.6. O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.1.7. Descumprir os contratos decorrentes das atas com os participantes, consorciados e/ou não participantes; ou

9.1.8. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.8.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

II – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

9.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado deverá ser formalizada por e-mail ou por aplicativo de mensagens instantânea, juntando-se o comprovante de recebimento no processo que deu origem ao registro de preços.

9.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o fornecedor, através dos meios eletrônicos indicados no caput deste item, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do CISAB-ZM, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da sua publicação.

9.3. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com os Entes públicos participantes, se apresentada com antecedência de 03 (três) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho e ordem de fornecimento facultado aos Entes públicos participantes a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

9.4. Será estabelecido, no edital ou no expediente da solicitação de que tratam os incisos I e II do item 9.1, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.

9.5. Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para o objeto do registro de preços.

9.6. Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

9.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.8. Se o fornecedor com o preço registrado na ata não cumprir com o contrato decorrente da ata, tanto os contratantes (participantes ou não) poderão notificar e aplicar as sanções, concedendo prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia; quanto o órgão gerenciador, que poderá aplicar sanções, especialmente para evitar que o fornecedor participe de licitações futuras do Consórcio.

9.9. Caso a empresa com o preço registrado descumpra o contrato com apenas um dos consorciados, e este último requerer o cancelamento parcial, pode ele ser realizado, sendo a empresa sujeita, ainda, às penalidades previstas no eventual contrato e nesta ata de registro de preços.

9.10. É possível o cancelamento parcial da ata, em relação a um participante apenas, em qualquer hipótese.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, desonrarem, injustificadamente, o compromisso assumido após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, hipótese em que caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, para que se instaure procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.4. As notificações aos fornecedores que digam respeito à essa Ata de Registro de Preços devem conceder prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, defesa ou deliberações dos fornecedores.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital ou em alguns dos seus anexos, ou no Aviso de Contratação Direta e seus documentos integrantes.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Aplica-se a Resolução CISAB-ZM nº 005/2024 para a Ata de Registro de Preços em tela, ressaltando que **se houver disposições conflitantes entre esta Ata e a Resolução, aplicam-se as disposições, em primeiro lugar, da Resolução.** Caso elas sejam manifestamente incorretas ou ilegítimas, com a devida justificativa nos autos, aplicam-se as disposições desta Ata.

11.4. Havendo disposições gerais da Lei nº 14.133/2021 que sejam conflitantes com esta Ata, aplica-se o disposto na Lei.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia digital aos fornecedores.

Viçosa – MG, ____ de _____ de 2025.

Iolanda de Sena Gonçalves
Superintendente

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2025.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

1.1 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º ____/2025

PE: N.º ____/2024

Pelo presente, de um lado _____ com sede à _____, Centro, Viçosa – MG, inscrito no CNPJ: _____, ora denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato por sua superintendente _____, inscrita no CPF nº. _____, doravante simplesmente denominado _____ e de outro lado a empresa _____, CNPJ: _____, representada pelo Sr. _____, CPF: _____, sediada na _____, cidade de _____ - MG, CEP _____, ora denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do Processo n.º _____, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.2 O objeto do presente instrumento é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, REGULARMENTE CADASTRADA NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT* NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO EXIFIVEL, POR CARTÃO MAGNÉCO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS

COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.1. O prazo de vigência contratual contemplará o seguinte período: ____/____/____ até ____/____/____.

2.1.2. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Fica admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____.

5.1.1. O valor da contratação será reajustado, independentemente do prazo de duração do contrato, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade

de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, nos termos do Edital e do art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado da licitação, considerando, para tanto, a data do primeiro orçamento realizado no processo administrativo.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O Contratante deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. As obrigações do Contratante encontram-se listadas no Termo de Referência anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. As obrigações do Contratante encontram-se listadas no Termo de Referência anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Consideram-se, para este Contrato, as infrações e as sanções previstas no Edital, bem como na Lei nº 14.133/2021 e eventuais Resoluções do CISAB-ZM.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.111/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

_____.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.2. Aplicam-se, ainda, as Resoluções do CISAB-ZM¹, no que couber.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei n.º 14.133/21.

¹ Disponíveis em: <https://www.cisab.com.br/legislacao-cisab-zona-da-mata/resolucoes-administrativas-cisab-zona-da-mata/>.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca à qual está vinculado o **nome do Município Contratante** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES FINAIS (art. 92, X, XI, XVI e XVII)

18.1 Fica o contratado obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

18.2 Fica nomeado(a) Sr.(a) _____ como fiscal do presente contrato.

18.3 Fica o contratado obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

18.4 O prazo para resposta a eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou repactuação será de 1(um) mês, contado do recebimento do pedido, prorrogável por igual período, nos termos do art. 92, §6º, e 123 da Lei Federal n. 14.133/2021.

_____, ____ de _____ 2025

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A497-AC56-A1EB-24CE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IOLANDA DE SENA GONÇALVES (CPF 063.XXX.XXX-30) em 28/01/2025 14:19:52 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/A497-AC56-A1EB-24CE>

De: Alice R. - AGCONT

Para: ADM - Administração

Data: 29/01/2025 às 09:25:52

Segue as publicações

—

Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

DIARIO_OFICIAL_AVISO_DE_LICITACAO_vale_pptxedita1.pdf

publicado_110319_2025_01_28_486ec74a473e2a623367a92226f7170fedita1.pdf

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

do CISAB-ZM e municípios consorciados



Viçosa, 29 de janeiro de 2025 - Diário Oficial Eletrônico CISAB Zona da Mata - ANO 06 | Nº 023

Expediente:

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da
Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB ZM.

Presidente: Elenice Pereira Delgado Santelli

CISAB – ZONA DA MATA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA – AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 002/2025, do tipo MENOR PREÇO. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, na modalidade de benefício flexível, por cartão magnético com tecnologia de chip full grade e arranjo de pagamento aberto, sendo responsável pela emissão, reemissão e gestão de vale alimentação/ refeição, para a concessão dos benefícios aos colaboradores dos municípios consorciados ao CISAB-ZM. ABERTURA: às 09:00 do dia 12/02/2025. Edital disponível no sítio eletrônico www.cisab.com.br. Informações complementares (31) 3891-5636. Alice Souza Rodrigues – Pregoeira.

31/03/2025. - Contratada: Vinícius Matos Cardoso Gouveia. Vigência: 31/01/2025. Contratada: Lícita Assessoria e Consultoria Ltda – ME. Vigência: 31/01/2025. Contratada: Fernanda Rodrigues Hollerbach. Vigência: 31/01/2025.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. Contratante: Câmara Municipal de Teófilo Otoni. Contratada: Gvl Atacadista de Gás LTDA – CNPJ: 33.010.184/0001-20. Objeto: aquisição de gás. Data do contrato: 06/01/25. Vigência: 31/03/2025.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. Contratante: Câmara Municipal de Teófilo Otoni. Contratada: Construservice Nordeste Comercio e Serviços Especializados Ltda – CNPJ: 53.189.848/0001-77. Objeto: prestação de serviços de reforma de pintura externa e manutenção hidráulica no prédio da Câmara Municipal De Teófilo Otoni. Data do contrato: 26/12/24. Vigência: 31/03/2025.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS A CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – A Câmara Municipal de Teófilo Otoni torna pública a formalização de termos aditivos aos contratos administrativos firmados, tendo como objeto o aumento quantitativo dos serviços contratados. Contratante: Câmara Municipal de Teófilo Otoni. Contratada: Vieira Campos Serviços e Locações Ltda. Objeto do Contrato: contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados diversos. – Contratado: Vieira Campos Serviços e Locações Ltda. Objeto do Contratado: prestação de serviços terceirizados, para o suporte de atividades auxiliares, na limpeza e conservação do prédio da Câmara Municipal de Teófilo Otoni-MG.T. Otoni, 27/01/25.

UGLENO ALVES,
Presidente da Câmara Municipal.

Publicado por:
Camila Emanuelle Pereira Santos
Código Identificador:2A346C0D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
IRP Nº 001/2025

COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
IRP Nº 001/2025

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA
ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS

1. A Central de Compras do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS, realizará processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, do tipo menor preço para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DA SAÚDE, DE ACORDO COM A DELIBERAÇÃO SUS/MG Nº 3.841, DE 14 DE JUNHO DE 2022, CUJOS CONTORNOS DEFINEM QUATRO TIPOLOGIAS DE UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE (TIPO I, TIPO II, TIPO III E APOIO).

2. O processo licitatório será conduzido pelo CIMAMS, como órgão contratante e gerenciador da respectiva Ata de Registro de Preços, e a gestão dos respectivos contratos caberá aos órgãos e entidades participantes.

3. A estratégia da contratação, execução e gestão do serviço a ser contratado está especificada na minuta do Termo de Referência (TR) e Estudo Técnico Preliminar (ETP), disponíveis mediante solicitação através do endereço de e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

4. Os valores unitários registrados nesta IRP e indicados no TR são preliminares, podendo divergir dos estimados publicados no edital, tendo em vista a presente publicação.

5. Diante do exposto, comunicamos que a Central de Compras, no uso de suas atribuições regulamentares, disponibiliza a IRP nº 001/2025, consideradas as seguintes condições:

5.1. Os municípios consorciados ao CIMAMS, nos termos da legislação que regulamenta este órgão, não precisam MANIFESTAR

interesse em aderir ao registro de preços, já sendo o seu interesse PRESSUPOSTO da presente intenção de registro de preços.

5.2. Nos termos do estudo técnico preliminar, considerando a natureza dos serviços e as condições de logística, objetivando atender ao interesse público e as necessidades dos consorciados, restringe-se a possibilidade de adesão como órgão participante a esta intenção aos órgãos públicos e autarquias com sede no Estado de Minas Gerais.

5.3. O período de envio da demanda ao CIMAMS é de 8 (oito) dias úteis contados da publicação da IRP;

5.4. A demanda deverá ser enviada por ofício direcionado ao Secretário Executivo do CIMAMS, qualificando o órgão solicitante e seu responsável, expressando a intenção de participar do processo licitatório, declinando o valor estimado de contratação, considerando a totalidade dos Municípios integrantes do CIMAMS.

6. Eventuais solicitações de esclarecimento ou dúvidas devem ser enviadas para o endereço eletrônico: licitacao@cimams.mg.gov.br.

THIAGO LACERDA MAIA
Secretário Executivo
CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:EC6210EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISAB - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB
ZONA DAMATA
AVISO DE LICITAÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
BASICO DA ZONA DA MATA – AVISO DE LICITAÇÃO -
PREGÃO ELETRÔNICO 002/2025, do tipo MENOR PREÇO.
OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, na modalidade de benefício flexível, por cartão magnético com tecnologia de chip full grade e arranjo de pagamento aberto, sendo responsável pela emissão, reemissão e gestão de vale alimentação/ refeição, para a concessão dos benefícios aos colaboradores dos municípios consorciados ao CISAB-ZM. ABERTURA: às 09:00 do dia 12/02/2025. Edital disponível no sítio eletrônico www.cisab.com.br. Informações complementares (31) 3891-5636.

ALICE SOUZA RODRIGUES –
Pregoeira.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:F4D44467

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEJE - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO JEQUITINHONHA

CISMEJE - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO JEQUITINHONHA
RESOLUCAO 03/2025

Resolução Nº. 03/ 2025 “Dispõe sobre Nomeação de Secretário Executivo, no âmbito do CISMEJE e dá outras providências”. O Presidente do Consórcio Intermunicipal da Microrregião do Médio Jequitinhonha -CISMEJE, no uso das atribuições legais: Resolve: Art. 1º. Nomear, Sr. Raul Rodrigues de Freitas, portador da Carteira de Identidade MG- , inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº032.163.055-62 para o cargo de Secretário Executivo do CISMEJE, conforme deliberação na 259ª Assembleia Extraordinária realizada dia 16/01/2025. Art. 2º. Registre-se, publique-se. Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Araçuaí (MG), 17 de janeiro de 2025.

De: Izabela F. - ADM

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 14/02/2025 às 13:46:24

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (CISAB) vem, por meio deste, apresentar justificativa formal acerca da não remessa dos arquivos solicitados ao módulo Edital do SICOM.

A não transmissão das informações decorre de inconsistências técnicas no sistema disponibilizado pela empresa IBTech, conforme informação emitida pelo suporte da empresa. Tais falhas inviabilizam o envio correto e tempestivo dos dados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), em conformidade com os requisitos legais estabelecidos.

Ressaltamos que o CISAB tem plena ciência da obrigatoriedade do envio regular dos editais ao SICOM e que, até o ano de 2024, cumpriu rigorosamente tal exigência, observando os prazos e formatos determinados. Contudo, em razão das atualizações no layout exigidas pelo TCE, a empresa IBTech ainda não realizou os ajustes necessários para garantir a compatibilidade do sistema com as novas especificações.

Diante deste cenário, a equipe técnica do CISAB tem mantido contato constante com o suporte da IBTech, no intuito de obter a resolução das inconsistências com a máxima brevidade possível. Tão logo as adequações técnicas sejam implementadas, os arquivos pendentes serão devidamente transmitidos, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais.

—

Izabela Galvão Fernandes
Administrador

Anexos:

inconsistencia_ibtech.pdf



Administração Cisab <admccisab@gmail.com>

Inconsistências no Módulo Edital e Riscos na Transmissão de Arquivos ao TCE

2 mensagens

Administração Cisab <administracao@cisab.com.br>
Para: suporte.gmp@ibtechti.com.br

5 de fevereiro de 2025 às 16:53

Prezados,

Venho solicitar um posicionamento da equipe técnica da **Ibtech** em relação às inconsistências identificadas na geração dos arquivos do **módulo Edital** para envio ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**. Como é de conhecimento, o correto encaminhamento dessas informações é essencial para garantir a transparência e a regularidade dos processos licitatórios, assegurando a fiscalização adequada dos atos administrativos e o cumprimento das exigências normativas.

Atualmente, conduzimos diversos processos licitatórios que, por conta dessas falhas no sistema, não estão sendo devidamente enviados ao TCE. Essa situação gera riscos significativos, podendo comprometer a conformidade legal e trazer implicações administrativas para o órgão. A impossibilidade de transmissão das informações pode ser interpretada como omissão ou descumprimento da obrigação de prestação de contas, o que pode resultar em apontamentos pelos órgãos de controle, aplicação de sanções e, em casos mais graves, responsabilização dos gestores. Além disso, a não efetivação do envio pode prejudicar a transparência dos processos, minando a credibilidade das ações administrativas e dificultando a fiscalização por parte dos órgãos competentes.

Diante da gravidade da situação, solicitamos um retorno imediato sobre a previsão para a regularização dessa questão, bem como esclarecimentos sobre possíveis atualizações do sistema. Aguardamos um posicionamento com a máxima urgência para evitar prejuízos maiores e garantir o cumprimento das nossas responsabilidades legais.

Atenciosamente,

**Izabela Galvão**

Administradora

CRA-MG 01-065001/D

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais

Rua José dos Santos, nº 275, Centro - Viçosa/MG | CEP 36.570-135 - Telefone: (31) 3891-5636

www.cisab.com.brwww.facebook.com/cisabzonadamatawww.instagram.com/cisabzm**Administração Cisab** <administracao@cisab.com.br>
Para: suporte.gmp@ibtechti.com.br

14 de fevereiro de 2025 às 13:36

Percebi uma inércia sobre a situação e venho novamente cobrar um parecer do sistema. Estamos sendo cobrados dos municípios consorciados sobre a publicação e sem um retorno técnico da situação.

Favor manifestar em 24 horas sobre a situação, bem como o prazo para regularização da geração dos arquivos.

**Izabela Galvão**

Administradora

CRA-MG 01-065001/D

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais

Rua José dos Santos, nº 275, Centro - Viçosa/MG | CEP 36.570-135 - Telefone: (31) 3891-5636



www.cisab.com.br



www.facebook.com/cisabzonadamata



www.instagram.com/cisabzm

[Texto das mensagens anteriores oculto]

De: Izabela F. - ADM

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 14/02/2025 às 13:46:42

—
Izabela Galvão Fernandes
Administrador

De: Alice R. - AGCONT
Para: AGCONT - Agente de Contratação
Data: 14/02/2025 às 15:40:33

Segue as ata de realização de pregão. PROCESSO CANCELADO. No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, resolvemos ao cancelamento do processo em questão para as devidas correções e a necessidade de adequar o processo licitatório aos parâmetros da plataforma e da lei. Pela necessidade da Administração em persistir para a prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

AMM_Licita____Ata_Disputa.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Alice Souza Rodrigues	14/02/2025 15:40:50	1Doc	ALICE SOUZA RODRIGUES CPF 042.XXX.XXX-66
Izabela Galvão Fernandes	14/02/2025 15:42:18	1Doc	IZABELA GALVÃO FERNANDES CPF 105.XXX.XXX-06
Vanessa Faria Silva	14/02/2025 15:42:38	1Doc	VANESSA FARIA SILVA CPF 099.XXX.XXX-63

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **7F05-4CEB-CB24-341D**

ATA PREGÃO

PREGÃO Nº. **000002/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **000002/2025**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)

Às **09:00** do dia **12/02/2025**, reuniu-se o(a) Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM).

Inicialmente, o(a) Pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.

As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **29/01/2025**

Limite de impugnação: **07/02/2025 09:00**

Final da Proposta/Início da Sessão: **12/02/2025 às 09:00**

Esclarecimentos e Impugnações

Solicitação	Resposta
Nome: FERNANDO TANNÚS NARDUCHI Esclarecimento: Entendemos que para empresas que ofertem cartões de arranjo Aberto, tais como ELO/VISA/MASTER, etc., não será necessária a apresentação de listagem de estabelecimentos credenciados, pois cartões de arranjo Aberto são os de caráter universalizado nas maquinetas de pagamento por cartão, ou seja, qualquer estabelecimento que tiver uma máquina que transacione por meio de bandeiras de arranjo aberto aceitará os cartões. Estamos corretos em nosso entendimento?	Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES Resposta: sim. correto.
Nome: FERNANDO TANNÚS NARDUCHI Esclarecimento: Uma vez que empresas de arranjo aberto trabalham com uma rede para utilização do cartão "aberta", ou seja, uma ampla rede credenciada que aceita cartões bandeirados (MasterCard), não será necessária a apresentação de listagem de credenciados nem mesmo disponibilização da mesma em APP. Estamos corretos?	Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES Resposta: sim. correto
Nome: RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA	Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/7F05-4CEB-CB24-341D> e informe o código 7F05-4CEB-CB24-341D

Esclarecimento:

Prezada comissão de licitação do CISAB ZONA DA MATA, Requer esclarecimento a respeito dos questionamentos em anexo. Atenciosamente. [ESCLARECIMENTO_DE_PREGAO_COMPLETO_-_CISAB.pdf TCE_\(1\).pdf](#)

Resposta:

6.26. Em eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem: 6.26.1. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; 6.26.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; 6.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. 6.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: 6.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais; 6.27.2. Empresas brasileiras; 6.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; 6.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. 6.28. Se ainda persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Nome: Erly Vieira

Esclarecimento:

Vimos por meio deste, solicitar os seguintes esclarecimentos: I - Qual o atual fornecedor e qual taxa aplicada àquele contrato? (se houver) II - O edital menciona prazos de pagamentos distintos. O preambulo do Instrumento Convocatório mencionada o prazo de 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, enquanto o subitem 7.1 do Termo de Referência menciona que o pagamento ocorrerá de forma antecipada em até 3 (três) dias à data de disponibilização do benefício. Qual deles deverá ser considerado?

Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES

Resposta:

Este: o pagamento ocorrerá de forma antecipada em até 3 (três) dias à data de disponibilização do benefício

Nome: Dario da Costa Barbosa Junior

Esclarecimento:

Solicito esclarecimento: 1) Os serviços, objeto desta licitação, já são prestados por alguma empresa? Em caso positivo, qual a empresa prestadora dos serviços e qual a taxa de administração atualmente praticada? 2) Há limitação da taxa secundária, aquela a ser cobrada da rede credenciada ? 3) A empresa vencedora da etapa de lances terá prazo de quantos dias para fazer o teste de funcionalidade?

Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES

Resposta:

1. Os serviços, objeto desta licitação, já são prestados por alguma empresa? Em caso positivo, qual a empresa prestadora dos serviços e qual a taxa de administração atualmente praticada? MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: 0% 2. Há limitação da taxa secundária, aquela a ser cobrada da rede credenciada? NÃO 3. A empresa vencedora da etapa de lances terá prazo de quantos dias para fazer o teste de funcionalidade? prazo de até 7 (sete) dias úteis

Nome: BIANCA ROSA CAMPOS VALENTE

Esclarecimento:

Pergunta 01 - Da inscrição no PAT e dos regimes aplicáveis a) A CISAB possui inscrição no PAT? Em caso positivo, em qual CNPJ consta o seu cadastro? b) A CISAB possui em seu quadro empregados contratados sob o regime da CLT? Em caso negativo, em qual regime são contratados a totalidade de seus empregados? Pergunta 02 - Da suspensão de pagamento O item 7.4. prescreve que a Contratante poderá suspender o pagamento devido se os serviços forem entregues em desacordo com o disposto em contrato até que sejam sanados os desacordos, a qual a Contratada não poderia suspender os serviços ou aplicar penalidades a Contratante. Diante disso, é o entendimento de que a Contratada estaria obrigada a manter os serviços de administração, fornecimento e gerenciamento de cartões, mas sem a necessidade de disponibilizar créditos nos cartões com recursos próprios?

Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES

Resposta:

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte e que a estimativa do valor da contratação não supere os limites de faturamento de Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

<p>Nome: Andresa Rocha Crosara Domingos</p> <p>Impugnação: Prezados, conforme item 16.1.1. do edital, segue impugnação. UP_Brasil_x_CISAB_-_impugnacao.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: IMPUGNACAO.pdf</p>
<p>Nome: NICOLAS TEIXEIRA VERONEZI</p> <p>Esclarecimento: Prezados, boa tarde. A VEROCHQUE REFEIÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 06.344.497/0001-41, interessada em participar do certame licitatório, vem solicitar o presente esclarecimento: Tendo em vista que o valor estimado anual é R\$ 23.702.131,20 e o valor estimado com taxa administrativa é R\$ 23.939.152,52, devemos lançar a proposta com o valor real ou com valor estimado com taxa administrativa, conforme modelo de proposta que consta no edital?</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: Valor estimado com taxa administrativa é R\$ 23.939.152,52</p>
<p>Nome: Erly Vieira</p> <p>Esclarecimento: Prezados, bom dia! Qual valor deverá ser utilizado para apresentação de proposta com taxa de 0,00%? (R\$ 23.702.131,20 ou R\$ 23.939.152,52)</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: Valor estimado com taxa administrativa é R\$ 23.939.152,52</p>
<p>Nome: RICARDO HENRIQUE RODRIGUES</p> <p>Esclarecimento: Prezados, boa tarde! Na plataforma está definido valor referencial unitário de R\$ 968,41 que multiplicado pela quantidade de 24720, resulta um valor total de R\$ 23.939.095,20. Desta forma, questionamos como devemos proceder com o cadastro da proposta no portal para chegar ao valor de R\$ 23.939.152,52.</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: Valor estimado com taxa administrativa é R\$ 23.939.152,52</p>
<p>Nome: FERNANDA RAMOS VIEIRA</p> <p>Esclarecimento: A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., devidamente inscrita no CNPJ nº 02.535.864/0001-33, sediada na Avenida dos Bandeirantes, 460, Brooklin Paulista, CEP: 04553-900, e-mail: licitacao@vr.com.br, vem, respeitosamente, solicitar PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, na forma anexo. Desde já agradecemos Esclarecimentos.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: em anexo ESCLARECIMENTO_2.pdf</p>
<p>Nome: Adelio Barofaldi</p> <p>Esclarecimento: Segue pedido de esclarecimento em anexo u. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PE_nãº 02_2025 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: RESPOSTA EM ANEXO ESCLARECIMENTO_resposta.pdf</p>
<p>Nome: Adelio Barofaldi</p> <p>Impugnação: Segue pedido de IMPUGNAÇÃO em anexo u. IMPUGNACAO_-_PE_Nãº_02_2025_-_CISAB.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: RESPOSTA EM ANEXO IMPUGNACAO_resposta.pdf</p>
<p>Nome: YASMIN BERNARDI NASSAR</p> <p>Esclarecimento: Solicita-se, gentilmente, os esclarecimentos indicados no documento anexo. Consulta_Pluxee_Sodexo.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: resposta em anexo ESCLARECIMENTO_resposta.pdf</p>
<p>Nome: FERNANDA RAMOS VIEIRA</p> <p>Esclarecimento: A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., devidamente inscrita no CNPJ nº 02.535.864/0001-33, sediada na Avenida dos Bandeirantes, 460, Brooklin Paulista, CEP: 04553-900, e-mail: licitacao@vr.com.br, vem, respeitosamente, solicitar PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, na forma anexa. Desde já agradecemos. Esclarecimentos_VR_2.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: em anexo ESCLARECIMENTO_1_assinado.pdf</p>
<p>Nome: FERNANDA RAMOS VIEIRA</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p>

Impugnação:

A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A. ("VR Benefícios"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.535.864/0001-33, estabelecida na Avenida dos Bandeirantes 460 - Brooklin Paulista - São Paulo/SP, CEP 04553-900, e-mail licitacao@vr.com.br, vem, tempestivamente, por seu representante legal, propor a presente, IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL. Desde já agradecemos. [Impugnacao - CISAB MG assinado.pdf](#)
[ATOS CONSTITUTIVOS + PROC + DOC.pdf](#)

Resposta:

resposta em anexo [IMPUGNACAO_assinado_\(1\).pdf](#)

Lote 1 (Lote Fracassado)
Lote 1

Fornecedor: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA		CNPJ/CPF: 02.959.392/0001-46	
Data/hora de envio 11/02/2025 17:48:51		Avaliação da proposta: Classificado	
Descrição Comprador			
1 - VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO			
Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Taxa Proposta
VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO	24.720,00	serviço	0,00
Marca: Própria	Fabricante: N/A	Modelo: Próprio	

Lances

Lote	Etapas	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Fechada	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA 02.959.392/0001-46	0,00	
Lote 1	Fechada	SERVNET INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA 29.759.316/0001-43	958,83	
Lote 1	Fechada	R6 INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA 03.419.902/0001-55	0,00	
Lote 1	Fechada	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA 03.817.702/0001-50	0,00	
Lote 1	Fechada	ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. 04.740.876/0001-25	0,00	
Lote 1	Fechada	GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS 92.559.830/0001-71	0,00	
Lote 1	Fechada	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA 05.989.476/0003-82	0,00	
Lote 1	Fechada	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA ME 21.922.507/0001-72	968,41	
Lote 1	Fechada	MeS Serviços Administrativos LTDA 26.069.189/0001-62	0,00	

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/7F05-4CEB-CB24-341D>



Lote 1	Fechada	BIQ BENEFÍCIOS LTDA 07.878.237/0001-19	0,00	
Lote 1	Fechada	LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA 19.207.352/0001-40	0,00	
Lote 1	Fechada	VEROCHEQUE REFEICOES LTDA 06.344.497/0001-41	0,00	
Lote 1	Negociação	MeS Serviços Administrativos LTDA 26.069.189/0001-62	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	VEROCHEQUE REFEICOES LTDA 06.344.497/0001-41	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA 19.207.352/0001-40	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA 05.989.476/0003-82	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	BIQ BENEFÍCIOS LTDA 07.878.237/0001-19	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS 92.559.830/0001-71	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA 03.817.702/0001-50	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	R6 INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA 03.419.902/0001-55	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. 04.740.876/0001-25	0,00	12/02/2025 15:21:07
Lote 1	Negociação	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA 02.959.392/0001-46	0,00	12/02/2025 16:16:30

Chat		
Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	As propostas do processo foram abertas e serão analisadas. Aguardem Conectados.	12/02/2025 09:00:22
Pregoeiro(a)	BOM DIA! MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 Obs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 SERÃO DESCLASSIFICADAS PROPOSTAS COM TAXA NEGATIVA	12/02/2025 09:04:51
Pregoeiro(a)	O Fornecedor 14 foi desclassificado no lote 01 . MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 Obs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 09:05:50

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/7F05-4CEB-CB24-341D> e informe o código 7F05-4CEB-CB24-341D

Pregoeiro(a)	O Fornecedor 10 foi desclassificado no lote 01 . MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 09:05:50
Pregoeiro(a)	O Fornecedor 3 foi desclassificado no lote 01 . MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 09:05:51
Pregoeiro(a)	O Fornecedor 2 foi desclassificado no lote 01 . MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 09:05:51
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 09:06:53
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:11:06
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:11:43
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:21:11
Sistema	Tempo randômico iniciado para o lote 01 .	12/02/2025 09:24:18
Pregoeiro(a)	O chat está fechado para todos os fornecedores.	12/02/2025 09:26:16
Sistema	Iniciada a fase fechada de lances no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 09:29:30
Sistema	Houve um empate. Será realizada uma nova etapa de lances entre os concorrentes empatados no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 09:34:49
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:40:42
Sistema	Em relação ao lote 01 houve empate, foi realizado o desempate por Desempate (Sorteio) .	12/02/2025 09:41:40
Sistema	O fornecedor 16 teve seu lance final aceito para o lote 01 . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	12/02/2025 09:42:21
Fornecedor 13	O fornecedor 13 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:45:49
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:45:54
Fornecedor 14	O fornecedor 14 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:46:01
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:48:37
Pregoeiro(a)	O chat está aberto para todos os fornecedores.	12/02/2025 09:50:41
Fornecedor 2	Senhor pregoeiro houve alteração no critério de disputa 2 dias antes da licitação e não houve reabertura de prazos.	12/02/2025 09:51:23
Fornecedor 2	A lei é clara: Art. 55. § 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.	12/02/2025 09:51:36
Fornecedor 6	Senhor Pregoeiro, bom dia! O sistema deu preferência para a ME/EPP, o sorteio deve ser realizado entre todas as empresas presentes.	12/02/2025 09:52:42
Fornecedor 2	O Edital deveria ter sido republicado e nova data de abertura agendada, dentro dos prazos da lei	12/02/2025 09:52:44
Pregoeiro(a)	O AVISO É IMEDIATO NA PLATAFORMA	12/02/2025 09:52:54

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/7F05-4CEB-CB24-341D> e informe o código 7F05-4CEB-CB24-341D

Fornecedor 2	Não importa, o que prevalece é a Lei	12/02/2025 09:53:12
Fornecedor 13	O item 6.26. do edital informa que o critério de desempate será conforme o art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021. Sendo assim, há uma ordem e outros quesitos antes de ir para o sorteio. Deve ser realizada a conferência da documentos de todas as empresas empatadas: 6.26. Em eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem: 6.26.1. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; 6.26.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; 6.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. 6.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: 6.	12/02/2025 09:54:21
Pregoeiro(a)	NÃO HA ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	12/02/2025 09:54:21
Fornecedor 10	Bom dia, Prezado Agente de contratação! Informo que conforme destacado pela mesmo como motivação de desclassificação "OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA" neste sentido a empresa destaca que não foi ultrapassado o limite destacado, neste sentido solicitamos humildemente a motivação real da desclassificação! destaco que ficamos com o valor proposto de R\$ 23.702.154,94 - não ultrapassando o limite imposto	12/02/2025 09:54:29
Fornecedor 2	A condução do certame dessa maneira é completamente ilegal.	12/02/2025 09:54:34
Fornecedor 2	Esse pregão deve ser anulado e republicado, do contrário entraremos com a medidas cabíveis.	12/02/2025 09:55:37
Fornecedor 10	Temos como comprovar a inserção do referido valor na plataforma, então qual a motivação da desclassificação?	12/02/2025 09:55:59
Fornecedor 2	Também temos comprovação do cadastro da nossa proposta bem como print da tela onde é claro que o critério de disputa foi alterado no dia 10/02, ou seja, dois atrás. Completamente em desacordo com a Lei.	12/02/2025 09:57:28
Fornecedor 14	Bom dia, Senhor Pregoeiro, o valor de referencia estava com 1,00% positivo, lançamos -0,98%, que não fica com o valor negativo. Não há motivo para desclassificação	12/02/2025 09:57:59
Fornecedor 14	é claramente irregular a desclassificação das empresas que não apresentaram valor negativo, visto que 23.702.154,94 não é inferior a 23.702.131,20, que é o mínimo que poderíamos apresentar	12/02/2025 09:59:29
Pregoeiro(a)	O chat está fechado para todos os fornecedores.	12/02/2025 09:59:44
Pregoeiro(a)	SENHORES. NA DISPUTA NÃO CONSEGUIMOS AVALIAR E JULGAR OS CRITÉRIOS DE DESEMPATE. SÓ CONSEGUIMOS VER AS DOCUMENTAÇÕES RELATIVAS AS EMPRESAS PÓS LANCES. ASSIM ABRIREMOS DILIGENCIA PARA VERIFICAR AS DOCUMENTAÇÕES RELATIVAS AS EMPRESAS E CUMPRIR O CRITÉRIO DE DESEMPATE	12/02/2025 10:04:36
Pregoeiro(a)	SENHORES. IREMOS ENTRAR EM CONTATO COM O SUPORTE DA PLATAFORMA	12/02/2025 10:15:53
Pregoeiro(a)	PARA VERIFICAÇÃO JUNTO AOS CRITERIOS DE DESEMPATE. E A DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS APTAS A FASE	12/02/2025 10:17:59
Pregoeiro(a)	POR FAVOR AGUARDEM AINDA ESTAMOS COM O SUPORTE DA PLATAFORMA	12/02/2025 11:27:22
Pregoeiro(a)	SENHORES. O TIME DA TECNOLOGIA DA PLATAFORMA ESTA SANANDO OS PROBLEMAS. ASSIM INTERROMPEREMOS A SESSÃO E RETORNAREMOS AS 14:00	12/02/2025 11:54:12
Pregoeiro(a)	BOA TARDE SENHORES. RETORNAMOS A SESSÃO DO PE 002/2025.	12/02/2025 13:59:25
Pregoeiro(a)	PARA QUE O CERTAME CORRA COM TODA SEGURANÇA E TRANSPARENCIA RETORNAMOS A SESSÃO A FASE INICIAL	12/02/2025 14:02:45

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/7F05-4CEB-CB24-341D> e informe o código 7F05-4CEB-CB24-341D

Pregoeiro(a)	O Fornecedor 10 foi desclassificado no lote 01 . DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 14:07:12
Pregoeiro(a)	O Fornecedor 14 foi desclassificado no lote 01 . DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 14:07:12
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 14:09:46
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 14:09:52
Fornecedor 14	O fornecedor 14 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 14:13:11
Pregoeiro(a)	APÓS ABERTA AS FASES. SEGUIRÁ O ITEM 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	12/02/2025 14:21:06
Pregoeiro(a)	IREMOS INICIAR A FASE DE LANCES	12/02/2025 14:26:14
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 14:26:58
Sistema	Tempo randômico iniciado para o lote 01 .	12/02/2025 14:43:01
Sistema	Iniciada a fase fechada de lances no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 14:53:09
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 14:54:04
Sistema	A fase fechada de lances no lote 01 foi prorrogada. Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 15:05:04
Sistema	Houve um empate. Será realizada uma nova etapa de lances entre os concorrentes empatados no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 15:11:48
Sistema	Em relação ao lote 01 houve empate, foi realizado o desempate por Desempate (Sorteio) .	12/02/2025 15:21:07
Pregoeiro(a)	SERA REALIZADO O CRITERIO DE DESEMPATE MANUAL. O SISTEMA AINDA ESTÁ REALIZANDO O CRITERIO NÃO CONFORME EDITAL	12/02/2025 15:34:42
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 15:38:08
Fornecedor 14	O fornecedor 14 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 15:45:11
Sistema	Em relação ao lote 01 houve empate, foi realizado o desempate por Desempate (Sorteio) .	12/02/2025 16:16:30
Sistema	O fornecedor 15 teve seu lance final aceito para o lote 01 . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	12/02/2025 16:55:52
Fornecedor 16	O fornecedor 16 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 17:10:51
Pregoeiro(a)	ESTAMOS COM INSTABILIDADE NA INTERNET. ENCERRAREMOS ADMINISTRATIVAMENTE E RETORNAREMOS AMANHÃ AS 14:00	12/02/2025 17:24:56
Pregoeiro(a)	BOA TARDE. RETORNAMOS A SESSÃO	13/02/2025 14:02:36
Pregoeiro(a)	O chat está fechado para todos os fornecedores.	13/02/2025 14:02:49
Sistema	O fornecedor UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA foi Habilitado no(s) lote(s): 1.	13/02/2025 14:09:12
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	13/02/2025 14:11:48
Fornecedor 16	O fornecedor 16 solicitou envio de mensagem.	13/02/2025 14:13:07
Fornecedor 14	O fornecedor 14 solicitou envio de mensagem.	13/02/2025 14:13:47
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	13/02/2025 15:04:03

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/7F05-4CEB-CB24-341D> e informe o código 7F05-4CEB-CB24-341D

Pregoeiro(a)	SENHORES. IMPORTANTE: No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, resolvemos ao cancelamento do processo em questão para as devidas correções e a necessidade de adequar o processo licitatório aos parâmetros da plataforma e da lei. Pela necessidade da Administração em persistir para a prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório	13/02/2025 15:58:04
--------------	--	---------------------

Julgamento de Recursos e Contrarrazões

Não foram apresentados pedidos de recursos ou contrarrazões ao processo.

Lista de Classificação do Lote 1

LOTE FRACASSADO

Avisos do processo

Data / Hora	Descrição
10/02/2025 09:39:29	Atualizações do processo após publicação: Tipo de Lance: : (Unitário > Global) Lance Tipo Taxa? : (Não > Sim)
10/02/2025 09:39:58	Atualizações do processo após publicação: Lance Tipo Taxa? : (Sim > Não)
10/02/2025 09:40:59	Atualizações do processo após publicação: É registro de preços? : (Não > Sim) Prazo do registro de preços: : (Sem prazo > 12 meses) Tipo de Lance: : (Global > Unitário) Lance Tipo Taxa? : (Não > Sim)
11/02/2025 08:33:53	IMPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DECLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA
13/02/2025 15:59:21	Declaração de fracasso de lote(s). Justificativa: (No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, resolvemos ao cancelamento do processo em questão para as devidas correções e a necessidade de adequar o processo licitatório aos parâmetros da plataforma e da lei. Pela necessidade da Administração em persistir para a prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório)
13/02/2025 16:01:29	No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, resolvemos ao cancelamento do processo em questão para as devidas correções e a necessidade de adequar o processo licitatório aos parâmetros da plataforma e da lei. Pela necessidade da Administração em persistir para a prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes

Lotes	Adjudicação	Homologação
	Data/Hora	Data/Hora
Lote 1		

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Completa: 0 de 0 lote(s).

Documento gerado em 14 de Fevereiro de 2025.

ALICE SOUZA RODRIGUES - Pregoeiro(a)

Izabela Galvão Fernandes - Equipe de Apoio

Vanessa Faria Silva - Equipe de Apoio

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/7F05-4CEB-CB24-341D> e informe o código 7F05-4CEB-CB24-341D



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7F05-4CEB-CB24-341D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALICE SOUZA RODRIGUES (CPF 042.XXX.XXX-66) em 14/02/2025 15:40:48 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



IZABELA GALVÃO FERNANDES (CPF 105.XXX.XXX-06) em 14/02/2025 15:42:16 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



VANESSA FARIA SILVA (CPF 099.XXX.XXX-63) em 14/02/2025 15:42:36 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/7F05-4CEB-CB24-341D>

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 17/02/2025 às 11:19:21

Segue os avisos de cancelamento de pregão

—

Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

DIARIO_OFICIAL_EXTRATO_DE_publicacao_pptx_cancelamento.pdf

publicado_110331_2025_02_13_3f610a297fb9cd5a78a8a162e983b5ed_2_termo_de_cancelamento.pdf

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

do CISAB-ZM e municípios consorciados



Viçosa, 14 de fevereiro de 2025 - Diário Oficial Eletrônico CISAB Zona da Mata - ANO 05 | Nº 030

Expediente:

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da
Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB ZM.

Presidente: Elenice Pereira Delgado Santelli

CISAB – ZONA DA MATA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA – AVISO DE CANCELAMENTO - Trata-se de cancelamento do Processo licitatório nº 002/2025 na modalidade Pregão eletrônico nº 002/2025, que teve como objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, na modalidade de benefício flexível, por cartão magnético com tecnologia de chip full grade e arranjo de pagamento aberto, sendo responsável pela emissão, reemissão e gestão de vale alimentação/ refeição, para a concessão dos benefícios aos colaboradores dos municípios consorciados ao CISAB-ZM. A superintendente Iolanda de Sena Gonçalves torna público, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e em defesa do interesse público, resolve: CANCELAR, o Processo Licitatório nº 002/2025 – Pregão Eletrônico nº 002/2025. Dê ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes., respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA – AVISO DE SUSPENSÃO - Trata-se de suspensão do Processo licitatório nº 050/2024 na modalidade Concorrência eletrônica nº 003/2024, que teve como objeto a Contratação de empresa especializada para elaboração de estudo de concepção, estudo ambiental, projeto básico, projeto executivo, além de serviços de apoio técnico (incluindo o Cadastro Técnico), para Sistemas de Esgotamento Sanitário da localidade do município de Manhuaçu/MG. A superintendente Iolanda de Sena Gonçalves torna público, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e em defesa do interesse público, resolve: SUSPENDER, o Processo Licitatório nº 050/2024 – Concorrência eletrônica nº 003/2024. Dê ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes., respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

CNPJ: 22.592.523/0001-07
 58.311.318 JOSE JAIME MARTINS JUNIOR
 CNPJ: 58.311.318/0001-73
 ACORDO CONSULTORIA LTDA
 CNPJ: 21.204.445/0001-63
 59.248.684 ANA PEREIRA NETA
 CNPJ: 59.248.684/0001-98
 JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE
 ADVOGADOS
 CNPJ: 18.985.386/0001-01
 JOSE GUILHERME TEIXEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
 ADVOCACIA
 CNPJ: 40.157.350/0001-80
 OFFICE CONSULTORIA PUBLICA LTDA
 CNPJ: 19.437.778/0001-90
 CAPTARY CONSULTORIA, PROJETOS E PRODUCOES LTDA
 CNPJ: 27.926.010/0001-09
 COMERCIAL MINAS MAQUINAS LTDA
 CNPJ: 01.226.698/0001-20
 M&F.CON LTDA
 CNPJ: 45.075.012/0001-13
 FS CONSULTORIA E ASSESSORIA EM LICITACOES LTDA
 CNPJ: 44.799.370/0001-06
 LOPES & LOPES ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA
 CNPJ: 51.989.452/0001-89
 RAFAEL BATISTA MADUREIRA
 CNPJ: 58.835.316/0001-83

Cujo Objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TRIBUTÁRIA E FISCAL, LICITAÇÃO E CONTRATOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TURISMO, CONVÊNIOS E LGPD, QUE PODERÃO SER CHAMADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS QUANDO HOVER DEMANDA**, para atendimento das necessidades paralelas e não excludentes dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinlitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS e deste.
 Informações pelo telefone: (38) 9 9970-3832, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

ALISSON RAFAEL ALVES SANTOS -
 Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
 Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:BF8264E5

**CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
 MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE
 RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE
 DE LICITAÇÃO Nº 005/2025**

AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, através de seu Presidente, RATIFICA e HOMOLOGA o P.A. 013/25 – Inexigibilidade de Licitação 005/25 – Obj.: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ROLEGAN GONÇALVES SOARES - CNPJ 24.123.182/0001-56 PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA “LUCIANO PACCIO” EM EVENTO INSTITUCIONAL DENOMINADO “1º ENCONTRO REGIONAL DE PREFEITOS E PREFEITAS COM A REDE GOVERNAMENTAL E INSTITUCIONAL 2025” A SER REALIZADO PELO CIMAMS; nos termos do art. 74, inc. II da Lei nº 14.133/2021. Valor Global: R\$12.000,00 (doze mil reais). Montes Claros-MG, 13/02/25.

ADAILDO ROCHA MOREIRA -
 Presidente do CIMAMS.

Publicado por:
 Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:37E73A07

**ESTADO DE MINAS GERAIS
 CISAB - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE
 SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
 BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB
 ZONA DAMATA
 AVISO DE CANCELAMENTO**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA – AVISO DE CANCELAMENTO - Trata-se de cancelamento do Processo licitatório nº 002/2025 na modalidade Pregão eletrônico nº 002/2025, que teve como objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, na modalidade de benefício flexível, por cartão magnético com tecnologia de chip full grade e arranjo de pagamento aberto, sendo responsável pela emissão, reemissão e gestão de vale alimentação/ refeição, para a concessão dos benefícios aos colaboradores dos municípios consorciados ao CISAB-ZM. A superintendente Iolanda de Sena Gonçalves torna público, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e em defesa do interesse público, resolve: CANCELAR, o Processo Licitatório nº 002/2025 – Pregão Eletrônico nº 002/2025. Dê ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes., respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

Publicado por:
 Alice Rodrigues
Código Identificador:A8C5A754

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
 BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB
 ZONA DAMATA
 AVISO DE SUSPENSÃO**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA – AVISO DE SUSPENSÃO - Trata-se de suspensão do Processo licitatório nº 050/2024 na modalidade Concorrência eletrônica nº 003/2024, que teve como objeto a Contratação de empresa especializada para elaboração de estudo de concepção, estudo ambiental, projeto básico, projeto executivo, além de serviços de apoio técnico (incluindo o Cadastro Técnico), para Sistemas de Esgotamento Sanitário da localidade do município de Manhuaçu/MG. A superintendente Iolanda de Sena Gonçalves torna público, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e em defesa do interesse público, resolve: SUSPENDER, o Processo Licitatório nº 050/2024 – Concorrência eletrônica nº 003/2024. Dê ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes., respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

Publicado por:
 Alice Rodrigues
Código Identificador:556A8DB0

**ESTADO DE MINAS GERAIS
 CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
 MÉDIO RIO DAS VELHAS**

**CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
 MÉDIO RIO DAS VELHAS
 EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO ANEXO IV PROCESSO
 ADMINISTRATIVO Nº 080/2024**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO RIO DAS VELHAS – CISMEV – EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO

De: Alice R. - AGCONT

Para: AGCONT - Agente de Contratação

Data: 10/03/2025 às 16:27:05

Segue recurso.

—

Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

Procuracao_Publica_Up_13_01_26_D13_04_25.pdf
RECURSO.pdf



11º TABELIÃO DE NOTAS
São Paulo - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ



Livro 6206, fls. 345

Procuração bastante que faz:

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.-

Aos treze (13) de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj 51, sala 01, onde a chamado vim perante mim escrevente do 11º Tabelião de Notas desta Capital, compareceu como outorgante: **UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, sociedade limitada unipessoal, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj 51, sala 01, – Jardim Paulistano – CEP 01451-914, inscrita no CNPJ sob nº 02.959.392/0001-46, com seus Atos Constitutivos Consolidados 18.01.2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 43.106/23-7, neste ato representada, na forma do clausula 6º, parágrafo 6º do seu Contrato Social, por seu por seu Diretor **THOMAS RICHARD VICTOR RENÉ PILLET**, brasileiro, casado, diretor, portador da cédula de identidade RG nº 60.964.760-X-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 229.411.108-79, residente e domiciliado nesta Capital e com endereço profissional acima mencionado, e declara ainda, sob as penas da Lei, que não existe alteração posterior à acima mencionada como se comprova na Ficha Cadastral Simplificada emitida pela mesma Junta Comercial em 27/12/2024 sendo que uma cópia dos atos fica arquivada nestas notas na pasta própria nº 165, sob nº 32984; Os presentes capazes, reconhecidos como os próprios por mim, conforme foi dado verificado pelos documentos apresentados, do que de tudo dou fé; e por ela outorgante como vem representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui como seus bastante procuradores: **ANDRESA ROCHA CROSARA DOMINGOS**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade, RG nº MG-8.796.587-PC/MG, inscrita no CPF/MF nº 055.089.226-52; **MARCELO SIQUEIRA BENEVIDES**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador da Cédula de Identidade, RG nº 92002197903-SSP/CE, inscrito no CPF/MF nº 423.927.303-00; **RODRIGO CAIADO PARONETTO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade, RG nº 6.853.698-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 947.213.606-06; **IGOR LÚCIO GOULART FERREIRA**, brasileiro, solteiro,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



10972602158787.000630528-7

R Domingos De Moraes - 1062 ***** VI Mariana - São Paulo - SP
Fone: 11-5085-5755 Fax: 11-5575-5672





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

analista jurídico, portador da Cédula de Identidade, RG nº MG-10.882.552-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 079.552.446-30; **JOÃO VITOR FERNANDES VIEIRA**, brasileiro, solteiro, analista de licitações, portador da cédula de Identidade nº. MG 19.515-616 - SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 103.573.476-17; **MELIZA CRISTINA DA SILVA MACEDO**, brasileira, casada, analista de licitações, portadora da Cédula de Identidade, RG nº MG-10.851.225-SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 052.149.176-27; **APARECIDA NUNES DA SILVA**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 19.153.424-9-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 078.333.598-90; **SULE CAROLINA HENRIOUES MESIAS LEITE FERREIRA DE SOUZA**, brasileira, divorciada, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 003.299.960-SSP/RN, inscrita no CPF/MF nº 946.957.921-68; **DELAMARE DE OLIVEIRA BONFIM**, brasileira, casada, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 8.401.659-SESP/PR, inscrita no CPF/MF nº 049.778.879-99; **DANIELA DE MELO MARTINS**, brasileira, solteira, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 36.592.213-4-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 417.695.568-69; **KHÉLVIO MARTINS DE PAULA**, brasileiro, casado, consultor de vendas, portador da Cédula de Identidade, RG nº 14.051.731-PC/MG, inscrito no CPF/MF nº 095.680.466-74; **PATRÍCIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM**, brasileira, solteira, gerente comercial, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 11.653.258-SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 044.635.006-05; **ROGERO MONTEIRO MEVES**, brasileiro, divorciado, gerente comercial portador da Cédula de Identidade, RG nº 14.526.964-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 118.029.128-00; **POLYANNA HEKVECIO GOMES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade, RG 3069716-SPTC/ES e inscrita no CPF/MF sob nº 132.525.577-70; **MERILY CLEY SILVA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 1.641.987-SSP/ES e inscrita no CPF/MF sob nº 085.321.437-92; aos quais conferem os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, para **AGINDO ISOLADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO**, representar a Outorgante em licitações em todo território nacional, junto ao órgãos públicos e Sociedade de economia mista, sejam estes municipais, estaduais ou federais, com poderes para tomar qualquer decisão durante as fases do

Paulo h.
Rico





11º TABELIÃO DE NOTAS
São Paulo - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ



processo, inclusive concordar com todos os seus termos, podendo solicitar edital, credenciar-se perante os órgãos, participar de certame, assistir a abertura de proposta, bem como assiná-las, negociar preços, apresentar novas propostas, rebaixar preços, conceder descontos, formular ofertas e lances verbais nos certames licitatórios/pregões presenciais ou eletrônicos, quando for o caso, declarar intenção de interpor recursos, fazer impugnações, reclamações, protestos, prestar caução, levantá-las, transigir, desistir, assinar declarações e prestar todos os esclarecimentos requeridos pelo pregoeiro, agente da Administração responsável pela condução do certame ou representante da comissão de licitação, apresentar e assinar impugnação e representação contra editais de licitação Pública, reclamações, protestos e recursos, outrossim, a OUTORGANTE, concede aos OUTORGADOS poderes de representação perante pessoas jurídicas de direito público (órgãos Públicos da União, Estados e Municípios, autarquias e demais entidades de Direito Públicos) notadamente Ministério Público e da Ordem Econômica com o SOE, CADE, Procon e similares Tribunais de contas da União e dos Estados: abrangendo obviamente o requerimento de certidões, a vista e a cópia de processos e procedimentos administrativos, podendo os poderes acima descritos serem substabelecidos, com reserva de poderes. A Outorgante confere, ainda, os poderes específicos aos Outorgado MARCELO SIQUEIRA BENEVIDES, ANDRESA ROCHA CROSARA DOMINGOS, RODRIGO CAIADO PARONETO e PATRÍCIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM, todos acima qualificados, para, em CONJUNTO DE DOIS, assinar contratos de prestação de serviços com órgãos públicos e Sociedade de economia mista, e seus respectivos aditivos. No entanto, este mandato ficará sem efeito com relação a qualquer dos OUTORGADOS, independentemente de qualquer aviso, notificação ou outra formalidade judicial ou extrajudicial, se por qualquer motivo for rescindido o contrato de trabalho do referido OUTORGADO com o OUTORGANTE, a partir da data da referida rescisão. **A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DESTA DATA.** E de como assim o disse, dou fé, pedi-me e lhe lavrei este instrumento de procuração, que lhe sendo lido, aceitou, outorgou e assinou.- AO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



10972602158787.000630529-5

R Domingos De Moraes - 1062 ***** VI Mariana - São Paulo - SP
Fone: 11-5085-5755 Fax: 11-5575-5672





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

TABELIÃO R\$ 376,60 // Ao Estado R\$ 107,04 // À Secretaria da Fazenda R\$ 73,24 // Ao Fundo do Registro Civil R\$ 19,82 // Ao Tribunal de Justiça R\$ 25,84 // À Santa Casa R\$ 3,76 // Ao Ministério Público R\$ 18,08 // Ao Município R\$ 8,04 // Total Escritura R\$ 632,42.- Eu, Murilo do Carmo Silva, escrevente notarial, a lavrei.- Eu, Everaldo Cruz Luz, substituto, a subscrevo (a.a.) =/= **THOMAS RICHARD VICTOR RENÉ PILLET** =/= Nada mais.- Traslada na mesma data.- Eu, Everaldo Cruz Luz, substituto, a subscrevo em público e raso, portando por fé que o presente traslado é cópia fiel do original lavrado nestas notas.-

Em testemunho *[Signature]* da verdade

[Signature]

Código do Selo Digital: 1144541PR000209048001P25E

R\$ 632,42



Código do Selo Digital: 1144541PR000209048001P25E

R\$ 632,42

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 13/01/2025 15:35:43 que o documento de hash (SHA-256)

67fa6507a924d1240a74ec4e24041069d9c618ce9166cbd8bb0f03022240d362 foi validado em 13/01/2025 15:34:15 através da transação blockchain

0x3bc6a0680916200a70966d3031e09215b31443495cd093a0c0e0d4e9a9927 Publicado em 13/01/2025 15:34:15.pdf (4/9)



Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 13/04/2025

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **67fa6507a924d1240a74ec4e24041069d9c618ce9166cbd8bb0f03022240d362** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **251075** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**PROCURAÇÃO PÚBLICA UP BRASIL**", cujo assunto é descrito como "**PROCURAÇÃO PÚBLICA UP BRASIL**", faz prova de que em **13/01/2025 15:34:02**, o responsável **UP Brasil Administração e Serviços Ltda (02.959.392/0001-46)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de UP Brasil Administração e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **13/01/2025 15:35:44** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x3bc6a068091c3d30a1d9d60a63a88480100f2c90a43218b31d434efb6ed089d0**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS (“CISAB”)

PREGÃO Nº. 000002/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 000002/2025

UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (“UP CARTÕES”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.959.392/0001-46, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.306, conjunto 51, sala 01, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01451-914, vem, por seu advogado signatário, nos termos do artigo 165, da Lei Federal nº 14.133/21 (“Lei de Licitações”) e cláusula 12 do Edital deste Pregão, interpor **RECURSO** em face da r. decisão que determinou o cancelamento do processo em questão, pelos relevantes motivos de fato e de direito articulados a seguir.

I. TEMPESTIVIDADE

01. A cláusula 12, do Edital deste Pregão indica que o recurso segue as diretrizes previstas no artigo 165, da Lei de Licitações. Referida lei, por seu turno, estabelece que o prazo de interposição de recurso é de três dias úteis¹, contados da intimação do concorrente ou da lavratura da ata.

02. Considerando que a decisão de cancelamento do certame foi proferida no dia 13/02/2025, o prazo de recurso iniciou em 14/02/2025 e encerra em 18/02/2025, o que atesta a tempestividade deste recurso.

¹ Lei de Licitações: Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

II. DO CERTAME

03. Conforme constou na cláusula 1.1., do Edital, o objeto do Pregão é a “*contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, na modalidade de benefício flexível, por cartão magnético com tecnologia de chip full grade e arranjo de pagamento aberto, sendo responsável pela emissão, reemissão e gestão de vale alimentação/ refeição, para a concessão dos benefícios aos colaboradores dos municípios consorciados ao CISAB-ZM*”.

04. O Edital do pregão estabeleceu regras suficientemente claras sobre os requisitos para participação dos concorrentes, a forma de credenciamento e de apresentação de propostas, bem como os critérios de desempate. A sessão foi designada para o dia 12/02/2025, às 9h.

05. O certame iniciou na data e horário previstos no edital, tendo o Sr. Pregoeiro indicado que o processo seria retomado no dia seguinte em função da instabilidade da Internet. No dia seguinte, o certame foi retomado, tendo a UP CARTÕES sido habilitada no dia 13/02/2025 às 14:09h. Uma hora depois, o Sr. Pregoeiro proferiu decisão que determinou o cancelamento do pregão, nos seguintes termos:

SENHORES. IMPORTANTE: No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, resolvemos ao cancelamento do processo em questão para as devidas correções e a necessidade de adequar o processo licitatório aos parâmetros da plataforma e da lei. Pela necessidade da Administração em persistir para a prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório

06. Sempre com a devida vênia, a UP CARTÕES entende que a decisão que cancelou o pregão após a habilitação deve ser reformada.

III. RAZÕES DO RECURSO

07. Com a devida vênia ao Ilustre Pregoeiro, a determinação de cancelamento contraria os princípios aplicados a todas as modalidades de licitação. Para chegar a esta conclusão, convém transcrever o artigo 5º, da Lei de Licitações:

“Lei de Licitações - Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

08. Referido dispositivo não abre margem para hermenêutica. O processo licitatório deve observar os princípios constitucionais que regem a Administração Pública (art. 37, da Constituição Federal), além de outros princípios, como o princípio da *motivação*.

09. O princípio da motivação impõe ao ente da Administração Pública a indicação dos motivos de fato e de direito que levaram o administrador a praticar determinado ato administrativo. Trata-se de regra de suma importância para o controle de legalidade do ato administrativo. Cabe ao ente público apresentar pormenorizadamente os fundamentos que o levaram àquela determinação, sob pena de nulidade.

10. Sobre o princípio da motivação, cabe o entendimento de JOSÉ MARTINS CARDOZO:

"(...) o imperativo jurídico de que os atos administrativos devam conter, em regra, em sua formalização, a narrativa escrita dos fatos que ensejaram sua prática, identificando-se de modo claro e suficiente para o controle de sua validade a razão jurídica pela qual foram

praticados" (In *"Princípios Constitucionais da Administração Pública. In: MORAES, Alexandre de. Os 10 anos da Constituição Federal. São Paulo: Atlas, 1999. p. 159."*

11. Dentro dessa mesma premissa convém notar que o artigo 71, § 1º e § 2º da Lei de Licitações, indica que a ordem de anulação só pode ser exarada se houver indicação dos vícios insanáveis.

Apesar do cancelamento ser ato discricionário do ente público, a apresentação de motivação para a prática de tal ato não é.

12. É indispensável a motivação explícita, clara e congruente de todos os atos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses. E a decisão que determinou o cancelamento do certame carece de motivação.

13. O agente se limitou a indicar que a extinção do pregão após a habilitação visaria corrigir *eventuais prejuízos* e que novo pregão seria iniciado após *devidas correções*, mas não detalhou quais seriam os prejuízos e/ou vícios insanáveis – **pelo contrário, ao utilizar o termo “eventuais”, o próprio agente admite que esses prejuízos são baseados em meras conjecturas.**

14. Da mesma forma, a decisão deixa de indicar quais seriam as correções que deveriam ser aplicadas ao edital, nem abriu a oportunidade de prévia manifestação sobre o intento de anular o pregão (art. 71, §3º, da Lei de Licitações).

15. A este respeito, também vale notar que o edital possuía regras claras sobre a indicação de propostas e habilitação no certame – prova disso os licitantes apresentaram lances no pregão e o processo de desempate foi conduzido de forma regular. **Daí a impossibilidade de cancelamento pautado na necessidade de ajustes no edital sem a precisa indicação de quais seriam essas alterações e por que os vícios seriam impassíveis de correção.**

16. A falta de motivação não configura mero preciosismo, pois impede que a UP CARTÕES e os demais licitantes compreendam os motivos que levaram à anulação do processo, cerceando o direito de defesa e o contraditório.

17. Mais do que isso: a ausência de justificativa clara e pormenorizada para a anulação do processo licitatório impede a aferição da legalidade e da razoabilidade da medida, em flagrante desrespeito aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da motivação, basilares da atuação administrativa.

18. Diante do exposto, resta evidente que o ato administrativo que culminou no cancelamento do certame licitatório não possui motivação adequada, elemento essencial para a validade de qualquer decisão administrativa. A reforma da decisão impõe ao prosseguimento do certame a partir da habilitação desta licitante.

19. O prosseguimento do certame visa a atender aos princípios da eficiência e da legalidade. A ausência de irregularidades concretas e insanáveis do Edital permitiu que o certame fosse conduzido de forma normal, com a habilitação de um concorrente.

20. Também vale notar que o objeto da licitação é o fornecimento de vale alimentação e refeição aos funcionários alocados nos municípios consorciados ao CISAB. Trata-se de serviço de extrema importância ao Programa de Alimentação ao Trabalhador (Lei Federal nº 6.321/76, cujo fornecimento não pode ser postergado.

21. Sob essa inevitável ótica, o cancelamento de certame regularmente instituído para a condução de outro pregão afetaria diretamente todos os colaboradores da CSIAB o que, de forma reflexa, atenta contra o princípio da eficiência da Administração Pública.

22. Todas estas razões conduzem ao conhecimento e provimento do presente recurso, para que seja reformada a decisão de cancelamento da licitação. Por consequência do provimento, pede-se a retomada do curso do pregão em comento, com a consequente adjudicação da UP CARTÕES ao objeto da licitação.

IV. CONCLUSÃO



23. Ante o exposto, requer-se o recebimento e processamento do presente recurso, para que seja declarado nulo o ato revocatório do Pregão Eletrônico 002/2025, pela carência de motivação e justificção da medida revocatória, bem como por inobservância do princípio do contraditório e da ampla defesa, mantendo-se o resultado do certame e a declaração da UP CARTÕES como vencedora.

24. Caso não haja reconsideração por parte deste Ilustre Pregoeiro, a UP CARTÕES requer que o presente recurso seja encaminhado à autoridade superior competente para apreciação e julgamento, com o posterior provimento recursal para declarar a recorrente vencedora do certame e autorizar a adjudicação do objeto do pregão.

Termos em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025

IGOR LUCIO GOULART
FERREIRA:07955244630

Assinado de forma digital por IGOR
LUCIO GOULART
FERREIRA:07955244630
Dados: 2025.02.18 19:33:25 -03'00'

UP BRASIL – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 02.959.392/0001-46
P.P IGOR LÚCIO GOULART FERREIRA
CPF: 079.552.446-30/ RG: 10882552 SSPMG
Correio eletrônico: licitacoes@upbrasil.com
Representante Legal

02.959.392/0001-46
UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇOS LTDA.
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1306 CONJ 51 SALA 01
B. JARDIM PAULISTANO - CEP 01451-914
SÃO PAULO SP

De: Alice R. - AGCONT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 10/03/2025 às 16:34:15

Segue o relatório de cancelamento.

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

Relatorio_cancelamento.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Alice Souza Rodrigues	10/03/2025 16:34:29	1Doc ALICE SOUZA RODRIGUES CPF 042.XXX.XXX-66

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **D14F-F626-5476-CDA2**

Trata-se do relatório explicativo da Justificativa para cancelamento inicial e posterior continuidade do certame referente ao Processo Administrativo nº 002/2025

I. INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade apresentar a fundamentação técnica e jurídica acerca do cancelamento inicial e da posterior continuidade do certame licitatório conduzido no âmbito do Processo Administrativo nº 002/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 002/2025. O objeto do certame é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, por meio de cartão magnético com tecnologia de chip full grade e arranjo de pagamento aberto, para atender aos colaboradores dos municípios consorciados ao CISAB-ZM.

Após a realização do certame e a fase de habilitação, identificou-se um erro formal na inserção do valor de referência na plataforma eletrônica de licitação, o que gerou inconsistências na regularidade da adjudicação e homologação do processo. Por conta disso, optou-se pelo cancelamento do certame. No entanto, após a análise de recurso administrativo interposto por interessados, verificou-se a viabilidade de ajuste diretamente no sistema, tornando desnecessário o cancelamento da licitação.

Diante desse novo contexto, o presente relatório também tem por objetivo justificar a decisão de prosseguir com a contratação, garantindo a regularidade do certame e a celeridade na aquisição do serviço essencial.

II. DO OBJETO E DO ERRO FORMAL IDENTIFICADO

O edital estabeleceu como valor estimado de contratação a quantia de R\$ 23.702.131,20 (vinte e três milhões, setecentos e dois mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos). No entanto, durante o lançamento do processo na plataforma eletrônica de licitação, foi inserido erroneamente o montante de R\$ 23.939.152,52 (vinte e três milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), que corresponde ao valor total somado à taxa administrativa obtida na pesquisa de mercado.

A diferença entre os valores decorreu da inclusão indevida do valor global, incluindo a taxa administrativa estimada, na composição do valor de referência, o que contraria o critério estabelecido no edital, que previa a modalidade de julgamento pelo menor percentual de taxa administrativa. Dessa forma, para manter a equidade e transparência do certame, o valor de referência deveria contemplar exclusivamente o montante estimado da contratação, sem acréscimos.

III. DO RECONHECIMENTO DO RECURSO E DA SOLUÇÃO IDENTIFICADA

Após a decisão de cancelamento do certame, foi interposto recurso administrativo por interessados questionando a necessidade do cancelamento e sugerindo alternativas para a correção do equívoco identificado. O recurso foi devidamente analisado e, após consulta e diálogo com a equipe técnica da plataforma eletrônica de licitação, constatou-se a

possibilidade de efetuar os ajustes necessários ao valor de referência diretamente no sistema, sem comprometer a legalidade ou a transparência do certame.

Dessa forma, restou evidenciado que o cancelamento do certame não era a única alternativa possível e que, com as devidas correções na plataforma, o processo poderia seguir normalmente sem necessidade de nova publicação de edital. Essa solução garante a celeridade processual e evita atrasos desnecessários na contratação do serviço essencial aos municípios consorciados.

IV. DA DECISÃO PELA CONTINUIDADE DO CERTAME

Com base na análise do recurso e na solução identificada junto à equipe técnica da plataforma eletrônica, decidiu-se pela anulação do ato de cancelamento do certame, restabelecendo todos os atos praticados até aquele momento. A correção do valor de referência no sistema será realizada de forma transparente, garantindo a conformidade com o edital e prevenindo questionamentos futuros.

A decisão de prosseguir com a contratação está amparada nos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, uma vez que evita retrabalho e garante a execução da política pública em tempo hábil, sem prejuízo à lisura do procedimento.

V. CONCLUSÃO

Dessa forma, o cancelamento do certame ocorreu inicialmente por razões de ordem formal, visando corrigir a inserção equivocada do valor de referência na plataforma de licitação. Contudo, após a análise de recurso e a identificação da possibilidade de ajuste técnico diretamente no sistema, foi reconhecida a viabilidade de prosseguimento do certame, tornando desnecessário seu cancelamento definitivo.

A Administração reafirma seu compromisso com a transparência e a legalidade dos atos administrativos, garantindo a segurança jurídica do processo e a eficiência na contratação. Todas as providências necessárias estão sendo tomadas para a continuidade regular do certame, de forma a garantir que a contratação ocorra conforme previsto no edital.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Viçosa, 10 de março de 2025

Pregoeira



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D14F-F626-5476-CDA2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALICE SOUZA RODRIGUES (CPF 042.XXX.XXX-66) em 10/03/2025 16:34:25 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/D14F-F626-5476-CDA2>

De: Alice R. - AGCONT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 10/03/2025 às 16:45:33

Segue Ato administrativo

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

ATO_ADMINISTRATIVO_DE_ANULACAO_DO_CANCELAMENTO_DO_CERTAME.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Alice Souza Rodrigues	10/03/2025 16:45:58	1Doc ALICE SOUZA RODRIGUES CPF 042.XXX.XXX-66

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **3A4F-A596-4BF4-36D0**

ATO ADMINISTRATIVO DE ANULAÇÃO DO CANCELAMENTO DO CERTAME

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025

CONSIDERANDO que o Pregão Eletrônico nº 002/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, foi inicialmente cancelado devido à identificação de um erro formal na inserção do valor de referência na plataforma eletrônica de licitação;

CONSIDERANDO que o erro decorreu da inclusão indevida da taxa administrativa apurada na pesquisa de mercado ao valor estimado da contratação, o que gerou inconsistências na adjudicação e homologação do processo;

CONSIDERANDO que, após a decisão de cancelamento do certame, foi interposto recurso administrativo por interessados, questionando a necessidade do cancelamento e sugerindo soluções alternativas para correção do equívoco identificado;

CONSIDERANDO que, em análise posterior, verificou-se, após oitiva e conversa com a equipe técnica da plataforma eletrônica de licitação, a possibilidade de efetuar os ajustes necessários ao valor de referência diretamente no sistema, sem necessidade de novo certame;

CONSIDERANDO que a anulação do cancelamento do certame resguarda o interesse público, evitando atrasos desnecessários no fornecimento do serviço essencial aos municípios consorciados e garantindo a continuidade do processo de contratação dentro dos limites legais;

DECIDE:

1 – ANULAR a decisão de cancelamento do Pregão Eletrônico nº 002/2025, restabelecendo-se todos os atos praticados até o momento da decisão de cancelamento.

2 – Determinar a adoção das medidas necessárias para a correção do valor de referência na plataforma eletrônica, em conformidade com o valor estimado da contratação originalmente previsto no edital e a reabertura do certame para continuidade.

O presente ato será devidamente publicado para ciência dos interessados, garantindo-se o cumprimento dos prazos e trâmites administrativos necessários para a regularidade da contratação.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Viçosa, 10 de março de 2025.

Agente de contratação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3A4F-A596-4BF4-36D0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALICE SOUZA RODRIGUES (CPF 042.XXX.XXX-66) em 10/03/2025 16:45:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/3A4F-A596-4BF4-36D0>

De: Alice R. - AGCONT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 24/03/2025 às 11:30:36

Segue ata de disputa complementar.

—
Alice Souza Rodrigues
Assistente administrativo

Anexos:

ata_atualizada.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Alice Souza Rodrigues	24/03/2025 11:30:50	1Doc	ALICE SOUZA RODRIGUES CPF 042.XXX.XXX-66
Izabela Galvão Fernandes	24/03/2025 11:31:49	1Doc	IZABELA GALVÃO FERNANDES CPF 105.XXX.XXX-06
Vanessa Faria Silva	24/03/2025 11:32:01	1Doc	VANESSA FARIA SILVA CPF 099.XXX.XXX-63

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **71CA-E37F-CA55-9FEA**

ATA PREGÃO

PREGÃO Nº. **000002/2025**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **000002/2025**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)

Às **09:00** do dia **12/02/2025**, reuniu-se o(a) Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO, NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO FLEXIVEL, POR CARTÃO MAGNÉTICO COM TECNOLOGIA DE CHIP FULL GRADE E ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO, SENDO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO, REEMISSÃO E GESTÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO/ REFEIÇÃO, PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAB-ZM).

Inicialmente, o(a) Pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.

As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **29/01/2025**

Limite de impugnação: **07/02/2025 09:00**

Final da Proposta/Início da Sessão: **12/02/2025 às 09:00**

Esclarecimentos e Impugnações

Solicitação	Resposta
Nome: FERNANDO TANNÚS NARDUCHI Esclarecimento: Entendemos que para empresas que ofertem cartões de arranjo Aberto, tais como ELO/VISA/MASTER, etc., não será necessária a apresentação de listagem de estabelecimentos credenciados, pois cartões de arranjo Aberto são os de caráter universalizado nas maquinetas de pagamento por cartão, ou seja, qualquer estabelecimento que tiver uma máquina que transacione por meio de bandeiras de arranjo aberto aceitará os cartões. Estamos corretos em nosso entendimento?	Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES Resposta: sim. correto.
Nome: FERNANDO TANNÚS NARDUCHI Esclarecimento: Uma vez que empresas de arranjo aberto trabalham com uma rede para utilização do cartão "aberta", ou seja, uma ampla rede credenciada que aceita cartões bandeirados (MasterCard), não será necessária a apresentação de listagem de credenciados nem mesmo disponibilização da mesma em APP. Estamos corretos?	Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES Resposta: sim. correto
Nome: RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA	Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA> e informe o código 71CA-E37F-CA55-9FEA

Esclarecimento:

Prezada comissão de licitação do CISAB ZONA DA MATA, Requer esclarecimento a respeito dos questionamentos em anexo. Atenciosamente. [ESCLARECIMENTO_DE_PREGAO_COMPLETO_-_CISAB.pdf TCE_\(1\).pdf](#)

Resposta:

6.26. Em eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem: 6.26.1. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; 6.26.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; 6.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. 6.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: 6.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais; 6.27.2. Empresas brasileiras; 6.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; 6.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. 6.28. Se ainda persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Nome: Erly Vieira

Esclarecimento:

Vimos por meio deste, solicitar os seguintes esclarecimentos: I - Qual o atual fornecedor e qual taxa aplicada àquele contrato? (se houver) II - O edital menciona prazos de pagamentos distintos. O preambulo do Instrumento Convocatório mencionada o prazo de 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, enquanto o subitem 7.1 do Termo de Referência menciona que o pagamento ocorrerá de forma antecipada em até 3 (três) dias à data de disponibilização do benefício. Qual deles deverá ser considerado?

Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES

Resposta:

Este: o pagamento ocorrerá de forma antecipada em até 3 (três) dias à data de disponibilização do benefício

Nome: Dario da Costa Barbosa Junior

Esclarecimento:

Solicito esclarecimento: 1) Os serviços, objeto desta licitação, já são prestados por alguma empresa? Em caso positivo, qual a empresa prestadora dos serviços e qual a taxa de administração atualmente praticada? 2) Há limitação da taxa secundária, aquela a ser cobrada da rede credenciada ? 3) A empresa vencedora da etapa de lances terá prazo de quantos dias para fazer o teste de funcionalidade?

Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES

Resposta:

1. Os serviços, objeto desta licitação, já são prestados por alguma empresa? Em caso positivo, qual a empresa prestadora dos serviços e qual a taxa de administração atualmente praticada? MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: 0% 2. Há limitação da taxa secundária, aquela a ser cobrada da rede credenciada? NÃO 3. A empresa vencedora da etapa de lances terá prazo de quantos dias para fazer o teste de funcionalidade? prazo de até 7 (sete) dias úteis

Nome: BIANCA ROSA CAMPOS VALENTE

Esclarecimento:

Pergunta 01 - Da inscrição no PAT e dos regimes aplicáveis a) A CISAB possui inscrição no PAT? Em caso positivo, em qual CNPJ consta o seu cadastro? b) A CISAB possui em seu quadro empregados contratados sob o regime da CLT? Em caso negativo, em qual regime são contratados a totalidade de seus empregados? Pergunta 02 - Da suspensão de pagamento O item 7.4. prescreve que a Contratante poderá suspender o pagamento devido se os serviços forem entregues em desacordo com o disposto em contrato até que sejam sanados os desacordos, a qual a Contratada não poderia suspender os serviços ou aplicar penalidades a Contratante. Diante disso, é o entendimento de que a Contratada estaria obrigada a manter os serviços de administração, fornecimento e gerenciamento de cartões, mas sem a necessidade de disponibilizar créditos nos cartões com recursos próprios?

Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES

Resposta:

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte e que a estimativa do valor da contratação não supere os limites de faturamento de Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, aplicado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

<p>Nome: Andresa Rocha Crosara Domingos</p> <p>Impugnação: Prezados, conforme item 16.1.1. do edital, segue impugnação. UP_Brasil_x_CISAB_-_impugnacao.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: IMPUGNACAO.pdf</p>
<p>Nome: NICOLAS TEIXEIRA VERONEZI</p> <p>Esclarecimento: Prezados, boa tarde. A VEROCHQUE REFEIÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 06.344.497/0001-41, interessada em participar do certame licitatório, vem solicitar o presente esclarecimento: Tendo em vista que o valor estimado anual é R\$ 23.702.131,20 e o valor estimado com taxa administrativa é R\$ 23.939.152,52, devemos lançar a proposta com o valor real ou com valor estimado com taxa administrativa, conforme modelo de proposta que consta no edital?</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: Valor estimado com taxa administrativa é R\$ 23.939.152,52</p>
<p>Nome: Erly Vieira</p> <p>Esclarecimento: Prezados, bom dia! Qual valor deverá ser utilizado para apresentação de proposta com taxa de 0,00%? (R\$ 23.702.131,20 ou R\$ 23.939.152,52)</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: Valor estimado com taxa administrativa é R\$ 23.939.152,52</p>
<p>Nome: RICARDO HENRIQUE RODRIGUES</p> <p>Esclarecimento: Prezados, boa tarde! Na plataforma está definido valor referencial unitário de R\$ 968,41 que multiplicado pela quantidade de 24720, resulta um valor total de R\$ 23.939.095,20. Desta forma, questionamos como devemos proceder com o cadastro da proposta no portal para chegar ao valor de R\$ 23.939.152,52.</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: Valor estimado com taxa administrativa é R\$ 23.939.152,52</p>
<p>Nome: FERNANDA RAMOS VIEIRA</p> <p>Esclarecimento: A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., devidamente inscrita no CNPJ nº 02.535.864/0001-33, sediada na Avenida dos Bandeirantes, 460, Brooklin Paulista, CEP: 04553-900, e-mail: licitacao@vr.com.br, vem, respeitosamente, solicitar PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, na forma anexo. Desde já agradecemos Esclarecimentos.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: em anexo ESCLARECIMENTO_2.pdf</p>
<p>Nome: Adelio Barofaldi</p> <p>Esclarecimento: Segue pedido de esclarecimento em anexo u. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PE_nãº 02 2025 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: RESPOSTA EM ANEXO ESCLARECIMENTO_resposta.pdf</p>
<p>Nome: Adelio Barofaldi</p> <p>Impugnação: Segue pedido de IMPUGNAÇÃO em anexo u. IMPUGNACAO_-_PE_Nãº 02 2025 - CISAB.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: RESPOSTA EM ANEXO IMPUGNACAO_resposta.pdf</p>
<p>Nome: YASMIN BERNARDI NASSAR</p> <p>Esclarecimento: Solicita-se, gentilmente, os esclarecimentos indicados no documento anexo. Consulta_Pluxee_Sodexo.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: resposta em anexo ESCLARECIMENTO_resposta.pdf</p>
<p>Nome: FERNANDA RAMOS VIEIRA</p> <p>Esclarecimento: A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., devidamente inscrita no CNPJ nº 02.535.864/0001-33, sediada na Avenida dos Bandeirantes, 460, Brooklin Paulista, CEP: 04553-900, e-mail: licitacao@vr.com.br, vem, respeitosamente, solicitar PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, na forma anexa. Desde já agradecemos. Esclarecimentos_VR_2.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: em anexo ESCLARECIMENTO_1assinado.pdf</p>
<p>Nome: FERNANDA RAMOS VIEIRA</p> <p>Esclarecimento: A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., devidamente inscrita no CNPJ nº 02.535.864/0001-33, sediada na Avenida dos Bandeirantes, 460, Brooklin Paulista, CEP: 04553-900, e-mail: licitacao@vr.com.br, vem, respeitosamente, solicitar PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, na forma anexa. Desde já agradecemos. Esclarecimentos_VR_2.pdf</p>	<p>Nome: ALICE SOUZA RODRIGUES</p> <p>Resposta: em anexo ESCLARECIMENTO_1assinado.pdf</p>

Impugnação:

A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A. ("VR Benefícios"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.535.864/0001-33, estabelecida na Avenida dos Bandeirantes 460 - Brooklin Paulista - São Paulo/SP, CEP 04553-900, e-mail licitacao@vr.com.br, vem, tempestivamente, por seu representante legal, propor a presente, IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL. Desde já agradecemos. [Impugnacao - CISAB MG assinado.pdf](#)
[ATOS CONSTITUTIVOS + PROC + DOC.pdf](#)

Resposta:

resposta em anexo [IMPUGNACAO_assinado_\(1\).pdf](#)

Lote 1

Lote 1

Fornecedor: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA		CNPJ/CPF: 02.959.392/0001-46	
Data/hora de envio 11/02/2025 17:48:51		Avaliação da proposta: Classificado	
Descrição Comprador			
1 - VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO			
Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Taxa Proposta
VALE ALIMENTAÇÃO - VALE ALIMENTAÇÃO	1,00	serviço	0,00
Marca: Própria	Fabricante: N/A	Modelo: Próprio	

Lances

Lote	Etapas	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Fechada	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA 02.959.392/0001-46	0,00	
Lote 1	Fechada	SERVNET INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA 29.759.316/0001-43	958,83	
Lote 1	Fechada	R6 INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA 03.419.902/0001-55	0,00	
Lote 1	Fechada	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA 03.817.702/0001-50	0,00	
Lote 1	Fechada	ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. 04.740.876/0001-25	0,00	
Lote 1	Fechada	GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS 92.559.830/0001-71	0,00	
Lote 1	Fechada	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA 05.989.476/0003-82	0,00	
Lote 1	Fechada	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA ME 21.922.507/0001-72	968,41	
Lote 1	Fechada	MeS Serviços Administrativos LTDA 26.069.189/0001-62	0,00	

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA>

Lote 1	Fechada	BIQ BENEFÍCIOS LTDA 07.878.237/0001-19	0,00	
Lote 1	Fechada	LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA 19.207.352/0001-40	0,00	
Lote 1	Fechada	VEROCHEQUE REFEICOES LTDA 06.344.497/0001-41	0,00	
Lote 1	Negociação	MeS Serviços Administrativos LTDA 26.069.189/0001-62	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	VEROCHEQUE REFEICOES LTDA 06.344.497/0001-41	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA 19.207.352/0001-40	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA 05.989.476/0003-82	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	BIQ BENEFÍCIOS LTDA 07.878.237/0001-19	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS 92.559.830/0001-71	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA 03.817.702/0001-50	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	R6 INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA 03.419.902/0001-55	0,00	12/02/2025 15:11:48
Lote 1	Negociação	ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. 04.740.876/0001-25	0,00	12/02/2025 15:21:07
Lote 1	Negociação	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA 02.959.392/0001-46	0,00	12/02/2025 16:16:30

Chat		
Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	As propostas do processo foram abertas e serão analisadas. Aguardem Conectados.	12/02/2025 09:00:22
Pregoeiro(a)	BOM DIA! MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 Obs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 SERÃO DESCLASSIFICADAS PROPOSTAS COM TAXA NEGATIVA	12/02/2025 09:04:51
Pregoeiro(a)	O Fornecedor 14 foi desclassificado no lote 01 . MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 Obs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 09:05:50

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA>

Pregoeiro(a)	O Fornecedor 10 foi desclassificado no lote 01 . MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 09:05:50
Pregoeiro(a)	O Fornecedor 3 foi desclassificado no lote 01 . MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 09:05:51
Pregoeiro(a)	O Fornecedor 2 foi desclassificado no lote 01 . MPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 09:05:51
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 09:06:53
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:11:06
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:11:43
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:21:11
Sistema	Tempo randômico iniciado para o lote 01 .	12/02/2025 09:24:18
Pregoeiro(a)	O chat está fechado para todos os fornecedores.	12/02/2025 09:26:16
Sistema	Iniciada a fase fechada de lances no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 09:29:30
Sistema	Houve um empate. Será realizada uma nova etapa de lances entre os concorrentes empatados no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 09:34:49
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:40:42
Sistema	Em relação ao lote 01 houve empate, foi realizado o desempate por Desempate (Sorteio) .	12/02/2025 09:41:40
Sistema	O fornecedor 16 teve seu lance final aceito para o lote 01 . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	12/02/2025 09:42:21
Fornecedor 13	O fornecedor 13 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:45:49
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:45:54
Fornecedor 14	O fornecedor 14 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:46:01
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 09:48:37
Pregoeiro(a)	O chat está aberto para todos os fornecedores.	12/02/2025 09:50:41
Fornecedor 2	Senhor pregoeiro houve alteração no critério de disputa 2 dias antes da licitação e não houve reabertura de prazos.	12/02/2025 09:51:23
Fornecedor 2	A lei é clara: Art. 55. § 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.	12/02/2025 09:51:36
Fornecedor 6	Senhor Pregoeiro, bom dia! O sistema deu preferência para a ME/EPP, o sorteio deve ser realizado entre todas as empresas presentes.	12/02/2025 09:52:42
Fornecedor 2	O Edital deveria ter sido republicado e nova data de abertura agendada, dentro dos prazos da lei	12/02/2025 09:52:44
Pregoeiro(a)	O AVISO É IMEDIATO NA PLATAFORMA	12/02/2025 09:52:54

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA> e informe o código 71CA-E37F-CA55-9FEA

Fornecedor 2	Não importa, o que prevalece é a Lei	12/02/2025 09:53:12
Pregoeiro(a)	NÃO HA ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	12/02/2025 09:54:21
Fornecedor 13	O item 6.26. do edital informa que o critério de desempate será conforme o art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021. Sendo assim, há uma ordem e outros quesitos antes de ir para o sorteio. Deve ser realizada a conferência da documentos de todas as empresas empatadas: 6.26. Em eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem: 6.26.1. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; 6.26.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; 6.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. 6.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: 6.	12/02/2025 09:54:21
Fornecedor 10	Bom dia, Prezado Agente de contratação! Informo que conforme destacado pela mesmo como motivação de desclassificação "OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA" neste sentido a empresa destaca que não foi ultrapassado o limite destacado, neste sentido solicitamos humildemente a motivação real da desclassificação! destaco que ficamos com o valor proposto de R\$ 23.702.154,94 - não ultrapassando o limite imposto	12/02/2025 09:54:29
Fornecedor 2	A condução do certame dessa maneira é completamente ilegal.	12/02/2025 09:54:34
Fornecedor 2	Esse pregão deve ser anulado e republicado, do contrário entraremos com a medidas cabíveis.	12/02/2025 09:55:37
Fornecedor 10	Temos como comprovar a inserção do referido valor na plataforma, então qual a motivação da desclassificação?	12/02/2025 09:55:59
Fornecedor 2	Também temos comprovação do cadastro da nossa proposta bem como print da tela onde é claro que o critério de disputa foi alterado no dia 10/02, ou seja, dois atrás. Completamente em desacordo com a Lei.	12/02/2025 09:57:28
Fornecedor 14	Bom dia, Senhor Pregoeiro, o valor de referencia estava com 1,00% positivo, lançamos -0,98%, que não fica com o valor negativo. Não há motivo para desclassificação	12/02/2025 09:57:59
Fornecedor 14	é claramente irregular a desclassificação das empresas que não apresentaram valor negativo, visto que 23.702.154,94 não é inferior a 23.702.131,20, que é o mínimo que poderíamos apresentar	12/02/2025 09:59:29
Pregoeiro(a)	O chat está fechado para todos os fornecedores.	12/02/2025 09:59:44
Pregoeiro(a)	SENHORES. NA DISPUTA NÃO CONSEGUIMOS AVALIAR E JULGAR OS CRITÉRIOS DE DESEMPATE. SÓ CONSEGUIMOS VER AS DOCUMENTAÇÕES RELATIVAS AS EMPRESAS PÓS LANCES. ASSIM ABRIREMOS DILIGENCIA PARA VERIFICAR AS DOCUMENTAÇÕES RELATIVAS AS EMPRESAS E CUMPRIR O CRITÉRIO DE DESEMPATE	12/02/2025 10:04:36
Pregoeiro(a)	SENHORES. IREMOS ENTRAR EM CONTATO COM O SUPORTE DA PLATAFORMA	12/02/2025 10:15:53
Pregoeiro(a)	PARA VERIFICAÇÃO JUNTO AOS CRITERIOS DE DESEMPATE. E A DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS APTAS A FASE	12/02/2025 10:17:59
Pregoeiro(a)	POR FAVOR AGUARDEM AINDA ESTAMOS COM O SUPORTE DA PLATAFORMA	12/02/2025 11:27:22
Pregoeiro(a)	SENHORES. O TIME DA TECNOLOGIA DA PLATAFORMA ESTA SANANDO OS PROBLEMAS. ASSIM INTERROMPEREMOS A SESSÃO E RETORNAREMOS AS 14:00	12/02/2025 11:54:12
Pregoeiro(a)	BOA TARDE SENHORES. RETORNAMOS A SESSÃO DO PE 002/2025.	12/02/2025 13:59:25
Pregoeiro(a)	PARA QUE O CERTAME CORRA COM TODA SEGURANÇA E TRANSPARENCIA RETORNAMOS A SESSÃO A FASE INICIAL	12/02/2025 14:02:45

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA> e informe o código 71CA-E37F-CA55-9FEA

Pregoeiro(a)	O Fornecedor 10 foi desclassificado no lote 01 . DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 14:07:12
Pregoeiro(a)	O Fornecedor 14 foi desclassificado no lote 01 . DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA.	12/02/2025 14:07:12
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 14:09:46
Fornecedor 2	O fornecedor 02 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 14:09:52
Fornecedor 14	O fornecedor 14 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 14:13:11
Pregoeiro(a)	APÓS ABERTA AS FASES. SEGUIRÁ O ITEM 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	12/02/2025 14:21:06
Pregoeiro(a)	IREMOS INICIAR A FASE DE LANCES	12/02/2025 14:26:14
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 14:26:58
Sistema	Tempo randômico iniciado para o lote 01 .	12/02/2025 14:43:01
Sistema	Iniciada a fase fechada de lances no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 14:53:09
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 14:54:04
Sistema	A fase fechada de lances no lote 01 foi prorrogada. Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 15:05:04
Sistema	Houve um empate. Será realizada uma nova etapa de lances entre os concorrentes empatados no lote 01 . Senhores fornecedores deem seus lances!	12/02/2025 15:11:48
Sistema	Em relação ao lote 01 houve empate, foi realizado o desempate por Desempate (Sorteio) .	12/02/2025 15:21:07
Pregoeiro(a)	SERA REALIZADO O CRITERIO DE DESEMPATE MANUAL. O SISTEMA AINDA ESTÁ REALIZANDO O CRITERIO NÃO CONFORME EDITAL	12/02/2025 15:34:42
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 15:38:08
Fornecedor 14	O fornecedor 14 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 15:45:11
Sistema	Em relação ao lote 01 houve empate, foi realizado o desempate por Desempate (Sorteio) .	12/02/2025 16:16:30
Sistema	O fornecedor 15 teve seu lance final aceito para o lote 01 . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	12/02/2025 16:55:52
Fornecedor 16	O fornecedor 16 solicitou envio de mensagem.	12/02/2025 17:10:51
Pregoeiro(a)	ESTAMOS COM INSTABILIDADE NA INTERNET. ENCERRAREMOS ADMINISTRATIVAMENTE E RETORNAREMOS AMANHÃ AS 14:00	12/02/2025 17:24:56
Pregoeiro(a)	BOA TARDE. RETORNAMOS A SESSÃO	13/02/2025 14:02:36
Pregoeiro(a)	O chat está fechado para todos os fornecedores.	13/02/2025 14:02:49
Sistema	O fornecedor UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA foi Habilitado no(s) lote(s): 1.	13/02/2025 14:09:12
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	13/02/2025 14:11:48
Fornecedor 16	O fornecedor 16 solicitou envio de mensagem.	13/02/2025 14:13:07
Fornecedor 14	O fornecedor 14 solicitou envio de mensagem.	13/02/2025 14:13:47
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	13/02/2025 15:04:03

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA> e informe o código 71CA-E37F-CA55-9FEA

Pregoeiro(a)	SENHORES. IMPORTANTE: No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, resolvemos ao cancelamento do processo em questão para as devidas correções e a necessidade de adequar o processo licitatório aos parâmetros da plataforma e da lei. Pela necessidade da Administração em persistir para a prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório	13/02/2025 15:58:04
Pregoeiro(a)	bom dia senhores	13/03/2025 08:01:19
Pregoeiro(a)	conforme informado em aviso, retornamos a sessão do PE 002/2025	13/03/2025 08:02:03
Pregoeiro(a)	irei neste momento desfazer o cancelamento do item	13/03/2025 08:02:32
Sistema	Foi desfeito o cancelamento / fracasso do lote 01 .	13/03/2025 08:02:46
Pregoeiro(a)	e retornar para a fase se habilitação	13/03/2025 08:03:42
Pregoeiro(a)	Senhor fornecedor por favor atualizar sua proposta	13/03/2025 08:26:39
Pregoeiro(a)	atualizar a proposta pela plataforma	13/03/2025 08:27:08
Fornecedor 15	Bom dia, Em qual campo devo incluir a proposta atualizada?	13/03/2025 08:33:55
Pregoeiro(a)	olha por favor se aparece para voce a etapa de negociação	13/03/2025 08:36:55
Fornecedor 15	Sr. Pregoeiro, o sistema não está permitindo ofertar a taxa 0,00% para atualização da proposta	13/03/2025 08:39:51
Pregoeiro(a)	eu vou entrar em contato com o suporte. por favor entre também em sua plataforma	13/03/2025 08:44:21
Pregoeiro(a)	Vou encerrar administrativamente e retornamos as 14:00 de hoje	13/03/2025 08:45:02
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	13/03/2025 09:04:26
Pregoeiro(a)	retornamos a sessão	13/03/2025 14:00:46
Pregoeiro(a)	sobre a atualização da proposta, foi verificado junto ao suporte. a prposta fica desta forma memso. já apresenta como taxa 0,0%	13/03/2025 14:02:25
Pregoeiro(a)	foram analisados os documentos junto ao sicaf; foram analisados os documetntos de qualificação técnica, e assim seguiremos	13/03/2025 14:03:52
Sistema	O fornecedor 15 teve seu lance final aceito para o lote 01 . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	13/03/2025 14:05:12
Sistema	O fornecedor UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA foi Habilitado no(s) lote(s): 1.	13/03/2025 14:09:08
Fornecedor 10	O fornecedor 10 solicitou envio de mensagem.	13/03/2025 14:09:21
Sistema	O fornecedor UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA foi declarado vencedor do(s) lote(s) 1 .	13/03/2025 14:09:25
Sistema	O(s) Lote(s) 1., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até 30 minuto(s) - (Prazo inicial: 13/03/2025 14:10:00, Prazo final: 13/03/2025 14:40:00).	13/03/2025 14:09:30
Fornecedor 10	Intenção de recurso de UZZIPAY ADMINISTRADORA CONVENIOS LTDA para o lote 01 . (Manifestamos intenção de recurso devido a não apreciação dos critérios de desempate estabelecidos na legislação conforme o artigo 60 da lei 14.133)	13/03/2025 14:10:28
Fornecedor 16	Intenção de recurso de R6 INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA para o lote 01 . (Manifestamos intenção recurso em razão da não observância dos critérios de desempate previstos na legislação vigente, em especial aqueles estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021)	13/03/2025 14:24:45
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) 1 .. Os interessados devem registrar o recurso em até 3 dia(s) - (Prazo Recurso: 18/03/2025 23:59, Prazo contrarrazão: 21/03/2025 23:59)	13/03/2025 14:43:55

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA> e informe o código 71CA-E37F-CA55-9FEA

Julgamento de Recursos e Contrarrazões

Solicitação	Resposta
Nome: MARCO ANTONIO GOMES Recurso: Prezados, boa tarde! Segue anexo Recurso Administrativo. Desde já agradecemos. Recurso Administrativo CISAB-ZM.pdf	Nome: Resposta:
Nome: Adelio Barofaldi Recurso: Segue peça recursal em anexo RECURSO ADMINISTRATIVO - PE_n.º 02_2025 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO.pdf	Nome: Resposta:
Nome: Andresa Rocha Crosara Domingos Contrarrazão: UP BRASIL vem, por sua representante legal, apresentar CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS interpostos por "UZZIPAY" e "R6", pelos relevantes motivos de fato e de direito articulados em anexo. Contrarrazoes_UZZIPAY.pdf Contrato Social, Documentos_Pessoais_e_Procuracao.pdf Contrarrazoes_R6CARD.pdf	Nome: Resposta:

Lista de Classificação do Lote 1

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	02.959.392/0001-46	0,00
2	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	07.878.237/0001-19	0,00
3	VEROCHEQUE REFEICOES LTDA	06.344.497/0001-41	0,00
4	LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA	19.207.352/0001-40	0,00
5	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA	05.989.476/0003-82	0,00
6	MeS Serviços Administrativos LTDA	26.069.189/0001-62	0,00
7	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	03.817.702/0001-50	0,00
8	R6 INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA	03.419.902/0001-55	0,00
9	GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS	92.559.830/0001-71	0,00
10	ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.	04.740.876/0001-25	0,00
11	SERVNET INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	29.759.316/0001-43	958,83
12	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA ME	21.922.507/0001-72	968,41

Avisos do processo

Data / Hora	Descrição
10/02/2025 09:39:29	Atualizações do processo após publicação: Tipo de Lance: : (Unitário > Global) Lance Tipo Taxa? : (Não > Sim)
10/02/2025 09:39:58	Atualizações do processo após publicação: Lance Tipo Taxa? : (Sim > Não)

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA> e informe o código 71CA-E37F-CA55-9FEA

10/02/2025 09:40:59	Atualizações do processo após publicação: É registro de preços? : (Não > Sim) Prazo do registro de preços: : (Sem prazo > 12 meses) Tipo de Lance: : (Global > Unitário) Lance Tipo Taxa? : (Não > Sim)
11/02/2025 08:33:53	IMPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE LANCES: O valor demandado pelos municípios estimado anual do benefício é de R\$ 23.702.131,20 VALOR COM TAXA ADMINISTRATIVA: R\$ 23.939.152,52 OBs.: por não aceitar taxa negativa O VALOR DE LANCES PODERÁ CHEGAR ATÉ R\$ 23.702.131,20 PASSÍVEL DE DESCLASSIFICAÇÃO LANCE COM TAXA NEGATIVA
13/02/2025 15:59:21	Declaração de fracasso de lote(s). Justificativa: (No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, resolvemos ao cancelamento do processo em questão para as devidas correções e a necessidade de adequar o processo licitatório aos parâmetros da plataforma e da lei. Pela necessidade da Administração em persistir para a prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório)
13/02/2025 16:01:29	No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, resolvemos ao cancelamento do processo em questão para as devidas correções e a necessidade de adequar o processo licitatório aos parâmetros da plataforma e da lei. Pela necessidade da Administração em persistir para a prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que após correções no Edital e seus anexos, será iniciado novo certame licitatório
11/03/2025 17:20:55	ATO ADMINISTRATIVO DE ANULAÇÃO DO CANCELAMENTO DO CERTAME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025 CONSIDERANDO que o Pregão Eletrônico nº 002/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento de vale alimentação e refeição, foi inicialmente cancelado devido à identificação de um erro formal na inserção do valor de referência na plataforma eletrônica de licitação; CONSIDERANDO que o erro decorreu da inclusão indevida da taxa administrativa apurada na pesquisa de mercado ao valor estimado da contratação, o que gerou inconsistências na adjudicação e homologação do processo; CONSIDERANDO que, após a decisão de cancelamento do certame, foi interposto recurso administrativo por interessados, questionando a necessidade do cancelamento e sugerindo soluções alternativas para correção do equívoco identificado; CONSIDERANDO que, em análise posterior, verificou-se, após oitiva e conversa com a equipe técnica da plataforma eletrônica de licitação, a possibilidade de efetuar os ajustes necessários ao valor de referência diretamente no sistema, sem necessidade de novo certame; CONSIDERANDO que a anulação do cancelamento do certame resguarda o interesse público, evitando atrasos desnecessários no fornecimento do serviço essencial aos municípios consorciados e garantindo a continuidade do processo de contratação dentro dos limites legais; DECIDE: 1 - ANULAR a decisão de cancelamento do Pregão Eletrônico nº 002/2025, restabelecendo-se todos os atos praticados até o momento da decisão de cancelamento. 2 - Determinar a adoção das medidas necessárias para a correção do valor de referência na plataforma eletrônica, em conformidade com o valor estimado da contratação originalmente previsto no edital e a reabertura do certame para continuidade. O presente ato está sendo devidamente publicado para ciência dos interessados, garantindo-se o cumprimento dos prazos e trâmites administrativos necessários para a regularidade da contratação.
11/03/2025 17:30:44	AVISO DE REABERTURA DE CERTAME O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB-ZM informa aos interessados que o certame referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2025 será reaberto no dia 13 de março de 2025, às 08h00. A reabertura se dá em razão da necessidade de ajustes na plataforma para convergência dos dados do edital. As alterações contemplam: <input type="checkbox"/> Quantidade reajustada para 24.720 recargas (correspondente a 2.060 usuários dos cartões por 12 meses). <input type="checkbox"/> Valor global da contratação ajustado para R\$ 23.702.131,20, referente à estimativa de recargas. Atenciosamente, CISAB-ZM Agente de Contratação

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes

Lotes	Adjudicação	Homologação
	Data/Hora	Data/Hora
Lote 1		

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA> e informe o código 71CA-E37F-CA55-9FEA

Homologação Parcial: 0 de 1 lote(s).

Documento gerado em 24 de Março de 2025.

ALICE SOUZA RODRIGUES - Pregoeiro(a)

Izabela Galvão Fernandes - Equipe de Apoio

Vanessa Faria Silva - Equipe de Apoio

Assinado por 3 pessoas: ALICE SOUZA RODRIGUES, IZABELA GALVÃO FERNANDES e VANESSA FARIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA> e informe o código 71CA-E37F-CA55-9FEA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 71CA-E37F-CA55-9FEA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ALICE SOUZA RODRIGUES (CPF 042.XXX.XXX-66) em 24/03/2025 11:30:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ IZABELA GALVÃO FERNANDES (CPF 105.XXX.XXX-06) em 24/03/2025 11:31:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ VANESSA FARIA SILVA (CPF 099.XXX.XXX-63) em 24/03/2025 11:32:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/71CA-E37F-CA55-9FEA>